

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Janaina dos Santos de Souza

**DINÂMICAS DE GÊNERO NO PARLAMENTO DAS ÁGUAS: O CASO DO
COMITÊ DE BACIA RIO PARDO (SP)**

São Carlos – SP

2022

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Janaina dos Santos de Souza

**DINÂMICAS DE GÊNERO NO PARLAMENTO DAS ÁGUAS: O CASO DO
COMITÊ DE BACIA RIO PARDO (SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São
Carlos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Financiamento: CAPES e FAPESP

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

São Carlos – SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Janaína dos Santos de Souza, realizada em 04/10/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Profa. Dra. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel (UFGD)

Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi (UFSCar)

AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos em tempos em que a esperança renasce no cenário brasileiro. Com isso muitas pessoas se fizeram fortemente presente nesse trajeto, dando apoio trabalhando e acreditando na ciência e nas universidades, ao qual tenho orgulho de poder contribuir com essa pesquisa. Gostaria de agradecer e dedicar essa dissertação as pessoas que não me deixaram cair e me deram forças para o desenvolvimento deste trabalho:

Primeiramente quero agradecer a minha banca de defesa Prof. Dr. Samira Feldman Marzochi e Prof. Dr. Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel. Muito obrigada pelas contribuições e leitura do meu trabalho. Também quero neste espaço agradecer ao Prof. Dr. Fábio Sanchez que fez parte da minha qualificação e contribuiu para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Quero aqui agradecer aquelas pessoas que fizeram desse processo um espaço de esperança de que esse caminho poderia gerar frutos. Ao meu orientador, o Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins, que esteve ao meu lado durante esse processo de trabalho desde a graduação até o mestrado. Aos meus colegas do grupo de estudo RURAS- Ruralidades, Ambiente e Sociedade sempre presentes, em especial a Ana, sempre aberta às minhas escutas e desabafos.

Deixo meus agradecimentos à CAPES e à FAPESP pelo suporte técnico-financeiro fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos gestores e gestoras do CBH-Pardo que se dispuseram a contribuir com seu tempo e conhecimento para o endossamento dessa pesquisa, sem essa ação não seria possível a realização e concretização desta dissertação.

A todos os meus familiares que fizeram parte dessa jornada, desde a graduação até hoje. A minha vó Mercedes que sempre esteve presente, muito obrigada! Mãe (Janete) e pai (Elton), muito obrigada por tudo que fizeram e fazem por mim. Aos meus irmãos Vagner e Felipe esse caminho é seu também e em especial a minha irmã Fabiana, uma pesquisadora maravilhosa que eu sempre tive admiração e exemplo para seguir nessa jornada.

Quero agradecer meu marido Alberto por ter me apoiado e muitas vezes me auxiliado nesse processo de pesquisa e ao meu pequeno Caio, companheiro de mestrado, que até aulas assistiu comigo durante a pandemia, essa vitória também é sua meu pequenino. Eu amo vocês!

Para finalizar quero deixar minha homenagem ao meu avô Nelson, que não pode ver esse caminho, mas que sempre seguiu comigo marcado na minha pele e no meu coração! Viva a herança

nordestina que você deixou, isso é algo que sempre irei demonstrar, sou parte do seu legado, de acesso à universidade e de poder sonhar com o diploma, muito obrigada!

Não foi fácil ser pesquisadora em um momento de pandemia e de descrença na ciência. Nós pesquisadores sabemos o quanto é desgastante esse processo de desvalorização da ciência e das universidades ao qual passamos, mas seguimos firmes e fortes, sabendo que estamos próximos de um cenário melhor e esperançoso para nosso campo. Com isso quero agradecer a todos aqueles que acreditam na ciência, que acreditam naqueles que estão nas universidades, contribuindo e criando caminhos melhores para o Brasil.

“O que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é para refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população, que como se costuma falar, infelizmente é sub-representada”

(Marielle Franco)

RESUMO

Este trabalho teve como foco central analisar os conflitos e dinâmicas das relações de gênero no chamado parlamento das águas, mais especificamente na unidade de gestão do Comitê de bacia do Rio Pardo (CBH-Pardo), sendo ele um espaço fundamental no que toca à economia paulistana, por conta principalmente de atividades da monocultura canavieira. Considerando o caráter participativo proposto por esse modelo de governança, buscamos compreender a participação das mulheres nessa instância gestora desde sua primeira equipe, iniciada no ano de 1996, até a gestão do ano de 2019, destacando também a plenária com direito a voto. É importante ressaltar que essa análise não se deu somente no que se refere à participação das mulheres numericamente, mas na qualidade participativa e nos empecilhos encontrados, tanto para a colaboração no processo decisório, quanto no modo de sua inserção nas estruturas internas de organização do comitê. Com isso, trabalhamos com a hipótese de que a estrutura da governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH- Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas de gênero. Tais dinâmicas são resultado de tensões de um poder legitimado por meio de forças centrais do âmbito do saber técnico-científico e do mercado. A metodologia utilizada na pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica, levantamento e análise documental, com a realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com os membros participantes do Comitê. A partir disso, podemos destacar dois importantes resultados da pesquisa realizada: o primeiro, que se pauta em uma reorganização de nossa hipótese original, apresenta que esse espaço não somente nos demonstrou modelos e conflitos de gênero, como apresentou-nos os limites democráticos da formação do comitê, que não superou os valores tradicionais e sociais; o segundo resultado propriamente se refere ao alcance das relações de poder e como essas são colocadas em vias de um olhar de paridade participativa, delineando as relações centrais e periféricas que desenham a participação dessas mulheres.

Palavras-chave: Relações de gênero, Poder, Gestão Ambiental e Comitês de Bacia

ABSTRACT

This work focused on analyzing the conflicts and dynamics of gender relations in the water parliament, more specifically in the management unit of the Rio Pardo Basin Committee (CBH-Pardo), which is a fundamental space in terms of the economy paulista, mainly due to sugarcane monoculture activities. Considering the participatory character proposed by this governance model, we seek to understand the participation of women in this management instance from its first management team, started in 1996, until the management of the year 2019, also highlighting the plenary with the right to vote. It is important to emphasize that this analysis did not take place only in terms of the number these women, but in the participatory quality and in the way of their insertion in the internal organizational structures of the committee. We work with the hypothesis that the governance structure of São Paulo waters, more specifically the CBH-Pardo, reproduces an organizational model that generates different types of conflicts and gender dynamics, which are the result of tensions of a power legitimized through of central forces in the field of technical-scientific knowledge and the market. A qualitative approach of social research was used in the research, through bibliographic research, survey and document analysis, as well as semi-structured and in-depth interviews with the participating members of the Committee. From this we can highlight two important results of the research carried out: the first one that is guided by a reorganization of our original hypothesis, showing that this space not only showed us models and gender conflicts, but also presented us with the democratic limits of the formation of the committee , which did not overcome traditional and social values; and the second one that properly refers to the scope of power relations and how these are placed in the path of a participatory parity look, outlining the central and peripheral relations that design the participation of these women .

Keywords: Gender relations, Power, Environmental Management and Basin Committees

LISTA DE ABREVIACÕES

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
CBH-Pardo - Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo
CBH-PCJ - Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
SIGRH - Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
CRH- Conselho Estadual de Recursos Hídricos
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PRH - Planos de Recursos Hídricos
CT-AEA - Câmara Técnica da Agenda 21 e Educação ambiental
CT-OL/IL - Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, Institucional e legal
CT-PGRH - Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos
CT-SAN-AS - Câmara Técnica de Saneamento e de Água Subterrânea
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FEUP - Universidade Liberal
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
USP- Universidade de São Paulo
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Matriz Institucional do Sistema Nacional de Recursos Hídricos	Erro!	Indicador	não definido.
Figura 2 - Quadro dos entrevistados do CBH-Pardo			35
Figura 3 - Quadro participativo dos entrevistados do CBH-Pardo			35
Figura 4 - Divisões das Bacias Hidrográficas do estado de São Paulo	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 5 - Quadro dos Municípios que fazem parte do CBH-Pardo	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 7 - Demanda de água por Setor de Atividade e por UGRHI em 2019	Erro!	Indicador	não definido.
Figura 8 - Estrutura da Assembleia deliberativa do CBH-Pardo	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 9 - Composição da mesa diretora do CBH-Pardo	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 10 - Plenária 49ª Reunião Ordinária CBH-PARDO			54
Figura 11 - Plenária com direito a voto CBH-Pardo ano 2016			55
Figura 12 - Apresentação da Ordem do dia, 58ª reunião ordinária de 2016			56
Figura 13 - Mesa da 56ª Reunião Ordinária do CBH-Pardo - 2016			57
Figura 14 - Gráfico Participação Nominal Mesa Diretora do CBH-Pardo			60
Figura 15 - Gráfico Participação Nominal no CBH Pardo	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 16 - Gráfico Oportunidade de Fala no CBH Pardo			62
Figura 17 - Gráfico comparativo Oportunidade de Fala x Nominal	Erro!	Indicador não definido.	
Figura 18 - Dinâmica das relações de gênero no CBH-Pardo			95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL	17
1.1 A ESTRUTURA DE GESTÃO DAS ÁGUAS	17
1.1.1 O PAPEL DOS COMITÊS NA GESTÃO DAS ÁGUAS	21
1.2 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM CONSELHOS GESTORES	22
1.3 PROBLEMÁTICAS PARTICIPATIVAS NA GOVERNANÇA HÍDRICA	26
CAPÍTULO 2 - O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS	30
2.1 OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	30
2.2 AS TRAJETÓRIAS COMO FIO CONDUTOR	31
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
CAPÍTULO 3 - AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS SOB O OLHAR DA DIFERENÇA DE GÊNERO	37
3.1 PARIDADE PARTICIPATIVA SOB O EIXO GÊNERO	37
3.2 A NATURALIZAÇÃO DA RELAÇÃO MULHERES E NATUREZA	41
CAPÍTULO 4- OS PILARES ESTRUTURAIS DO CBH-PARDO	45
4.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO CBH- PARDO	45
4.1.1 AS ELEIÇÕES NO COMITÊ	49
4.2 AS PLENÁRIAS DO COMITÊ	53
4.3 O CENÁRIO GERAL DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO CBH-PARDO	58
CAPÍTULO 5 – OS DISCURSOS PARTICIPATIVOS	65
5.1 A VOZ DAQUELES (AS) QUE PARTICIPAM	65
5.1.1 OS PRINCIPAIS MARCADORES DE GÊNERO PARA INSERÇÃO DAS GESTORAS	65
5.1.2 DIFERENÇAS PARTICIPATIVAS EM VIAS DO SEGMENTO E GÊNERO	69
5.1.3 CONSIDERAÇÕES PARTICIPATIVAS SOB O OLHAR DAQUELES SEM DIREITO A VOTO	73

5.1.4 AS INSTITUIÇÕES COMO PARTE IMPORTANTE DO PROCESSO DELIBERATIVO	77
5.1.5 DIFERENTES CAMINHOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES AO COMITÊ	80
5.1.6 A CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO TÉCNICO –CIENTÍFICO LEGITIMADO	84
5.1.7 OS MECANISMOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA ATUAÇÃO	87
CAPÍTULO 6 – A GESTÃO PARTICIPATIVA DO COMITÊ DO PARDO EM MEIO AO PROCESSO DELIBERATIVO	92
6.1 AS MARCAÇÕES DO CONTEXTO DE PODER NA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS GESTORES	92
6.2 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS DISCURSOS EM VIAS DE UMA PARIDADE PARTICIPATIVA	97
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

Acontecimentos como a crise hídrica no Sistema Cantareira no ano de 2014/2015, ocorrida no estado de São Paulo, o desastre ocorrido em Mariana no ano de 2015, no estado de Minas Gerais, ou até mesmo a atual crise hídrica e energética, reforçam a necessidade de um planejamento eficiente dos recursos hídricos e ambientais. Além do âmbito econômico, deve-se considerar também âmbito social, buscando-se levar consideração todas as partes envolvidas, inclusive pautas relativas às mulheres, que são as que mais sofrem com as decisões tomadas nesses espaços de deliberação (EMPINOTTI, 2010).

A constituição de 1988 é um marco para a participação política, principalmente da sociedade civil na gestão pública brasileira. É, ainda, parte fundamental do aumento dos direitos das mulheres e de suas inserções na vida pública (LUCKMAN et al 2016, ABERS 2010). Esse espaço pós-constituição proporcionou a criação de esferas públicas não estatais, sendo também responsável pelo afastamento do setor público na gestão brasileira. Esse novo cenário favoreceu uma ampliação do termo cidadania que resultou em um alongamento dos direitos e uma nova compreensão do papel do Estado (JACOBI, 2009; CAMPOS & FRACALANZA, 2010). Novos atores foram inseridos nessa dinâmica administrativa brasileira, com o objetivo de construir um espaço de inclusão social daquelas realidades excluídas socioeconomicamente e de acesso a direitos sociais.

Essa nova proposta de gestão das águas, pautada pelo modelo francês, integrada e descentralizada, nasce com o intuito de estabelecer que os problemas relacionados a governança das águas envolvam diferentes atores que dela tem interesse, colocando o âmbito da discussão em um espaço de negociação política e social (CAMPOS & FRACALANZA 2010). Posto isso, desenvolve-se uma arena de negociação e tensões de força de antigos agentes e modelos de gestão. Agora se delibera não somente com seus pares econômicos/profissionais e o estado, outros espaços sociais passam a debater e dividir a criação de leis e diretrizes da água.

A partir dessas questões percebemos o quão importante é compreender a dinâmica das relações de gênero presente nesses espaços gestores, colocando a categoria mulher não de forma homogênea, mas exibindo suas diferenças e nuances. Esta concepção esteve presente em muitos estudos referentes à gestão ambiental, os quais tinham como foco somente considerações numéricas e não as especificidades de seus contextos sociais e sua

qualidade participativa, concebendo-se uma lacuna nos estudos referente à participação das mulheres na governança das águas.

Essas discussões tornam-se evidentes a partir das problemáticas em torno da gestão dos recursos hídricos, principalmente quando observado o âmbito de estudo referente à participação e acesso desses sujeitos a esses espaços. Esse questionamento participativo abriu espaço para pensarmos na situação da mulher nas instâncias representativas (inclusão ou falta delas nesse processo) e de problemáticas referentes à gestão ambiental, com foco na esfera de disputas referente à gestão das águas no interior do estado de São Paulo.

Olhar esse fenômeno social pelo viés do conceito gênero possibilita problematizar os significados e as relações construídas diante do que é ser homem e mulher nos diferentes contextos históricos. Essas explicações constroem hierarquias que fomentam relações desiguais que atingem não somente o âmbito do gênero, mas também de classe, raça, etnia e geração (EMPINOTTI, 2010; ALVARENGA & VIANNA, 2012; LUCHMAN et al., 2016). E mais, coloca em dúvida o caráter de construção democrática desse espaço de gestão, já que apesar de debater a temática da água, um importante aspecto da vida cotidiana e que atinge principalmente as mulheres, não as levam em consideração no momento deliberativo (EMPINOTTI, 2010).

Diante da falta de estudos feitos no interior dos comitês que considerem a participação feminina na construção dos conflitos presentes nesse espaço (ABERS 2010, EMPINOTTI 2010), nasce o interesse de buscar compreender essa faceta da governança hídrica, colocando em foco a trajetória dessas gestoras e a qualidade participativa dessas mulheres nesse processo de deliberação.

A partir desse novo cenário, fomentado como um parlamento das águas, desenvolveu-se o interesse de compreender as mulheres enquanto agentes transformadores capazes de opinar e formar decisões referentes aos conflitos socioambientais. Em vista disso, o objetivo desse estudo se pautou no entendimento de como essas mulheres são inseridas nesse processo decisório e quais os mecanismos de inserção para uma participação efetiva. Focamos na percepção dos caminhos trilhados por essas gestoras, apresentando como esses foram fundamentais para a inclusão nesse espaço, e o estudo de suas trajetórias possibilitou o questionamento da qualidade dessa participação.

O principal ponto consistiu em compreender como essas mulheres são inseridas nesse processo decisório e seus mecanismos para participação, ou seja, da compreensão de como

são mobilizados esses discursos. A hipótese central pauta-se de que a estrutura da governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH-Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas de gênero, essas que são resultado de tensões de um poder legitimado por meio de forças centrais do âmbito do saber técnico-científico e do mercado, ambas forças de fundamental influência no processo de execução da gestão das águas.

Iniciamos essa caminhada no primeiro capítulo, com entendimento sobre a instalação desse cenário no espaço brasileiro, com destaque à importância do estado de São Paulo como primeiro fundador desse novo modelo de governança das águas, por meio principalmente da Lei Paulista das águas nº 7663 do ano de 1991. A partir dessa nova formulação, tem-se como centralidade das discussões e deliberações os espaços unitários de gestão, que se concebem nos comitês de bacia, espaço que acolhe os interessados na gestão das águas e foco central do trabalho. Partimos de uma apresentação mais ampla da estrutura de gestão das águas no Brasil para a localidade e unidade de interesse, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo, situando o cenário de implementação das unidades gestoras e posicionando-as nesse quadro geral.

Apresentamos no segundo capítulo o caminho escolhido e as principais metodologias empregadas ao longo do trabalho. Demonstramos as principais temáticas levantadas em meio a pesquisa bibliográfica. Os moldes aos quais foram submetidos as leituras e análises documentais e, por fim, o processo de contato e escolha dos entrevistados que deram base ao estudo em questão. É importante assim destacar que foram realizados diversos métodos qualitativos das ciências sociais, os quais formam a estrutura dessa dissertação.

No terceiro capítulo exibimos os conflitos que circulam a participação política e social das gestoras e gestores nos espaços de gestão das águas, mostrando principalmente aqueles conflitos referentes às problemáticas de gênero, que pautam-se principalmente em empecilhos participativos que tomam formas distintas quando levados ao entendimento dos segmentos que participam, e outras questões relevantes de problemáticas do mundo da mulher (EMPINOTTI 2010, ABERS 2010, JACOBI & BARBI, 2007 e MARTINS 2012). Além das problemáticas referentes à gestão das águas, apresentamos os obstáculos colocados às mulheres em sua inserção na vida pública e de alcance a esses espaços de conselhos gestores. A partir da compreensão desses ambientes e de como foram fomentados, passamos para a apresentação dos principais conceitos analíticos dispostos pelo eixo da diferença de gênero e os ganhos que essa análise nos permite apontar. Buscamos, então, apresentar as

principais contribuições e ganhos ao se centralizar as relações de poder referentes ao contexto de gênero sobre as questões de desigualdade e de paridades participativa em espaços de gestão ambiental.

Consequente a isso, no quarto capítulo, adentramos profundamente no espaço do CBH-Pardo e suas especificidades, partindo do cenário mais amplo para questões da localidade de interesse, colocando em amostra as principais relações de pano de fundo dessa unidade de gestão das águas, que são importantes para o entendimento das trajetórias e discursos apresentados. Não somente apresenta-se as relações pano de fundo desses conflitos, mas a sistematização e organização interna desta unidade, como as eleições e plenárias. Esse cenário será reconstituído não somente historicamente, por meio da remontagem do processo de instalação do comitê e de seus mecanismos participativo, mas também estará presente na remontagem dos discursos, tanto falado (como a entrevistas) quanto escrito (discursivo nas atas de reuniões).

A partir disso, apresentamos no quinto capítulo os discursos dos gestores entrevistados e as principais marcações em suas trajetórias, buscando compreender de forma separada os principais pontos das trajetórias coletadas ao mesmo tempo que construímos um pensamento histórico conjunto dessas participações na história deliberativa do CBH-Pardo.

Com isso chegamos na importância de se fazer entender esse processo apresentado pela trajetória das gestoras e gestores do CBH-Pardo. Esse esforço apresenta-se no sexto capítulo, no qual colocamos o entendimento dessas participações em vista da construção histórica desse espaço, destacando as principais relações de poder que rodeiam esse processo decisório. Com isso, colocamos em foco esse entendimento por meio da seguinte questão: as performances de gênero e as narrativas em torno dessa são marcadores dominantes na participação social das mulheres no chamado parlamento das águas? A partir desse questionamento, apresentamos os principais pontos advindo da compreensão dos discursos coletados e como esses são fatores centrais na formação de sujeitos gestores possíveis dentro dessa arena, principalmente quando olhamos para a mobilização política das pautas e necessidade dessas gestoras.

Por meio desse apanhado introdutório das principais questões que permeiam a problemática participativa e política da participação das mulheres na gestão das águas, exporemos mais a fundo as principais bases e conceitos apresentados acima seguindo das questões mais amplas da governança hídrica para a localidade de interesse e seus desdobramentos para a dinâmica das relações de poder de gênero nesse espaço gestor.

CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL

Este capítulo tem como foco situar o leitor sobre a experiência brasileira de implementação da gestão das águas, que se consolida por meio da transposição da experiência francesa e seus principais pilares: inclusiva e descentralizada. Serão retratadas desde o quadro mais amplo da governança hídrica até as problemáticas que atingem as unidades gestoras, os comitês de bacia. Vão ser expostas neste capítulo as duas principais problemáticas que cercam as principais discussões ao longo deste trabalho: problemáticas participativas referentes ao comitê de bacia e problemáticas relacionadas à inserção das mulheres em espaços de gestão pública e sua participação política.

1.1 A ESTRUTURA DE GESTÃO DAS ÁGUAS

O modelo de gestão das águas efetuou-se fortemente no Brasil a partir dos anos 1990. A experiência francesa trouxe para a centralidade da gestão das águas brasileiras divisões segmentárias e descentralizadas, incluindo assim a participação da sociedade como um todo. A partir desse legado, os comitês de bacia constituíram-se de modo tripartite, buscando integrar os segmentos referentes aos Usuários de água, Poderes Públicos e Organizações Civis (ABERS 2010, JACOBI 2009; FRACALANZA et al 2010).

Essa transposição do modelo francês aos âmbitos nacionais tomou diferentes caminhos no espaço brasileiro, justamente por encontrar relações para com o espaço ambiental diferenciadas daquelas relações encontradas na França. É a partir dessa transposição, inicialmente não problematizada, mas que agora toma forma aos moldes nacionais, é que se seguiu a construção do Sistema Integrado de Gestão das águas tal qual conhecemos hoje. É importante ressaltarmos que as características desse aparato de gestão nem sempre condizem com a realidade dos comitês, sendo esse o ponto de partida das discussões deste trabalho, focado principalmente na crítica ao caráter participativo democrático desse espaço.

A tendência de trazer a participação civil para dentro da formulação das políticas públicas ambientais se fortaleceu principalmente a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu a água um bem público. Além disso, a Conferência das Nações Unidas sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, a Eco 1992, trouxe a problemática da sustentabilidade do âmbito internacional, afirmando a noção de

desenvolvimento sustentável em um movimento de contribuição das nações. Conciliaram-se ações de interesses econômicos, sociais e ambientais para traçar o caminho de uma sociedade sustentável (LASCHEFSKI, COSTA, 2008). Ademais a esse cenário, no Brasil esse contexto ganhou mais força a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar em 2006, que colocou o acesso a água como fundamental e inerente à dignidade do ser humano, sendo esse direito indispensável a realização dos demais direitos garantidos pela constituição (SOUZA, 2017).

Outros dois importantes movimentos se fizeram fundamentais para essa virada de pensamento sustentável no Brasil, principalmente no que se refere à água em âmbito internacional. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada na Argentina em 1977, colocaram em foco as preocupações voltadas ao uso da água e a inclusão de modelos de gestão mais participativos (MALHEIROS, PROTA & RINCÓN, 2013). Esses movimentos trouxeram à tona a importância de se pensar em novos arranjos institucionais para a gestão ambiental, principalmente no que se refere à água, objetivando o alcance de todos os níveis políticos e sociais. Foi por meio de parte desses movimentos que ocorreu a ênfase de se trazer para dentro da gestão ambiental a participação dos usuários, dos planejadores e dos poderes políticos (ABERS 2010; MALHEIROS et al 2013).

Anteriormente a essa nova ordem, no Brasil vigorava um modelo de gestão das águas centralizado e fragmentado. Neste sentido, ocorria de forma fragmentada dada a forma como eram propostas as diferentes visões dos setores interessados, como o setor elétrico, agricultura irrigada, saneamento e outros. Eram esses que decidiam entre seus pares sobre o rumo dado à gestão das águas. E ocorria de forma centralizada, pois as políticas e planejamento das águas eram decididas e criadas por meio do Estado e somente eles (os estados) eram responsáveis pelas leis e diretrizes hídricas (CAMPOS & FRACALANZA 2010).

A primeira legislação de regulação das águas no Brasil concebeu-se no chamado Código das Águas, promulgado no dia 10 de julho de 1934 (BRASIL, 1934). Ainda em vigor, esse código tem como fator determinante a proteção da qualidade das águas, trazendo para dentro a discussão do princípio poluidor pagador, princípio fundamental para a implementação da cobrança pelo uso da Água iniciada no ano 2005 no estado de São Paulo. Entretanto, o Código das águas, em seu ano de institucionalização, não abarcava uma Política Nacional dos Recursos Hídricos nos moldes descentralizados e participativos; foi somente a partir da Lei das Águas

(Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997) que são instituídos o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e a estruturação dos comitês de bacia como unidade de gerenciamento.

Baseado nesse cenário, os comitês constituem-se parte importante dessa virada de gestão das águas, fundamentado nas divisões em bacias hidrográficas. Os comitês têm por caráter ser um parlamento das águas, o que, como mencionado, trouxe para o centro a importância participativa da sociedade por meio da premissa de que as águas, como bem público, são utilizadas por diversos indivíduos sociais com diversos interesses (MALHEIROS et al 2013, MARTINS, 2012). Mais do que isso, trouxe a importância de olhar os problemas locais que envolvem de forma diferenciada cada bacia implementada.

Nesse processo de concretização do novo modelo de gestão, o estado de São Paulo obteve um papel pioneiro. Neste contexto destaca-se anteriormente a Lei das Águas de 1997 (BRASIL, 1997), a Lei n 7663 do ano de 1991, que instituiu no estado de São Paulo a Política Estadual de Recursos Hídricos e a implementação do Sistema integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), conforme a Constituição paulista de 1989 (SÃO PAULO,1989;1991). O consórcio e Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá¹, exemplo para as demais unidades de gestão nessa virada da governança, dando apoio e inspiração para a execução das outras unidades de gestão estaduais, como o Comitê de Bacia do rio Pardo (MALHEIROS et al., 2013, CAMPOS & FRACALANZA, 2010; CASTELANO & BARBI, 2009).

Outro marco importante para o entendimento desse sistema concebe-se na criação da Agência Nacional das Águas, a ANA, possibilitado pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (BRASIL, 2000). À ANA compete atuar na elaboração e implementação de planos de recurso hídrico em bacias hidrográficas de domínio federal e de oferecer apoio técnico para a elaboração desses planos em outras esferas. De forma sucinta, ela é responsável pela execução da Política Nacional dos Recursos Hídricos e pelo Gerenciamento do SIGRH. Esses são alguns dos principais marcos que norteiam o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

No estado de São Paulo, além da UGRH's, o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos é composto por órgãos colegiados: o CRH, Conselho Estadual de Recursos

¹ Na história do CBH-PCJ destaca-se uma organização social civil anterior à virada do modelo descentralizado. O consórcio PCJ teve fundamental influência nas discussões referentes à aprovação dessas novas legislações, além de trazer para o centro as discussões sobre a descentralização e incorporação da sociedade civil na gestão das águas (CASTELLANO & BARBI, 2009).

Hídricos, de nível estatal e os comitês de nível local com atuação em cada unidade (DAEE,2006). Para além da estruturação a nível estatal, temos a organização a nível das águas federais, que compõem o quadro geral da gestão das águas no Brasil, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 – Matriz Institucional do Sistema Nacional de Recursos Hídricos



Fonte: Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA, 2012, p.20).

Conseguimos visualizar tanto esferas de âmbito estadual quanto de âmbito Federal. Atentemo-nos aos espaços de âmbito estadual. Além da apresentação do comitê de bacia, foco central do trabalho, temos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tem como uma de suas premissas aprovar o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo e exercer o diálogo entre os comitês de bacia do estado.

Deste modo o comitê se consagra como um espaço deliberativo entre o Estado-sociedade, tendo por foco a formulação de Políticas. Já as agências de bacia são responsáveis pela operacionalização e assistência jurídica desse espaço deliberativo. Podemos verificar, por meio da Figura 1 acima apresentada, que a implementação dos instrumentos de política - discutidos no interior do comitê e pelo CERH - passa, no caso nacional, pela ANA e, no caso estadual, pelas entidades estaduais, sendo executadas pelas Agências de Bacia.

Verificamos a contextualização desse espaço apresentando as estruturas e eventos que fizeram com que fossem construídos os comitês de bacia e o Sistema de Gerenciamento Hídrico como um todo. A partir disso, na sequência, exporemos a unidade de interesse do trabalho e sua importância dentro da governança hídrica.

1.1.1 O PAPEL DOS COMITÊS NA GESTÃO DAS ÁGUAS

Os comitês de bacia apresentam-se como um "parlamento das águas", com foco na preocupação de inclusão de todos os setores da sociedade interessados na gestão das águas. Os comitês se caracterizam, em seu discurso fundador, enquanto um espaço de caráter democrático no que se refere à busca de uma maior participação da população civil e de seus segmentos diferenciados (MARTINS, 2012; ABERS, 2010). O intuito central dessa arena foi trazer diferentes pontos de vista da sociedade atual para melhorar e complementar o planejamento referente aos usos da água.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) tem como parte de seus instrumentos a elaboração de Planos de Recursos Hídricos (PRH), que fundamentam, em âmbito local e nacional, o gerenciamento do recurso da água. Os comitês fazem parte desse planejamento do PRH, tendo como um dos principais instrumentos de gestão os Planos de Bacia, que, grosso modo, identificam os principais problemas da bacia e traçam estratégias a curto e longo prazo para aquelas águas (PIZELLA & SOUZA, 2013).

Baseado em todo esse contexto, os comitês concebem organismos colegiados que fazem parte do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, arbitrar conflitos pelo uso da água. Nos anos mais recentes, vem trabalhando no estabelecimento de mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água (ANA, 2018).

“(…) ao comitê cabe um papel mais administrativo e deliberativo, sendo de sua responsabilidade dentre outras atribuições, a aprovação de planos de bacia e a proposição de critérios e valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos nessas bacias; O consórcio por sua vez possui maior capacidade para executar programas e projetos, uma que possui autonomia financeira, equipe técnica e equipamentos próprios, capacidade de contratação de serviços. Porém essas ações restringem ao âmbito de associados. (CASTELLANO & BARBI, 2009).

Desta maneira, são eles os responsáveis por promover o debate das questões relacionadas à água, contornando todos os conflitos e interesses em uma primeira instância administrativa, e a acompanhar a execução do plano de bacia, sugerindo ações necessárias para o cumprimento dessas metas (SOUZA, 2017).

Nesta perspectiva, a partir da inserção da comunidade na gestão das águas, o comitê se apresenta como parte importante desse movimento sustentável e dos direitos civis. Entender o espaço do comitê e suas estratégias participativas é trazer à tona as estruturas iniciantes que passam todos os caminhos de gestão do Sistema Integrado de Recurso Hídrico.

1.2 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM CONSELHOS GESTORES

A constituição de 1988 é um marco importante no que concerne às novas relações entre governo e sociedade. O conselho gestor é parte do desdobramento desse novo modelo de participação institucional e política. Esse novo cenário não somente proporcionou essa nova relação, como ocasionou em uma ampliação do termo cidadania, o que resultou em um alargamento dos direitos e a uma nova compreensão do papel do Estado. O debate mais importante referente às instâncias participativas diz respeito ao potencial destes espaços de agregar segmentos anteriores excluídos/ subordinados à participação política, como negros, mulheres e pessoas de baixa renda (ROMÃO & MARTELI, 2020).

Esses novos espaços se apresentam como um importante fator para a entrada das mulheres em um sistema representativo e de políticas públicas. Os conselhos como construção da sociedade civil possibilitaram o aumento da inserção das mulheres e, por consequência, a aceitação dessa participação. Esses espaços locais (conselhos), proporcionados pela abertura democrática e seus desdobramentos, apresentaram-se como um espaço mais flexível de atuação das mulheres e de uma disputa política mais igualitária, isso quando colocado em comparação ao âmbito mais amplo de participação política, o espaço eleitoral (LUCHMAN et al, 2016).

No Brasil, a consolidação dos comitês teve como fio condutor esse processo de redemocratização, em que se abriu para a participação social e para a criação de conselhos a gerência de parte dos recursos hídricos (JACOBI, 2009; CAMPOS & FRACALANZA 2010). Concomitantemente à esse processo, nas questões ambientais também se mostrou fundamental a participação pública das mulheres (LUCHMAN et al., 2016).

A constituição de 1988 colocou como obrigatória a criação de conselhos em algumas áreas fundamentais do espaço social, tais como: saúde, assistência social e criança e adolescente. Percebemos que as primeiras implementações deste espaço, dos conselhos, têm um pressuposto de marcação das mulheres aos cuidados sociais, sendo essa a primeira porta de entrada das mulheres nesse ambiente (LUCHMAN et al., 2016). Porém, nem todos os conselhos são constituídos de formas iguais, cada espaço de gestão deliberativa carrega dentro de si relações que são marcas importantes em sua formulação social. Conselhos relacionados ao bem social e cuidados tendem a ter maior participação das mulheres, enquanto no caso dos conselhos do meio ambiente, concebe-se uma área ocupada majoritariamente por homens (LUCHMAN et al., 2016).

Ainda Luchman et al. (2016) apontam importante característica no que tange ao espaço do meio ambiente. Mais do que apresentar a superioridade de homens em políticas do meio ambiente, as autoras apontam que essa disparidade aumenta quando vista a escala dentro desses espaços de gestão. Muito disso deve-se, em parte, aos recursos disponibilizados para os homens, que não estão em parte divididos pelo trabalho doméstico e de cuidados, sobrando-lhes mais tempo a se dedicar na construção dessas políticas públicas.

As participações das mulheres nos comitês de bacia acabam se delineando de forma particular aos demais conselhos, carregando questões referentes às problemáticas ambientais e, como vimos diante à valoração do recurso da água, de problemáticas relacionadas ao âmbito profissional que reina nesse espaço (MARTINS, 2013; SOUZA, 2017). O âmbito profissional desses conselhos são marcas fundamentais para a entrada ou não das mulheres. Aqueles conselhos relacionados aos cuidados terão, de forma numérica, uma maior entrada das mulheres. Em contraponto, os conselhos de âmbito econômico e ambiental, marcados principalmente por aquelas profissões de engenheiros e técnicos, serão marcadas por uma prevalência masculina (LUCHMAN et al., 2016; EMPINOTTI, 2010).

Empinotti (2010) aponta parte dessas disparidades encontradas no interior do comitê. A autora trata que esse conselho carrega dentro de si a hierarquia presente no mundo social, no sentido de que se espera um comportamento adequado dessas mulheres, colocando-as em uma posição de reprodutoras das decisões tomadas pelos homens, mesmo que essas sejam totalmente capacitadas para o trabalho. Questionamos que as mulheres, embora presentes, acabam sendo alocadas ao meio doméstico, aos cuidados da sociedade. O gênero é apontado, assim, como a primeira face das relações de poder, por determinar que essas mulheres ocupem cargos específicos no comitê. Em conjunto a esses problemas, pode-se encontrar a dificuldade do

relacionamento essencializado da mulher com a natureza, do relacionamento legitimado por essa visão dominante das relações de poder presente pela valorização do discurso técnico-científico.

Discorrendo sobre a participação política das mulheres, Romão e Martelli (2020) apontaram as características participativas em âmbito local de participação nas políticas públicas. O principal argumento deste estudo se ampara em mostrar que a desigualdade de gênero tem como causa as limitações do mundo do associativismo às mulheres, o que, deste modo, limita e restringe sua participação política em espaços gestores. Os autores/as ainda destacam essa participação em espaços dedicados à educação e ao assistencialismo social como resultado de uma alocação das mulheres ao espaço doméstico e ao pouco associativismo ao mundo sociopolítico, fortalecendo a exclusão ou pouca participação em outras esferas participativas, como as relacionadas ao meio ambiente (EMPINOTTI, 2010; LUCHMAN et al., 2016 e ROMÃO et al., 2020). Cunha (2013), em seu estudo referente às conferências de políticas públicas, constatou que parte dessa ausência das mulheres em conselhos e nas posições de direções dentro desse espaço é reflexo da conciliação dos trabalhos domésticos e de cuidados para com a vida pública. Isso principalmente quando se olha para a falta de aporte em serviços essenciais para a participação das mulheres, como creches. Com isso, quanto mais engajada com a vida doméstica e de cuidados, maior a dificuldade participativa dessas mulheres dentro dos espaços gestores. Essa problemática é responsável pela naturalização dos espaços sociais. Desse modo, às mulheres são reservadas aos espaços de cuidado e aos homens são dadas as características de mais capazes aos afazeres políticos (LUCHMAN et al., 2016; ROMÃO et al., 2020 e CUNHA, 2013).

Existe então um aspecto essencial no entendimento das relações de gênero, que é a divisão sexual do trabalho. Por meio da categoria gênero, a categoria trabalho ganha uma outra faceta, que contempla em sua análise as atividades desenvolvidas por mulheres, anteriormente não contempladas, como o trabalho doméstico, a gestão da casa, o trabalho invisível e não remunerado dos cuidados sociais (ALVARENGA & VIANNA, 2012). Nesse sentido, são separadas a esfera reprodutiva, relacionadas às mulheres, não muito valorizadas aos olhares sociais, e a esfera produtiva, relacionada aos homens, funções valorizadas ao âmbito social (KERGOAT, 2000 in ALVARENGA & VIANNA, 2012). Essa separação das esferas, dispostas pela divisão sexual do trabalho, evidencia-se no interior do CBH-Pardo.

As relações entre homens e mulheres não se dão em um espaço vazio, sendo esse desequilíbrio resultado de um modelo de organização político, econômico e de uma reprodução

hierárquica do mundo social pautada principalmente por uma divisão sexual do trabalho doméstico desigual, o que influencia na participação política dessas gestoras. Nesse sentido, as disputas advindas da dicotomia público x privado, no que se refere às demandas e conflitos referentes ao recurso da água, pode ser ponto de interferência e aprofundamento da desigualdade participativa das gestoras e do público feminino como um todo.

As questões então caem na dificuldade do associativismo (político e social) ao mundo das mulheres, principalmente quando olhamos para como são nomeados os representantes nos espaços de política e as demandas do mundo doméstico relacionadas somente a mulheres. A divisão sexual do trabalho doméstico é parte da problemática participativa da vida social e política das mulheres, ao qual consome tempo de forma desigual, culminando em ausências e menor participação nesses fóruns participativos, mesmo que essas mulheres estejam aptas a participar (LUCHMAN et al., 2016; ROMÃO et al., 2020). Essas questões se complicam ainda mais quando olhamos para as variações no grupo de mulheres. Segundo Biroli (2016) quando cruzamos gênero, classe e raça, percebemos que mulheres negras e de baixa renda apresentam um quadro ainda mais excludente, isso em confronto não somente com os homens, mas dentro de sua própria categoria mulher (BIROLI, 2016 in ROMÃO et al., 2020).

Diante dessas questões de conflitos, notamos que há um maior envolvimento daqueles grupos que possuem capacidade de se organizarem para participar dos espaços políticos de gestão. O desenho institucional desses espaços passa por um recorte de reprodução histórica das desigualdades sociais e políticas (ROMÃO et al., 2020) e essa constatação se fará essencial para compreendermos a participação das mulheres no CBH-Pardo, visto a estruturação participativa e eleitoral do chamado parlamento das águas.

O território do comitê é um espaço político que carrega dentro de si uma autoridade, um discurso da verdade, que exerce centralidade sobre as pessoas (RUI, 2020; ROMÃO et al., 2020 e EMPINOTTI, 2010). As condições que estruturam tanto o comitê como a entrada das mulheres no espaço político - valorizando determinados discursos naturalizados, como a alocação da mulher a questões educacionais, assistencialistas e ao homem alocação ao político, e a valorização da linguagem técnico-científica na gestão das águas -, atravessam de forma diferenciada os homens e mulheres do comitê, influenciando no processo total das decisões e negociações dessa arena. Em complemento a isso, o comitê se apresenta como um território amplamente diverso, em que há encontros de várias questões que levam em consideração problemáticas da água tanto no que se refere ao espaço urbano quanto rural, da bacia hidrográfica, resultando em um espaço político plural do espaço social como todo.

1.3 PROBLEMÁTICAS PARTICIPATIVAS NA GOVERNANÇA HÍDRICA

É consenso na literatura que a gestão integrada trouxe benefícios no que se refere ao recurso da água e a gestão ambiental (ABERS, 2010). Entretanto, essa participação, que está em desenvolvimento, encontrou formas diferenciadas no âmbito do território brasileiro e a desigualdade e conflitos se fizeram presentes a partir disso. O processo de participação ainda sofre com algumas dimensões que tornaram parte desse sistema integrado e que, de certa forma, atravessam a participação das mulheres de diferentes formas.

Diante desse cenário e de suas características, torna-se importante entendermos os mecanismos dessa arena, observando todos os segmentos que a constituem e os sujeitos que as fomentam, compreendendo que os planejamentos e os construtos advindos desse espaço têm como fio condutor o discurso de ser um espaço democrático. Mais do que apresentar esses conflitos, entendemos que estes tomaram formas diferenciadas ao encontrar o espaço participativo das mulheres, visto que gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder, mesmo que essas não sejam diretamente reconhecidas (RUI, 2020; SCOTT, 1999).

Nesse sentido, Martins (2013) aponta que existem características determinantes que permeiam os conflitos de governança dos recursos naturais. O autor afirma que a principal característica que envolve a gestão de recursos ambientais e no que concerne aos recursos hídricos, é a análise universal embasada no conhecimento técnico-científico (MARTINS, 2013). Leva-se em consideração somente o viés econômico, buscando eficácia e maior lucro, descartando frações de indivíduos e da sociedade como um todo. É nesse sentido que Campregher (2020) debate em meio ao processo de politização de acesso e uso dos recursos hídricos, ganhando contornos em meio a legitimidade político- científica. Com isso a autora aponta que esses espaços institucionais, que delineiam a gestão das águas “produz verdades sobre a conjuntura hídrica nacional, amparando-se nas formas de legitimação do discurso técnico” (CAMPREGHER, 2020). Com isso visualizamos relações resultantes desse processo que pressupõem uma arena de conflito e negociação legitimada por um processo que não é de fato somente científico, mas político - científico.

A partir dessas questões concebe-se importante trazer o debate sobre a dimensão do sujeito gestor dessas arenas de assuntos ambientais. Diante disso Espinoza (2016) nos apresenta

a dimensão do sujeito moderno que contornam as gestões ambientais. Com isso temos as dimensões da sociedade moderna que produzem discursivamente as relações entre a sociedade e natureza alçando para alguns sujeitos posições de prestígio. Com isso podemos constatar que a gestão das águas é abarcada por um processo discriminatório, que alcança não somente as pautas deliberadas como a construção do sujeito gestor dessa arena.

Desse modo, muitas das vezes os conhecimentos advindos de atores sociais acabam sendo excluídos desse local de grande importância para seus interessados, não abarcando por completo o planejamento e até mesmo colocando em dúvida o caráter democrático. Ainda em relação ao acesso desigual do conhecimento técnico científico, Abers et al. (2009) apontam que esse desigual acesso à linguagem técnico- científica, que foi legitimada pelos atores do comitê, é causa das maiores desigualdades participativas encontradas nesse espaço de gestão, ultrapassando até mesmo questões de tons econômicos e políticos.

É importante destacar que a transformação do recurso da água em mercadoria e a legitimação da linguagem técnico-científica como espaço neutro e racional dos segmentos pertencentes a esse espaço, proporcionou ao comitê uma reorganização das relações de poder (MARTINS, 2013; EMPINOTTI et al. 2013). Notamos, assim, que as preocupações de interesse político e econômico são levadas para dentro da plenária do comitê por meio da linguagem técnica, que tem como característica ser mais objetiva e racional. Diante disso, destacam-se os diversos problemas levantados nos estudos referentes a esse espaço: a falta de diálogo, a cooptação desse espaço por meio do estado (colocando o espaço do comitê muito mais consultivo dos poderes do que deliberativo, como em seu discurso fundador).

Ainda no que se refere à participação, temos a problemática da composição do segmento sociedade civil. Malheiros et al. (2013) apontam que, de certo modo, há uma seleção que exclui parte da sociedade civil, visto que os que são eleitos no interior dos comitês são entidades que irão participar, além de representar sua categoria por meio da nomeação de seus representados. Ademais, é importante entender que são denominados sociedade civil determinados grupos sociais, tais como associações científicas, usuários de água, usuários agrícolas, usuários industriais e usuários de abastecimento público, todos carregando seus próprios interesses para a arena gestora.

Empinotti (2011) aponta em seu estudo a importância de compreender a não participação para além da definição de exclusão e desigualdades de determinados grupos sociais. Para ela, a não participação se apresenta como estratégia de se levar de fato as demandas de determinados grupos sociais a serem atendidas. A autora conclui que essa perspectiva, além

de demonstrar essa outra face das ausências, aponta uma fragilidade do comitê em meio ao sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, revelando que há uma prevalência de determinados grupos sociais, principalmente aqueles que carregam o status econômico e a linguagem técnica. É importante ressaltar que há entre esses estudos um consenso no que diz respeito à inclusão de grupos anteriormente excluídos. Porém, como demonstrado pela autora, no momento deliberativo, no momento da discussão, a influência desses grupos ainda é pequena. (EMPINOTTI, 2010 e 2011).

Em um estudo sobre os interesses e desinteresse participativo no Planejamento nacional de Recursos Hídricos, Souza (2017) aponta diversas características que desenham o cenário participativo da governança das águas. Um deles consiste nos conflitos organizacionais, os quais se referem à problemática de definição legislativa dos segmentos que estruturam o comitê, principalmente no que concerne à participação da Sociedade civil. Desta forma, os estudos levantados pela autora apontaram que essa consequência traz para dentro da participação uma fragilização nas tomadas de decisão, visto que por vezes os membros de dado segmento podem ir de encontro com os interesses da categoria que o enquadram no comitê. Isso acontece principalmente com os interesses referentes aos usuários da água, categorizados como Sociedade Civil. Além disso, a autora consegue identificar em seu levantamento que existe uma seleção que privilegia o acesso e a deliberação nos processos decisórios. Assim, atores mais organizados e detentores de recursos políticos, econômicos e sociais saem na frente nas estratégias traçadas.

Em conjunto a esses problemas presentes na gestão das águas, pode-se encontrar a dificuldade do relacionamento da mulher com a natureza, do relacionamento legitimado por essa visão dominante das relações de poder presente na valorização do discurso técnico-científico. Empinotti (2011) aponta que essas ações exclusivas, ou de interesse e de interesses sobre o uso da água, mais do que fruto da não dominação das linguagens que prevalecem na governança hídrica, são resultado também de estratégias utilizadas pelas organizações a fim de exercer maior influência sobre o estado. A mesma autora aponta a dificuldade de mulheres agricultoras e irrigantes se encaixarem efetivamente nesse espaço, a ponto de suas demandas serem, aos olhos desse fluxo social, necessidades presenciadas somente no mundo masculino (EMPINOTTI, 2010). Dessa forma, o manejo da água sempre foi visto como uma tarefa masculina. Isto, em conjunto com o contexto rural e, como vimos, concomitantemente à implementação de criação do comitê, culmina na exclusão desse grupo guiado pelas relações de poder hierárquico.

Visualizamos no contexto referente à gestão das águas, não somente uma lógica universal técnico-cognitiva, mas também uma lógica pautada no homem como o centro das questões. Ou seja, são políticas criadas a partir de uma universalização técnica cognitiva masculina, a ponto de as mulheres não possuírem espaço suficiente para se colocar e envolver as pautas com suas visões de mundo. Deste modo, excluem-se as temáticas de gênero do planejamento hídrico, não levando em consideração os saberes socioculturais de âmbito simbólico referente a mulher (EMPINOTTI, 2010; MARTINS, 2013). Assim, da mesma forma que a imagem de subordinação feminina é construída socialmente, a imagem do homem como detentor do poder e de liderança se constrói concomitantemente a esse conjunto de relações de poder (EMPINOTTI, 2010).

São esses os principais problemas encontrados no interior do comitê referente à participação no Sistema Integrado de Recursos Hídricos, e principalmente no que concerne à participação ou não das mulheres nesse espaço. É em meio a essa zona de conflitos que foram avaliadas as posições das mulheres, tanto no que se refere aos seus sujeitos, quanto às disputas de poder relacionadas às áreas de conhecimento legitimadas nesse espaço.

O intuito deste capítulo foi apresentar o cenário pano de fundo de funcionamento dessas unidades de gestão e das principais características que desenharam a participação em espaços de política pública das mulheres. Com isso, foi possível introduzir as principais questões acerca do objeto central de interesse dessa pesquisa, que deram início as compreensões e análises.

CAPÍTULO 2 - O ESTUDO DE TRAJETÓRIAS

Será exposta neste capítulo a importância do caminho escolhido de compreensão das trajetórias, tanto para a análise dos dados gerados e pesquisa documental quanto para os discursos das entrevistas, que vão dar base ao que chamamos de cenário geral participativo do comitê de bacia - mesmo esse sendo um discurso escrito da participação deliberativa do CBH - Pardo. A partir disso, daremos um salto compreensivo que não terá somente o entendimento dos processos base da participação do comitê, mas tratará esses em conjunto com a visão dos sujeitos participantes. Trata-se de explicitar as principais ações executadas ao longo da pesquisa que justificaram o principal objetivo em questão, que se baseia na compreensão da participação social no comitê de bacia do pardo, mais especificamente, das mulheres, no entendimento da inserção e os principais marcadores para uma participação efetiva dessas gestoras.

2.1 OBJETIVOS E APRESENTAÇÃO DA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Diante ao principal objetivo dessa pesquisa - compreensão do modelo aos quais essas mulheres são inseridas nesse processo decisório e os mecanismos movimentados por elas, das principais preocupações dispostas nos avanços e aprofundamentos do fenômeno de interesse, da participação social e política das mulheres no comitê - tornou-se essencial a compreensão da trajetória das mulheres que participam da gestão das águas e sua compreensão no âmbito de sua qualidade participativa.

Diferente dos estudos de gênero relacionados à participação das mulheres na governança hídrica com foco na análise numérica participativa de homens e mulheres dos comitês (ABERS, 2010; EMPINOTTI, 2010), o movimento proposto focalizou na importância da inserção das trajetórias dessas mulheres em meio ao CBH-Pardo, buscando, de certa forma, conciliar as observações já realizadas diante uma nova visão dessa participação.

Assim sendo, buscamos compreender a participação das mulheres nessa instância gestora desde sua primeira equipe, iniciada no ano de 1996 até a gestão de 2019/20. Concentramo-nos, principalmente, nas gestoras e gestores com direito a voto na plenária do comitê referente a cada segmento, mencionado nas estruturas gestoras das águas no Brasil. Em conjunto, traçamos uma análise das mesas diretoras, que contêm papel fundamental nesse processo deliberativo.

Nesse caminho fomos guiados pela seguinte pergunta de pesquisa: as performances de gênero e as narrativas em torno dessas são marcadores dominantes na participação social das mulheres no chamado parlamento das águas? A partir dela desdobraram-se diversas outras questões: quais as principais características das dinâmicas e conflitos de gênero presente nesse espaço de gestão hídrica? De que modo a reprodução ou não reprodução da hierarquia de gênero influencia na participação das mulheres nessa arena deliberativa?

Com isso posto, trabalhamos com uma hipótese inicial de que a estrutura da governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH-Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas de gênero que são resultado de tensões de poder legitimado por meio de forças centrais do âmbito do saber técnico científico e do mercado. Posto isso, partiremos para a justificação do caminho escolhido em conjunto com as diferentes metodologias que utilizamos para o alcance dos objetivos descritos acima.

2.2 AS TRAJETÓRIAS COMO FIO CONDUTOR

A herança disposta pela Escola de Chicago, retomada pelos intelectuais dos anos 1960, possibilitou resgatar o ponto de vista dos agentes sociais, especialmente dos espaços “silenciados” diante a experiência social (relação de dominantes ou dominados) ou, como no nosso caso, de compreensão das relações de poder dispostas no comitê. Dessa forma, as entrevistas propõem acessar a experiência e maneiras de entender a governança das águas desses homens e mulheres. Esse legado teórico-metodológico revela-nos a importância do processo de "escutamento" dos silenciados, o que, em conjunto com a leitura que fazemos de Foucault (1979) sobre relações de poder, traz como ganho o entendimento dessas trajetórias divergentes em meio ao histórico de poder e saber dessa arena gestora, como apresentado nos capítulos anteriores.

As trajetórias “subjetivas” possibilitam um acesso à reconstrução dos significados referidos a eventos importantes de suas vidas. O objetivo pauta-se em encontrar lógica (cognitiva, afetiva, pessoal e social) atribuída pelos próprios participantes do comitê ao processo decisório. Trata-se de trazer para a análise o conjunto de escolhas que realizaram em seus percursos biográficos, intencionais ou não intencionais, que os levaram a participação e interesse na gestão das águas (ALONSO, 2016). Pensar em trajetórias como um método significa analisar de forma cuidadosa e aprofundada os principais temas que constituem o relato oral, esse que pode ser baseado ou em História de vida ou, como escolhido nesse caso, por entrevistas semiestruturadas, justificado assim pelo tempo de pesquisa disposto (GUTIERRES, 2018).

Essas estratégias possibilitam traçar um quadro vívido do fenômeno social de interesse, reconstruindo por meio das experiências subjetivas os processos e relações de poder (ALONSO, 2016). Objetivou-se conciliar a trajetória biográfica dessas gestoras e gestores em meio a um ponto lógico de suas inserções no CBH-Pardo, apontar sua própria definição e os enredos aos quais cercam seus interesses, sejam eles desejáveis ou não (DUBAR, 1998).

A partir disso, passamos por temas relevantes para o entendimento da participação na governança das águas, o que possibilitou a reconstrução das trajetórias dessas gestoras e gestores. Assim, foi possível o entendimento de como são realizados esses processos para homens e mulheres do comitê, observando principalmente como essas trajetórias individuais são atravessadas pelas relações de poder em vigência no comitê, apoiado pelo discurso da verdade de ordem técnico-científica. Nesse sentido, essa vontade da verdade, construída nas pequenas relações de poder, são marcadores que atravessam a participação social das gestoras, colocando-as ora como periféricas ora como centrais no processo de decisão.

Buscamos, com isso, avançar na discussão referente à participação das mulheres no CBH-Pardo em meio à transversalidade das relações de poder existentes nesse espaço decisório, que tem por consequência a construção de um discurso da verdade que pautará as ações dos sujeitos gestores.

Apresentamos a seguir o processo de construção dessa pesquisa empírica e os caminhos para a reconstrução dessas trajetórias.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Queiroz (1991), o termo metodologia tem sido empregado para designar a totalidade dos segmentos de investigação e das técnicas utilizadas na pesquisa. Para a autora, seria a reflexão sobre o caminho ou caminhos seguidos nas diversas fases da pesquisa, desde sua escrita inicial até o resultado da coleta de dados. É desse modo que é orientada a práxis do cientista e suas ações sobre a realidade. Diante do problema de pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa de pesquisa social, apoiada principalmente por pesquisa bibliográfica e documental, bem como realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas com os sujeitos gestores (as) do CBH-Pardo.

A priori, desenvolvemos ampla pesquisa bibliográfica na literatura da Ciências Sociais e sobre a gestão das águas. Essa pesquisa debruçou-se principalmente sobre as temáticas das mulheres na gestão ambiental, especificamente na gestão hídrica, e de leituras pautadas nas problemáticas mais amplas de gênero, sendo esse ponto importante para a compreensão da formação desse espaço gestor e da construção do papel da mulher nas problemáticas relacionadas as questões ambientais. Para mais, também foram realizadas leituras acerca da governança participativa, gênero e políticas públicas e teoria social.

O segundo recurso metodológico da pesquisa foi a catalogação e análise da pesquisa documental. Para a compreensão do fenômeno em questão, da participação social e política das mulheres no CBH-Pardo, buscamos o acesso aos diversos aspectos possíveis apresentados pelos dados e sujeitos do comitê de bacia. Optamos em apresentar análises de dados a partir de documentos disponíveis no site do Sistema Integrado de Recursos Hídricos, que, em conjunto com o resultado do cenário participativo apresentado, trouxe como foco central a compreensão das trajetórias dessas mulheres em meio a sua participação na governança das águas. Foram levantados dados por meio de análises documentais das atas de reuniões Ordinárias e Extraordinárias do comitê, utilizando uma abordagem amostral dessas, selecionando 3 atas por gestão desde o ano de 1996 até o ano de 2019. Com isso coletamos um total de 27 atas, sendo elas exploradas por categorias referentes a cargos, ano de participação, gênero e temáticas das reuniões. É importante destacar, que essa análise se deu levando em conta os três segmentos presentes dentro da construção desse espaço (Sociedade Civil, Estado e Municípios), destacando principalmente aqueles participes com direito a voto, portanto os titulares e suplentes de cada cadeira disposta.

A partir desse movimento, foi possível identificar os representantes que mais participaram ativamente das discussões e traçar o plano de entrevistas semiestruturadas.

Levamos em consideração tanto as mulheres do comitê, quanto a visão dos homens em meio à participação, em vista de que para a compreensão das dinâmicas de gênero é necessário ir a fundo na construção participativa desses dois polos, já que a construção do que é a participação da mulher é determinada também pela construção do que é a participação do homem (EMPINOTTI,2010)². Para além da identificação por meio dos documentos, utilizamos também um processo de rede, de amostragem de propósito, que teve como base as informações que os próprios informantes forneciam durante as entrevistas realizadas (MARTINS, 2004) Realizamos, então, um processo de rede, de bola de neve aos quais os próprios entrevistados indicavam sujeitos importantes desse processo participativo. Esse método possibilitou o alargamento da rede de contatos tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos (MARTINS 2004; VINUTO, 2014).

Pautados nessa orientação, realizamos entrevistas semiestruturadas, buscando compreender como se deu a trajetória desses homens e mulheres do comitê, adentrando aos principais conceitos participativos de construção da arena, como o entendimento de divisão do trabalho, da compreensão do que entendem por gestão das águas e até mesmo de suas visões sobre o recurso. Essas entrevistas foram realizadas a distância, amparadas por meios de videoconferência.

Nesse sentido, foram empregadas algumas questões importantes referentes à análise das entrevistas, que deram base ao desenho do roteiro, tais quais: quem são as mulheres do comitê? Como é direcionada a divisão sexual do trabalho no interior do comitê? Quais os mecanismos utilizados por essas mulheres para sua participação dentro dessa arena? Há alguma diferença participativa entre os segmentos que compõem o comitê? Além dessas questões, o grande questionamento de pano de fundo deste estudo pautou-se no seguinte problema pesquisa: as performances de gênero e as narrativas em torno dessas são marcadores dominantes na participação social das mulheres no chamado parlamento das águas?

Para além da compreensão da qualidade participativa e das visões ao qual cada sujeito carregava desse processo decisório, dispostos por meio das entrevistas, a amostra de atas se apresentou como um importante substituto do acompanhamento das reuniões presenciais, visto

² É importante ressaltar que o crivo desta investigação passou pela categorização de homens e mulheres diante de identificação nominal civil, realizado durante o reconhecimento dos representantes nas atas de reuniões. Considera-se, portanto, esse movimento problemático visto as diversas discussões teóricas sobre identificações de gênero e sexo salientando a importância do reconhecimento e identificação de gênero.

que pandemia da Covid-19 impossibilitou realizar a observação dessas reuniões. A leitura e catalogação das atas propiciou o entendimento de como se davam os processos e rituais de reuniões e trouxe uma visualização dos momentos de fala, importante processo para o entendimento participativo das mulheres e das ausências dessas falas.

É importante ressaltar que os esforços foram direcionados àqueles gestores e gestoras que possuíam direito a voto na plenária do comitê, buscando identificar os segmentos ao quais eles representavam e suas especificidades. Assim foram e identificados e realizadas 7 entrevistas, a saber:

Figura 2 - Quadro dos entrevistados do CBH-Pardo

ENTREVISTADOS	SEGMENTO	ENTIDADE	DATA DA ENTREVISTA
ANA	Sociedade Civil	Universidades	JUNHO DE 2021
JÚLIA	Sociedade Civil	Entidade ambientalista	JULHO DE 2021
FERNANDA	Jornalista	Jornalista	JULHO DE 2021
MARIA	Sociedade Civil	Entidade agroindustrial	FEVEREIRO DE 2022
RENATA	Sociedade Civil	Universidades	MARÇO DE 2022
JOÃO	Estado	Entidade estadual	JUNHO DE 2021
JOSÉ	Sociedade Civil	Entidade profissional	JULHO DE 2021

Fonte: Elaborado pela autora a partir da coleta de dados do CBH-Pardo

Concomitantemente ao quadro de entrevistados, apresentamos um quadro participativo dos entrevistados do CBH-Pardo, que tem como principal objetivo demonstrar o tempo participativo desses gestores e gestoras. Esse quadro foi desenhado de acordo com o discurso participativo de cada sujeito gestor, o qual demonstra que alguns estão presentes desde o início e outros se encontram atualmente afastado desse processo.

Figura 3 - Quadro participativo dos entrevistados do CBH-Pardo

PARTICIPANTES	GESTÕES											
	1996	1999/2001	2001/2003	2003/2005	2005/2007	2007/2009	2009/2011	2011/2013	2013/2015	2015/2017	2017/2019	2019/2021
ANA												
JÚLIA												
FERNANDA												
MARIA												
RENATA												
JOÃO												
JOSÉ												

Fonte: Elaborado pela autora a partir da coleta de dados do CBH-Pardo³

Com isso posto, acompanhamos os construtos advindos das literaturas levantadas e das análises traçadas, tanto documental quanto das trajetórias, dos momentos captados pela análise das atas em conjunto com as entrevistas realizadas no CBH-Pardo. É importante ressaltar que o intuito de as apresentar de forma separada se concebe justamente na razão de demonstrar a importância do caminho realizado para inserção e discussão nesta arena, apontando principalmente semelhanças e diferenças desse processo disposto em suas trajetórias.

Com isso em mente, passaremos à compreensão dos principais pontos de nosso fenômeno em questão, os quais fundamentaram os resultados e processos de pesquisa aqui delineados. Adentraremos nos principais conceitos que envolvem nosso fenômeno de interesse, que mais adiante basearam as compreensões e construtos advindos do campo de estudo.

³ Importante ressaltar que esse quadro participativo foi desenhado por meio dos discursos dos entrevistados. Nesse sentido foi remontado o tempo participativo por meio das trajetórias dos discursos coletados.

CAPÍTULO 3 - AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS SOB O OLHAR DA DIFERENÇA DE GÊNERO

Neste capítulo, buscaremos apresentar as principais contribuições e ganhos quando centralizamos as relações de poder relacionadas ao contexto de gênero sobre as questões de desigualdade e de paridade participativa em espaços de gestão ambiental. Nesse sentido, serão aqui tratados os principais conceitos analíticos que darão base para a compressão dos discursos coletados em meio aos documentos escritos e entrevistas realizadas. Interpretar esses discursos possibilita-nos remontar e desafiar não somente o quesito participativo e os mecanismos para a realização participativa das mulheres, mas também de colocar esse espaço do comitê e seus principais pilares ao limite do questionamento.

3.1 PARIDADE PARTICIPATIVA SOB O EIXO GÊNERO

A construção da análise de gênero apresenta potencialidades importantes para nossa compreensão. Segundo Rui (2020), as análises de gênero trazem um privilégio metodológico por conseguir alcançar as mais amplas formas das relações desiguais existentes no interior do comitê, além de que gênero perpassa as mais diferentes áreas do mundo social, atravessando toda e qualquer problemática do âmbito sociológico.

Scott (1999) apresenta gênero como uma forma primeira de poder que aloca os indivíduos para determinados lugares. A autora apresenta o conceito gênero como uma categoria analítica que traz à luz processos de construção e compreensão não somente da diferenciação sexual, mas dos processos históricos. O gênero se apresentaria, então, como um conjunto dos sentidos dinâmicos construídos nas relações de poder que sustentam as relações entre homens e mulheres. Nesse sentido, há diversas formas de diferenciação sexual que decorrem entre diferentes momentos e grupos históricos em meio aos discursos por esses formados. Entretanto, ao olhar para nosso espaço de interesse por meio dessa chave, precisamos levar em conta que essa se concebe como um espaço de deliberações sobre as necessidades de

cada parte envolvida. Nessa chave, Fraser (1985 in SANTOS, 2019) propõe um melhor ponto para compreensão das buscas pela legitimidade das necessidades e de uma paridade participativa. A autora propõe que a análise com base no gênero passe não somente por esse eixo transversal, mas que todos os outros marcadores sociais de distinção sejam assim considerados ao decorrer, principalmente quando analisados os discursos produzidos em meio às disputas políticas (SANTOS, 2019).

O que temos perante a essas questões é que, mais que um jogo de poder que constrói o discurso, essas manifestações serão também elaboradas sob um critério normativo da esfera pública, que ronda não somente conceitos importantes para análise participativa das mulheres, como o trabalho, mas que também interferem conceitos importantes para a democracia, chave central de fomento e construção desse espaço. Fraser (1995), na crítica de ausência do poder em relação ao gênero em sua leitura Habermasiana sobre a esfera pública, aponta que o papel de cidadão é construído em meio à ligação de um Estado para com um discurso de esfera pública patriarcal, no qual se cria um sujeito cidadão específico, pautado no protetor masculino. Essa crítica se faz importante para a compreensão de nosso espaço em questão, pois, além desse ambiente ser construído como um espaço democrático, trata-se também de apontar a capacidade paritária de participação e de diálogo no espaço social.

De acordo com Foucault (1979), o poder produz a realidade, gera campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele resultam se originam nessa produção (MAIA,1995). A prática cotidiana e os rituais propostos no momento decisório podem ser produtos estratégicos de sujeitos e instituições em disputas. Em contexto mais amplo, essas questões podem representar não somente as tensões locais de poder, mas um tipo de Estado que tem por interesse o endossamento desse modelo organizacional de participação social no espaço público. Essas relações de poder vão ditar e dar fluxo à participação social do comitê. Neste sentido:

"Temos, em suma, que admitir que esse poder exerce, mais do que se possui, que não é "privilégio" adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas, efeito manifestado e às vezes reconduzido pelas posições estratégicas, efeito manifestado e às vezes reconduzido pelas posições dos que são dominados"(MAIA, 1995, p.5).

Diante disso, os discursos criados nesse ambiente de gestão são resultado de tensões que constroem o sujeito gestor, e são atravessados pelas estratégias das grandes forças interessadas

no recurso da água, e de um discurso político patriarcal entre o Estado e a esfera pública. O discurso estrutura-se a partir das tensões de poder referentes ao grande cenário de pano de fundo presente no cerne da construção dessa arena (econômico e do saber). As práticas irão construir uma vontade da verdade discursiva, legitimada pela participação centrada nos sujeitos dotados dessas características. O poder se apresenta de forma a ser exercido na ação entre as relações de forças. Esse poder encontrou na economia uma razão de ser histórica. Esse modo de se fazer-exercer é percebido no modelo de construção do comitê, que por meio da razão econômica se faz entender como uma razão indiscutível, que sempre esteve lá. Em conjunto com o entendimento de poder foucaultiano e da disputa e necessidades políticas postas por Fraser, esse modo de fazer-exercer nos apresenta um espaço atravessado por disputas nas relações de homens e mulheres, exercendo-se de diferentes formas e criando sujeitos distintos nesse processo.

A compreensão desses discursos em meio categorias analíticas que visem à dinâmica de gênero presente nesse espaço vão ao encontro de todas essas questões levantadas, apresentando que a imagem de subordinação feminina é construída socialmente à imagem do homem como detentor do poder e de liderança. Ambas são constituídas concomitantemente ao processo de relações de poder desse espaço gestor (EMPINOTTI, 2010). Podemos questionar, a partir dessa leitura, que não somente a imagem da mulher será delineada nessa lógica, mas a própria construção desse espaço democrático.

Quando olhamos as construções das relações e discursos dos homens e mulheres do comitê, retomamos importantes considerações acerca do poder: a) O poder não é algo que se têm, ele se exerce de diferentes formas a partir de diferentes pontos das relações desiguais e móveis, portanto, ele agirá de formas distintas entre homens e mulheres do comitê de bacia e entre seus iguais (FOUCAULT, 1979). Gênero, nesse caso, é somente uma das formas pelas quais ele se exerce, mostrando, assim, a profundidade das relações de poder dentro desse espaço; b) com isso, as relações de poder, tal como construídas no ambiente, são efeitos imediatos das desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas. Elas são, portanto, resultado do modelo pelo qual o comitê se construiu no país, no encontro do modelo de gestão francês para com os conflitos ambientais brasileiros; c) o poder como resultado de correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção (nas instituições, por exemplo). São, assim, resultado das disputas e negociações de distintos sujeitos sociais interessados no recurso da água, esses que carregam não somente suas diferenças em termos de homens e mulheres, mas também de seus locais de origem onde pleitearam seus interesses

dentro da arena; d) essas relações de poder que serão ao mesmo tempo intencionais e não subjetivas, mas que carregam também objetivos e miras. O principal modo de compreender as relações de poder referentes ao gênero dentro de comitês muitas de suas vezes aparecerão despercebidas por conta justamente dos objetivos essenciais ditados pela arena.

Fraser (1985 in SANTOS 2019) articula em seu entendimento saindo de uma leitura teórica padronizada, do discurso em si para uma leitura da interpretação das necessidades, por vias da identificação ou da diferença, esse movimento que a autora faz a partir da leitura de Foucault, traz para dentro do modelo de análise do discurso social uma abordagem contestadora das necessidades em sociedades de bem-estar social (SANTOS, 2019 p.54).

“Fraser então articula esse modelo das necessidades a estrutura social, com destaque para as sobreposições entre as esferas política, econômica e doméstica da vida social, mostrando também a tentativa de pensar sobre uma teoria social sem filosofia que olha para as relações de poder nos discursos a partir das particularidades contextuais de forma crítica (SANTOS, 2019 p.55).”

A importância de se pensar nessa via de leitura se dá justamente no entendimento dos movimentos propostos pelas mulheres e homens do comitê para se fazer reconhecer e serem ouvidos. Pensando no atendimento às suas pautas, às suas necessidades, as gestoras dos comitês propõem, em meio ao seu entendimento sobre o discurso legitimado desse contexto, um “novo modelo” de participação, que se encaixa no eixo da diferenciação de gênero. A partir disso, Fraser vai na contramão da leitura Habermasiana⁴, de uma colonização do mundo da vida pelo mundo sistêmico, apontando que não é possível distinguir claramente uma esfera social livre de normas e outra ao qual funcionam relações de poder. Para ela ambos são interligados e muitas vezes incorporam significados sociais, instrumentalizando-os (BRESSIANI, 2011). Assim, é preciso distinguir e identificar os mecanismos de interação social produtores das diferenças, produtores da injustiça social no mundo sistêmico que estaria na base normativa de seu modelo teórico.

⁴ A autora procura tratar das dificuldades encontradas no modelo de Habermas, deslocando e não abandonando a distinção entre sistema e mundo da vida, alterando como o autor concebe as relações de poder, muito por sua análise pautando o eixo de gênero (BRESSIANI, 2011). Assim, a autora questiona também o caráter normativo do mundo sistêmico que tem como base sua interligação para com o mundo da vida. Os valores, a tradição não são colonizados pela racionalidade e sim interligados para com os contextos institucionais modernos.

Temos aqui dois principais pontos oferecidos por Fraser e por sua leitura incorporada de Foucault que seguirão nossa análise futura. O primeiro nos coloca, em meio ao eixo de gênero como análise, na compreensão de como se opera esse discurso, principalmente em vias de como são colocadas as necessidades das mulheres nesse ambiente de disputa e deliberação participativa, como esses sujeitos são reconhecidos e contextualizados dentro dessa arena. O segundo ponto nos ajuda a acessar os mecanismos de poder presentes discursivamente nessa arena, contribuindo na compreensão de como são construídos esses discursos, identificando as relações de poder que estão por trás da construção dessa arena deliberativa.

3.2 A NATURALIZAÇÃO DA RELAÇÃO MULHERES E NATUREZA

A partir de toda essa discussão apresentada anteriormente, abrimos espaço para criticar também o envolvimento e o papel das mulheres para com a natureza. A relação das mulheres para com as problemáticas ambientais toma formas diferenciadas do que a relação dos homens para com a natureza. Esse ponto deve ser levado em consideração para a compreensão dos espaços e assuntos dispostos a eles e elas no comitê de bacia.

A questão ambiental, em conjunto com a perspectiva de gênero, torna-se fundamental para a compreensão do processo de transformação do meio ambiente no contexto de desenvolvimento sustentável ao qual vivenciamos. Hernandez (2010) aponta todos os limites dessa identificação das mulheres com o natural em conjunto com o apontamento de duas importantes correntes do ecofeminismo: social e cultural.

O ecofeminismo cultural traz como principal ponto a oposição entre esfera pública e privada, que parece ser o lugar de formação de identidade, cultura ética distinta entre homens e mulheres. Nesse sentido, se reconhece a complexidade da identidade humana por meio da confluência e da inter-relação de vários eixos identitários (HERNANDEZ, 2010). Esse é ponto central dos questionamentos ao qual os discursos coletados nos propuseram pensar. O espaço dessas esferas e como foram construídas, sob um parâmetro calcado em um discurso racional, livre de valores, ainda encaixa as mulheres em uma não superação desses mesmos valores. O cultural traz como central de sua crítica que ambas as categorias, tanto as mulheres quanto a natureza, são categorias socialmente construídas, factíveis de mudança todo o tempo.

Entretanto, em meio às importantes colaborações deste movimento, um dos pontos centrais que estruturam essa linha de pensamento pauta-se na relação entre o feminino e a

natureza, que permite privilegiar o papel das mulheres na luta ecológica para contribuir nas questões sobre o meio ambiente (GARCIA,1992; HERNANDEZ,2010). Esse ponto é problemático por conta de tratar as mulheres como o sujeito sustentável por essência, alocando as mulheres em uma categoria homogênea em relação às ações e prática para com a natureza. Não somente diz em relação ao papel da mulher, mas coloca o homem como o sujeito por essência poluidor, ou constrói um sujeito masculino incapaz de contribuir para com o campo sustentável, como aquele sujeito somente do viés econômico e técnico.

Ainda nessa questão do vínculo e obstáculos entre o relacionamento da mulher e natureza, Garcia (1992), debatendo com o ponto de vista ecofeminista, articula três importantes aspectos que fomentam as relações de poder referente a esse campo, em vias de apontar a problemática da radicalização dessas. São elas: a) uma conexão para com as formas de dominação, tanto das mulheres como da natureza, ambas centradas em um tipo semelhante de exploração. b) a mulher e natureza são vistas ambas como "vítimas" da dominação masculina. O patriarcado coloca uma visão de que as mulheres são mais próximas da natureza e os homens da cultura, sendo a natureza vista como inferior à cultura; com isso, percebe-se a divisão dos mundos natural e cultural. A autora aponta que essas visões representam a mulher como categoria unitária, sem diferenciação, excluindo outras fontes de dominação que não somente a do homem, como o âmbito do poder político e econômico, ao qual homens e mulheres estão sujeitos. É importante ressaltar que o entendimento não se dá em negar os primeiros aspectos, mas colocar em compreensão que não são causas e efeitos únicos. As condições fundamentais para a emancipação das mulheres e da natureza passam por um modelo democrático e inclusivo que viabilize outras visões de mundo que não a do homem (com os essencialismo ou não), mas também de crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, relações de poder que abarcam ambos os gêneros.

Essas questões se enraízam tão fortemente que nas visões das mulheres e homens do comitê, os sujeitos gestores mulheres carregam para suas contribuições participativas e construção dos discursos referente aos ganhos participativo das mulheres a visão socioambiental e da natureza para além de um recurso econômico. Nota-se isso não somente na visão das mulheres sobre suas próprias participações, mas também na visão dos homens sobre a participação feminina. No que toca à participação dos homens como gestores, essa ganha força também, da construção desse sujeito econômico e técnico do recurso, que não consegue trazer na sua pauta a visão socioambiental tal como as gestoras trazem.

"Eu vejo que sim (homens e mulheres têm visões diferentes). A gente (mulheres) usa o objetivo de desenvolvimento sustentável, que sabemos que tem que trabalhar muito na câmara técnica. Em muitas regiões do país quem provê a água da família é a mulher, é ela quem carrega a lata d'água na cabeça, nosso sentimento pela água é esse sentimento de cuidado com as pessoas. Então ela (Mulher) tem sentimento maior pela água do que os homens. Água como recurso, como um valor econômico está mais na visão do homem, já a mulher enxerga como algo importante, um elemento natural importante para viver." (JÚLIA, Entidade ambientalista/Soc. Civil, 2011/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Conseguimos aqui trazer importantes elementos do ecofeminismo, apresentados no trecho do discurso de Júlia, que se centra na relação da mulher com a natureza e o reconhecimento da importância da preservação e de outros conhecimentos (HERNÁNDEZ, 2010). Pela experiência e trajetória das mulheres, elas (em sua visão) conseguem se aproximar mais do desenvolvimento sustentável, enxergando o recurso da água não somente como um elemento econômico, mas de importância para a vida. Podemos, então, analisar como são enxergadas as esferas sociais em meio ao espaço do comitê, que colocam o âmbito econômico neutro aos outros valores e questões da vida social. Isso cai na leitura de Fraser (1985 in SANTOS.2019) que, ao olhar para a dicotomia presente no mundo da vida e sistêmico, percebe o entrelaçamento dessas relações. Ademais, essa não identificação acaba por colocar o homem como um sujeito gestor neutro, que não carrega nas suas preocupações deliberações no âmbito do mundo "masculino", sendo ele reconhecido como um sujeito gestor econômico, causando assim uma não neutralidade na participação das mulheres nesse espaço. O que queremos dizer é que as pautas levantadas e os discursos movimentados pelos homens do comitê não vão carregar o status de político, desvencilhando assim o sujeito que gere com as estratégias desse espaço. Isso não somente estará presente neste ponto do texto, mas voltará a ser refletido quando analisarmos os discursos, mais adiante.

Diante disso, faz-se importante a compreensão de todos os espaços que atravessam as relações dos sujeitos com o meio ambiente. Hernández (2010) aponta uma importante contribuição advinda do ecofeminismo, a ecologia política feminista, essas relações são atravessadas por fatores de raça, classe e gênero. Segundo a autora, a ecologia política feminista tenta compreender a forma pela qual geram-se os diferentes interesses com a natureza. Com isso, traz para dentro da análise a participação dos diferentes atores sociais que podem ou não

intervir nos usos dos recursos naturais, o que, concomitantemente, acessa as relações de poder implícitas nesse uso e no controle do meio ambiente.

Os discursos são políticos e não estão livres de valores sociais. A identificação das interações por meio do contexto das relações de poder local, por meio da diferença de gênero sobre esses espaços, só faz aprofundar e contribuir para o entendimento deixado por essa importante linha de pensamento, esse movimento vai para além da compreensão da mulher por essência um sujeito sustentável e do homem por essência um sujeito poluidor.

O intuito desse capítulo foi apresentar os principais conceitos que delineiam a compreensão das problemáticas ambientais por meio do eixo gênero, quais sejam as relações de poder que atravessam de diferentes formas as participações do comitê e o modo ao qual essas são aderidas e mobilizadas, em vista da compreensão da dicotomia social, ao qual o mundo da vida e sistêmico se misturam no entendimento estrutural do comitê de bacia do Pardo. Além disso, apresentou as diversas problemáticas que cortam o chamado parlamento das águas e que, concomitantemente, delineiam a participação das mulheres, dando início aos principais conceitos que farão parte das análises.

CAPÍTULO 4- OS PILARES ESTRUTURAIS DO CBH-PARDO

Neste capítulo teremos um aprofundamento das problemáticas referentes à localidade de interesse, o CBH-Pardo, visto que cada espaço de gestão possui problemáticas próprias que influenciam a participação das mulheres de forma diferenciada. Serão apresentadas as principais características que possibilitaram a implementação dessa unidade gestora e suas especificidades. Serão apresentados também os principais processos participativos do interior do comitê que fomentam as atividades participativas. Isso se faz importante por pontuar quais os principais conflitos e sujeitos que se fizeram e se fazem participar.

4.1 CARACTERIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO CBH- PARDO

Atualmente no Brasil há divisões de bacia hidrográficas baseadas tanto em âmbito Estadual como em âmbito Federal, ambos norteados pela preocupação da integração de todos os conflitos referentes a esse recurso e sua proteção ambiental (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

O Estado de São Paulo foi dividido em 22 unidades de gerenciamento hídrico. Uma dessas unidades é o Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo. Instalado no dia 12 de junho de 1996, esse comitê integra 27 municípios da região administrativa de Ribeirão Preto, sendo essa a principal sede de todas as atividades do comitê e espaço central de sua Secretaria Executiva. Segundo o SIGRH, sua abrangência possui uma população de 1.092.477 e drenagem de 8.993 km².

A Figura 4 apresenta as divisões gerenciais do estado de São Paulo, com foco no CBH-Pardo de número 4, destacado na cor laranja.

Figura SEQ Figura * ARABIC 4 - Divisões das Bacias Hidrográficas do estado de São Paulo
DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 22 (VINTE E DUAS) UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS – UGRHs



Fonte: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo/ Lei nº16.337/2016

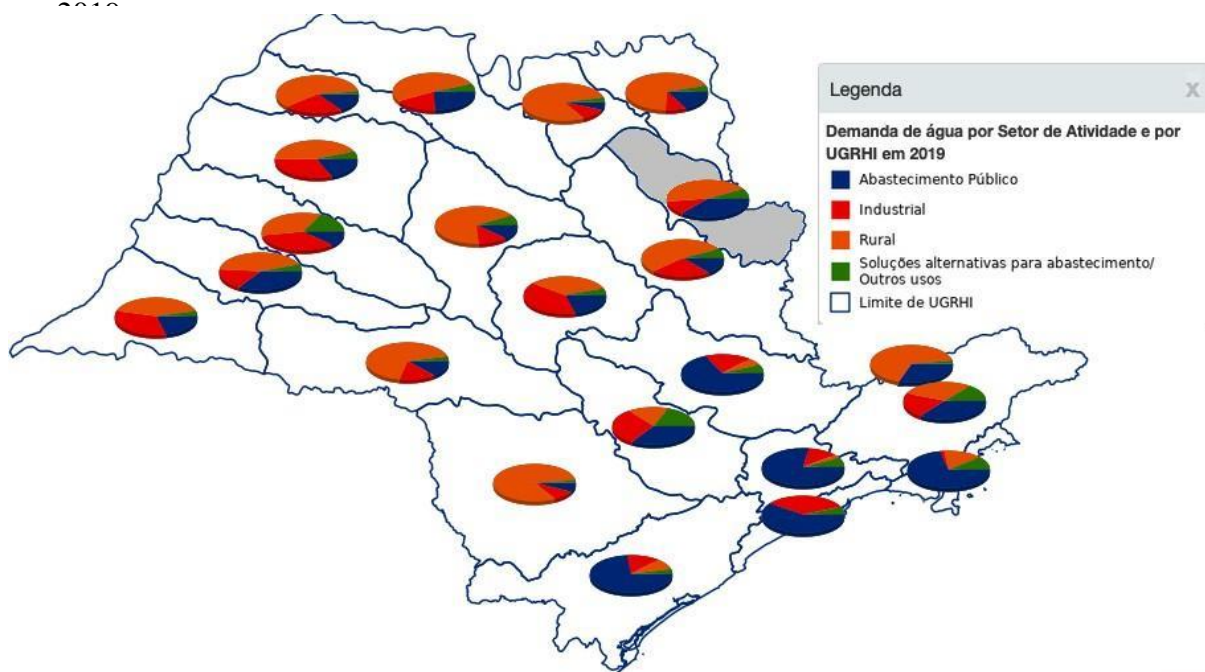
Visualizamos abaixo a distribuição municipal do CBH-Pardo e a distribuição de alguns municípios em espaços de Área urbana e Área rural.

Figura SEQ Figura * ARABIC 5 - Quadro dos Municípios que fazem parte do

UGRHI	Municípios	Totalmente contido na UGRHI	Área parcialmente contida em UGRHI adjacente	
			Área urbana	Área rural
	Altinópolis	Não	08	08
	Brodowski	Sim	--	--
	Caconde	Sim	--	--
	Cajuru	Sim	--	--
04-PARDO	Casa Branca	Não	--	09
	Cássia dos Coqueiros	Não	--	08
	Cravinhos	Não	09	09
	Divinolândia	Sim	--	--
	Itobi	Sim	--	--
	Jardinópolis	Sim	--	--
	Mococa	Sim	--	--
	Ribeirão Preto	Não	--	09
	Sales Oliveira	Não	--	12
	Santa Cruz da Esperança	Sim	--	--
	Santa Rosa de Viterbo	Não	--	09
	São José do Rio Pardo	Sim	--	--
	São Sebastião da Gramma	Sim	--	--
	São Simão	Não	--	09
	Serra Azul	Sim	--	--
	Serrana	Sim	--	--
	Tambaú	Não	--	09
Tapiratiba	Sim	--	--	
Vargem Grande do Sul	Não	09	09	

Percebemos que nem todos os municípios participantes do comitê possuem sua área totalmente nela contida. Alguns desses municípios não possuem seu território inteiro no espaço do comitê do Pardo como o caso dos municípios de Altinópolis, Casa Branca, Cassia dos Coqueiros, Cravinhos, Ribeirão Preto, Sales de Oliveira, Santa Rosa do Viterbo, São Simão, Tambaú e Vargem Grande do Sul, podendo esses fazerem parte de mais de um espaço de gestão. Além dos municípios participantes, no mapa abaixo visualizamos as demandas dos Comitês de bacia do estado de São Paulo. Os gráficos apontam as principais demandas dos comitês, levando como importante três principais eixos que permeiam a gestão das águas, são eles: Abastecimento Público, Industrial e Rural.

Figura SEQ Figura * ARABIC 7 - Demanda de água por Setor de Atividade e por UGRHI



Fonte: DataGeo/ Sistema Ambiental Paulista

As principais atividades econômicas dessa bacia se baseiam no setor rural, como apontado no gráfico destacado na área cinza, seguido depois das demandas relacionadas ao abastecimento público. As principais atividades do setor agrícola da região de interesse da pesquisa se concentram no setor da agroindústria sucroalcooleira, citricultura e pastagens, complementado por outras demandas de indústrias, comércio e serviços.

O CBH-Pardo têm como espaço de deliberações técnicas, 4 câmaras; são elas: Câmara Técnica da Agenda 21 e Educação ambiental (CT-AEA), Câmara Técnica de Outorgas e Licenças, Institucional e legal (CT-OL/IL), Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PGRH) e, por fim, Câmara Técnica de Saneamento e de Água Subterrânea (CT-SAN-AS).

Visto isso, esse espaço abarca importantes setores da economia paulistana, principalmente no que se refere a atividades da agricultura e da agroindústria. Desse modo, torna-se fundamental a compreensão dos mecanismos de gestão e as visões de mundo presentes dentro dessa arena, observando os segmentos que o constituem e os sujeitos que os fomentam. Assim, almejamos compreender os planejamentos e construtos advindos desse espaço que têm como fio condutor o discurso de ser um espaço democrático em meio às principais relações que

atravessam o contexto demográfico da bacia do Pardo. No que tange a algumas problemáticas encontradas nesta bacia, Pizella e Souza (2013) apontaram em estudos referentes aos planos de bacia questões participativas a serem refletidas. Um desses diagnósticos são as questões não abordadas nos planos de bacia referentes a algumas atividades da região, como queimadas agrícolas, expansão da monocultura de cana de açúcar e seus efeitos sobre a água e a diversidade ecossistêmica desse espaço.

Para além dessas problemáticas, o relatório de bacia do ano de 2010 destacou outras questões sobre o colegiado, com enfoque na falta de participação pública e na ausência de articulação entre os setores, principalmente no que toca à participação nos planejamentos da bacia. Além disso, os autores apontaram uma falta de independência do comitê no que confere à realização dos planos de bacia, sobretudo por conta de os planos serem efetuados por meio de consultoria técnica, utilizando a assembleia do comitê muito mais em âmbitos de consulta e, assim, se afastando da realidade dessas águas.

Com isso, é necessário entender como são desenhadas as estruturas de participação e a entrada dos sujeitos que farão parte do planejamento e distribuição de recursos desse espaço hidrográfico e social no interior do comitê, visto que essas são as principais bases delimitadoras da participação social, que definem os sujeitos e instituições partícipes desse processo. Para isso, tentamos compreender como são realizadas as eleições e as reuniões que formam os principais pilares participativos dessa arena.

4.1.1 AS ELEIÇÕES NO COMITÊ

O comitê de bacia concebe-se em uma arena que discute e define as alocações e ações referentes ao recurso da água. O controle desse bem universal e essencial para a vida passa pelas mãos de determinados sujeitos que estão expostos por diferentes práticas de gestão que influenciam diretamente a forma participativa. Assim, ele é constituído estruturalmente por três segmentos importantes (fruto de sua “herança” do modelo francês), que são: Sociedade Civil, Estado e Municípios.

O estatuto do Comitê Pardo apresenta essa divisão da seguinte forma: a) 13 titulares e seus respectivos suplentes do segmento Estado, sendo estes indicados por órgãos e entidades estaduais administrativas centralizadas e descentralizadas, nos quais suas atividades se relacionam com a proteção e gerenciamento dos recursos hídricos; b) 13 titulares do segmento

Município e seus respectivos suplentes, sendo eles Prefeitos dos municípios membros do comitê de bacia; e, por fim, c) 13 titulares da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes, que devem ser indicados por entidades legalmente constituídas por pelo menos um ano de existência atuem na área de Recursos Hídricos e que estão sediadas na região do comitê Pardo.

Figura SEQ Figura * ARABIC 8 - Estrutura da Assembleia deliberativa do CBH-Pardo

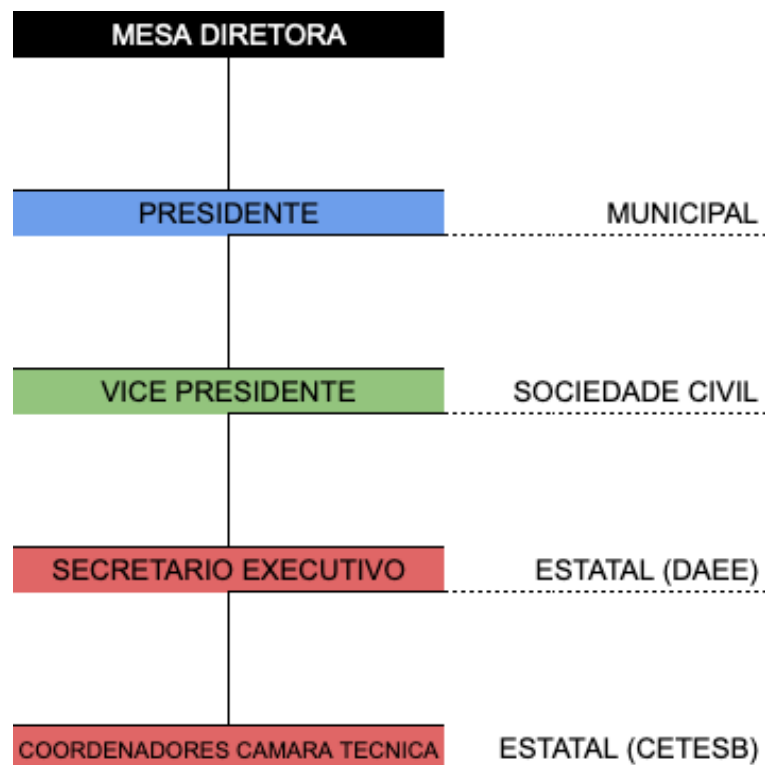


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIGRH

O segmento da Sociedade civil possui divisões dentro de seus 13 titulares e suplentes para sua composição, que são, segundo o estatuto: a) 4 representantes de entidades ligadas ao consumo do Recurso (usuários pagadores); b) 3 representantes de universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com atuação em recursos hídricos; c) 3 representantes de sindicatos dos trabalhadores, associações técnicas, governamentais e comunitárias, com atuação na gestão hídrica; d) 3 representantes de entidades ambientalistas, com o foco na atuação em recursos hídricos. Além dessas divisões, as instituições interessadas na participação no comitê preenchem, antes do processo de eleição, fichas cadastrais (se novas) ou atualizam seus cadastros, para a disputa interna de escolha para a plenária com direito a voto.

Para além da composição da plenária, que tem direito a voto, o comitê possui algumas regras referentes à composição da mesa diretora. A diretoria de cada gestão é composta por Presidente, sendo ele (a) geralmente representante Municipal; Vice-Presidente sendo ele (a) representante da Sociedade Civil; Secretário executivo e Secretário Executivo Adjunto sendo eles (as) representantes do Estado (no caso do CBH-Pardo representado pelo DAEE); e, por último, Coordenador de Câmaras técnicas sendo ele (a) representante do Estado (no caso do CBH-Pardo representado pela CETESB).

Figura SEQ Figura * ARABIC 9 - Composição da mesa diretora do CBH-Pardo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIGRH⁵.

Cada gestão do comitê é eleita de dois em dois anos, no caso do CBH-Pardo até o dia 31 de março dos anos ímpares. Cada segmento acima apresentado, elegerá entre seus pares integrantes para representá-los, cabendo assim a entidade eleita a indicação do nome da pessoa que irá representá-la.

A eleição das organizações acontece em uma reunião separada de cada segmento participante do CBH-Pardo. Nela seus pares vão eleger as instituições que irão representá-los na plenária do comitê, e a partir dessa escolha, entre os membros Sociedade civil, Estado e Municípios, irão as próprias instituições indicar o nome de seus representantes. Temos, então, a escolha das instituições que complementam as assembleias gerais do comitê, cabendo às

⁵ É importante ressaltar que o quadro acima se apresenta de acordo com o histórico do CBH-Pardo. Nesse sentido, são deliberados entre os segmentos, quais deles vão ocupar determinados cargos da mesa diretora, principalmente no que se refere ao Presidente e Vice-presidente.

instituições eleitas indicar seus representantes. Deparamos desta forma com um procedimento das técnicas de poder das estruturas do CBH-Pardo. Essas técnicas incidem no comportamento dos sujeitos que participam, ou, como podemos aqui referir, que interferem diretamente em seus corpos, selecionando aqueles que possam se fazer presentes nesse momento. Deste modo, decisões são tomadas entre pares isoladamente, que vão formar, dirigir e modificar a maneira de se compreender esse espaço (SOUZA, 2011).

É importante ressaltar que esse processo, mesmo ocorrendo em reuniões distintas dos segmentos que estruturam o comitê, passam por uma deliberação da assembleia geral do comitê. Sendo essa aprovada por todos (sociedade civil, município e estado), é homologado então os novos membros representantes do comitê.

Vale evidenciar que todo esse processo, tanto da eleição diretora, quanto da eleição dos membros dos segmentos, necessita da aprovação pela plenária, mesmo essa indicação sendo feita no interior de cada segmento e instituição.

“A cumplicidade será uma adjetivação para caracterizar essa relação entre poder e saber, as instituições estão do lado do nascimento dos saberes (...), e esses saberes por sua vez terão uma importância fundamental para justificar e legitimar não só a existência das instituições como também o exercício de poder decorrente de seu funcionamento” (SOUZA, 2011 p.119)

Diante desse processo, percebemos que o crivo de escolha de seus representantes passa pelas instituições ao qual serão eleitas para participação no comitê. No processo eleitoral do CBH-Pardo, as escolhas se dão pelo nome das instituições que farão parte daquela determinada gestão. Cabe, portanto, a instituição eleita indicar a pessoa que irá representá-la, apontando uma questão que parte para além dos âmbitos do CBH- Pardo. Temos um controle de gênero que está presente não somente nas estruturas participativas do comitê, mas que também se apresenta no perfil institucional daquela base eleita, trilhando e selecionando seus representantes aos quais compreendam e levem melhor seus interesses. As relações gestoras dentro do comitê passam pelo funcionamento do poder que atravessa não somente questões importantes estruturais, de implementação do modelo de gestão das águas no Brasil, mas do próprio funcionamento de poder decorrente das instituições participantes.

4.2 AS PLENÁRIAS DO COMITÊ

Existem dois tipos de plenárias no comitê; primeiramente, as Reuniões Ordinárias, essas que geralmente fazem parte do calendário de planejamento anual e devem ocorrer, segundo o estatuto do CBH-Pardo (2011), pelo menos 3 vezes por ano. Temos as reuniões de Caráter Extraordinário, que são convocadas pelo presidente em exercício do comitê ou por solicitação dos membros com direito a voto (dos segmentos mencionados anteriormente) equivalente a maioria simples do total de votos. Ambas as reuniões são encontros de caráter público e podem ter participação de qualquer sujeito interessado em compreender a governança das águas. Inclusive, durante a pandemia do Covid-19, foi possível encontrar algumas atividades do comitê em plataformas de vídeo da internet, fortalecendo e complementando o trabalho de campo indisponível neste momento de pesquisa⁶.

Para que as reuniões sejam encaminhadas é necessário pelo menos 50% mais 1 do total de votos do CBH-Pardo. O estatuto do comitê denuncia que na falta do membro titular, escolhido pelas eleições em seus respectivos segmentos, cabe ao suplente assumir a participação na reunião, caso ambos faltem à reunião é colocado um outro suplente do mesmo segmento ao qual representem de acordo com a lista de presença da específica reunião. Na imagem a seguir temos relatado a plenária de uma das reuniões do CBH-Pardo:

⁶ Não se encontram atividades referentes a reuniões do comitê (ordinária e extraordinária), porém é possível acompanhar parte do trabalho de uma câmara técnica, da Agenda 21/ Educação ambiental, ao qual disponibilizaram alguns encontros em plataformas de vídeo da internet.

Figura 10 - Plenária 49ª Reunião Ordinária CBH-PARDO



Fonte: Foto retirada da página da página do Facebook do CBH-Pardo.

Para o andamento da reunião, o estatuto do comitê coloca que os procedimentos sobre o quórum serão decididos de acordo com a plenária da reunião. Assim o andamento e controle das reuniões, as substituições referentes aos titulares, são todos deliberados e aprovados pela plenária, colocando em centro o foco principal de construção do comitê, que é seu caráter democrático.

Ainda que as reuniões sejam todas públicas e abertas a qualquer sujeito da sociedade interessado pela gestão das águas, não são todos que possuem direito à voz dentro das plenárias. De acordo com o Estatuto do CBH-Pardo (2011), somente os indicados como membros titulares terão esse direito, os demais (suplentes e outros representantes públicos) o terão somente se credenciado pela plenária. A imagem a seguir, aponta o momento deliberativo dessa plenária com direito a voto. Demonstramos uma das micropráticas de poder presentes nas estruturas deliberativas do comitê, que incidirão diretamente nos corpos daqueles presentes (FOUCAULT, 1987).

Figura 11 - Plenária com direito a voto CBH-Pardo ano 2016



Fonte: Foto retirada da página do Facebook do CBH-Pardo.

Sobre a voz nas reuniões, são determinados tempos de fala aos representantes. Esse tempo é determinado pelo presidente em exercício daquela gestão. Como percebemos, na imagem acima, o comitê tem como operação deliberativa um sistema de placas para a contagem dos votos. Esse mecanismo foi apresentado como um dos pontos importantes para as deliberações na voz de um dos nossos entrevistados, José, que trouxe para a centralidade a importância da compreensão desse processo em sua totalidade, levando em consideração a importância da visualização de todas as visões participativas. Entretanto, ao mesmo tempo que esse sistema possibilita uma melhor visualização participativa daqueles que se estabelecem na plateia, esse processo também é parte de uma exclusão daqueles que não possuem direito a voto, mas que podem ter direito a argumentação de suas intenções e opiniões para com o espaço. Esse ponto será novamente retomado em conjunto das trajetórias, que demonstrará mais a fundo o processo participativo.

Cada reunião tem anteriormente a sua realização, uma convocação. Para as Reuniões Ordinárias é realizada com 30 dias de antecedência e para as Extraordinárias 10 dias. Cada edital divulgado traz, além do local e data da reunião, a chamada Ordem do dia, apresentando os principais temas a serem discutidos em reunião. Temos a seguir uma imagem que retrata como são apresentadas essas ordens do dia, que são determinantes para a participação, a ida desses membros as reuniões:

Figura 12 - Apresentação da Ordem do dia, 58ª reunião ordinária de 2016



Fonte: Foto retirada da página da página do Facebook do CBH-Pardo.

Como apresentado na imagem acima, percebemos que ao fundo são relatados os assuntos aos quais foram selecionados e escolhidos para a discussão daquela reunião. Esses não somente são apresentados no momento da reunião, mas também na convocatória, como mencionado anteriormente. Tais temas já foram trabalhados no interior das câmaras técnicas. Verificamos então que os membros convocados conseguem saber o tema das discussões que serão realizadas na Reunião dias antes de sua ocorrência. Esse é um importante ponto, visto que os membros do comitê conseguem, a partir dessa convocação, hierarquizar os temas em prioridades para sua participação de acordo com os interesses de seu segmento e principalmente de sua instituição.

Ocorre, de acordo com os dados levantados pelas atas e as descrições aqui apresentadas, uma seleção das reuniões que valem a pena participar. Essa seleção adensa-se principalmente quando olhamos os relatos orais e suas considerações sobre a participação municipal, que contêm maior interesse na distribuição dos recursos FEHIDRO. Diante disso, essas reuniões são mais acaloradas e por consequência possuem maiores intervenções.

Levando em consideração a coleta amostral das atas das reuniões, que descrevem assim o andamento dessa, podemos descrever os principais “rituais” que fazem parte de sua realização. Em um primeiro momento é chamado para compor a mesa diretora aqueles eleitos para a gestão (Presidente, Vice-presidente, Secretário executivo e Coordenador de Câmaras técnicas). A partir disso, passa-se a palavra aos membros diretores, focando principalmente ao secretário executivo, que comanda os informes das reuniões e de certo modo dá ritmo a essa. Deste modo, são levantadas as pautas escolhidas pela Ordem do dia daquela reunião, dando espaço para as discussões e deliberando com o aval da plenária com direito à voz e ao voto. A próxima figura (Figura 12) nos leva ao momento de composição da mesa diretora: temos aqui outra prática de poder que alocará espacialmente a participação desses gestores, hierarquizando os participantes diretamente na espacialidade de seus corpos (FOUCAULT, 1987)

Figura 13 - Mesa da 56ª Reunião Ordinária do CBH-Pardo - 2016



Fonte: Foto retirada da página da página do Facebook do CBH-Pardo

Como mencionado, a mesa diretora é responsável pelos encaminhamentos das reuniões, concebendo-se em um espaço deliberativo de forma diferenciada das plenárias com direito a voto. Geralmente ela é composta pela diretoria daquela gestão, mas essa não é uma regra rígida desse momento, podendo alterar principalmente com presenças de autoridades e convidados.

O interessante de todo esse processo apresentado, e que será retomado mais adiante nas discussões referentes às entrevistas e dados levantados, é a dinâmica realizada para as discussões e a seleção das pessoas que possuem ou não direito à voz dentro das plenárias do comitê. Mesmo que em sua origem estrutural o comitê seja uma arena de caráter democrático, há um crivo e seleção das pessoas que podem se manifestar em reunião. Esse recorte é interessante pensando na participação das mulheres, fortalecendo o argumento de que não são todos os tipos de mulheres presentes dentro do comitê que terão a possibilidade de participação, e que as instituições que estão participando desse espaço possuem grande responsabilidade pela entrada e ausência das mulheres nesse processo de decisão.

Além dessa análise, constatamos que esses processos burocráticos descritos e visualizados pelas imagens acima nos explicitam as micropráticas de poder que posicionam os sujeitos gestores dentro do comitê (SOUZA, 2011), não somente os posicionam, mas incidem diretamente em seus corpos. Essas práticas coordenam as relações e são responsáveis pela circulação dos corpos possíveis dentro desse espaço. Essa seleção não passa somente pelo crivo estrutural do CBH-Pardo, mas passa também pelo funcionamento das instituições eleitas.

O entendimento desse espaço, de seus principais rituais nos levaram a acessar o poder em funcionamento, ou pelo menos a parte mais rasa desse, ao quais serão mais evidenciadas nos relatos orais participativos. Apresentamos as condições e processos que são partes dos delineamentos e estratégias desse ambiente de gestão. São elas as responsáveis pelo desenho participativo que atravessa a governança das águas no CBH-Pardo, as quais fomentam de forma diferenciada a participação de gestores e gestoras dessa UGRHI. Por meio do desenho institucional apresentado conseguiremos traçar as comparações participativas que se desenham através das estruturas bases aqui apresentadas, essas práticas vão incidir diretamente nos corpos desses gestores concomitantemente ao desenho participativo possível a cada sujeito. Apresentaremos a seguir um cenário mais amplo desse processo participativo, que dará base as especificidades encontradas nos discursos mais adiante.

4.3 O CENÁRIO GERAL DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO CBH-PARDO

O entendimento da participação das mulheres no comitê passa pela construção histórica desse cenário de gestão e de suas principais estruturas que fomentam o processo decisório. Analisamos por meio amostral das atas parte desse trajeto participativo nesse contexto de gestão. Assim, foi possível a identificação de importantes fatos participativos na história do

CBH-Pardo, possibilitando por meio desse aparato de pesquisa recriar o cenário geral, mais macro, de participação nessa arena, levando em consideração principalmente gênero como meio analítico.

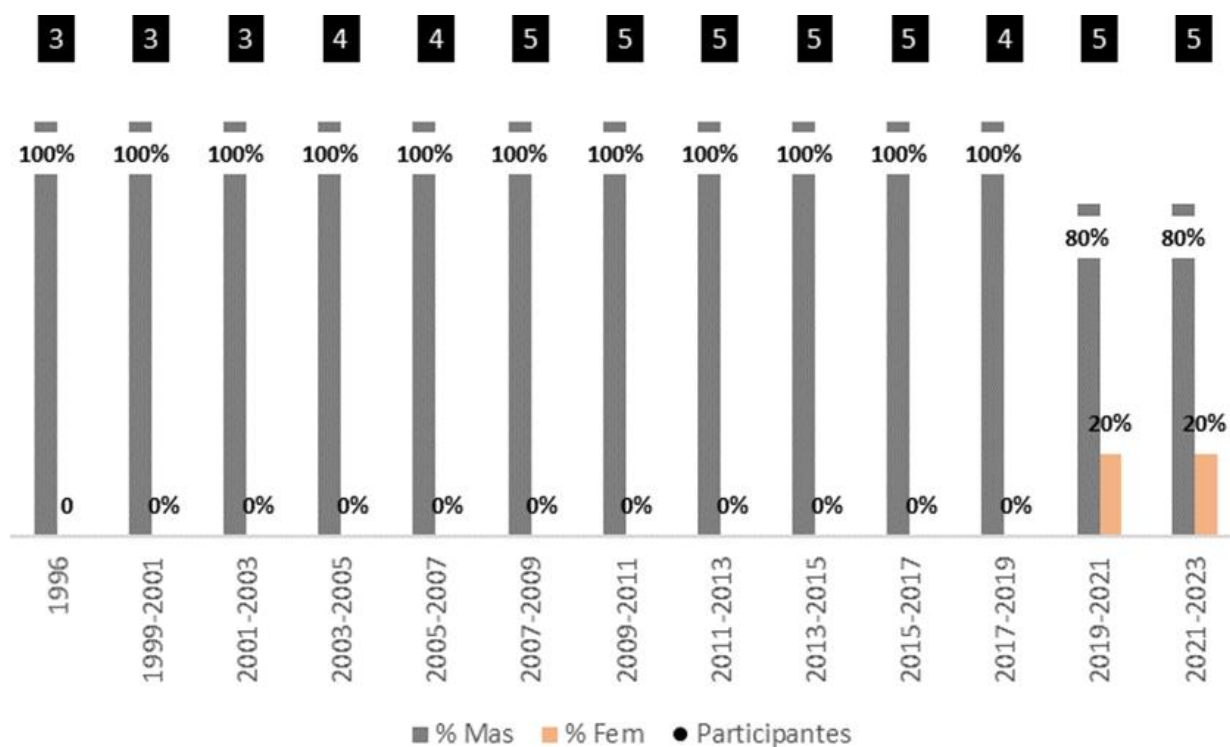
Foram analisadas ao todo 27 atas de reuniões. Coletamos 3 atas de cada gestão do CBH-Pardo. Por conta de seu pequeno tempo de existência escolhemos um recorte desde seu início em 1996 até o ano de 2019, última gestão eleita durante o período de pesquisa. Nelas foram destacadas questões importantes, como nome dos participantes, momento de fala, local de realização das reuniões e os principais assuntos discutidos em cada documento (atentando-se principalmente às reuniões de distribuição de recursos). Para além dessas questões, essas atas foram coletadas de forma aleatória no quesito de tipo de reunião, extraordinária e ordinária, visto que, como mencionado anteriormente, elas possuem formas distintas de serem realizadas.

É importante ressaltar que este cenário geral, aqui apresentado pelos dados coletados, se tratou da apresentação dos discursos participativos não falados, mas descritos nas atas de reuniões. Nesse sentido, mesmo como uma solução para a participação das reuniões plenárias, impossibilitada pela COVID-19, o entendimento desse tipo de discurso possibilitou um tipo de visualização, discursiva, das reuniões e momentos de falas do comitê, mas que não necessariamente corresponde com a ocorrida, visto que a realização dessas documentações passa pelo discurso central e por um dos gestores responsáveis em descrever o que nas reuniões ocorrem.

A diretoria do comitê tem papel essencial no processo decisório, principalmente quando levamos em conta o andamento das reuniões plenárias e as ações referentes à mesa diretora, visto que essa tem como centralidade a condução das reuniões e pautas a serem discutidas (ESTATUTO CBH-Pardo, 2011). O gráfico abaixo aponta dados referentes às diretorias do comitê de bacia hidrográfica do Pardo desde sua criação até a atual gestão⁷.

⁷ O número de representantes identificados em cada diretoria varia por conta das formas documentais encontradas ao longo da instalação do comitê. Primeiramente eram nomeados como somente Presidente, Vice-presidente e Secretário- Executivo. A partir da gestão de 2009, os documentos passam a incluir Secretário- Adjunto e Coordenador de Câmara Técnica.

Figura 14 - Gráfico Participação Nominal Mesa Diretora do CBH-Pardo



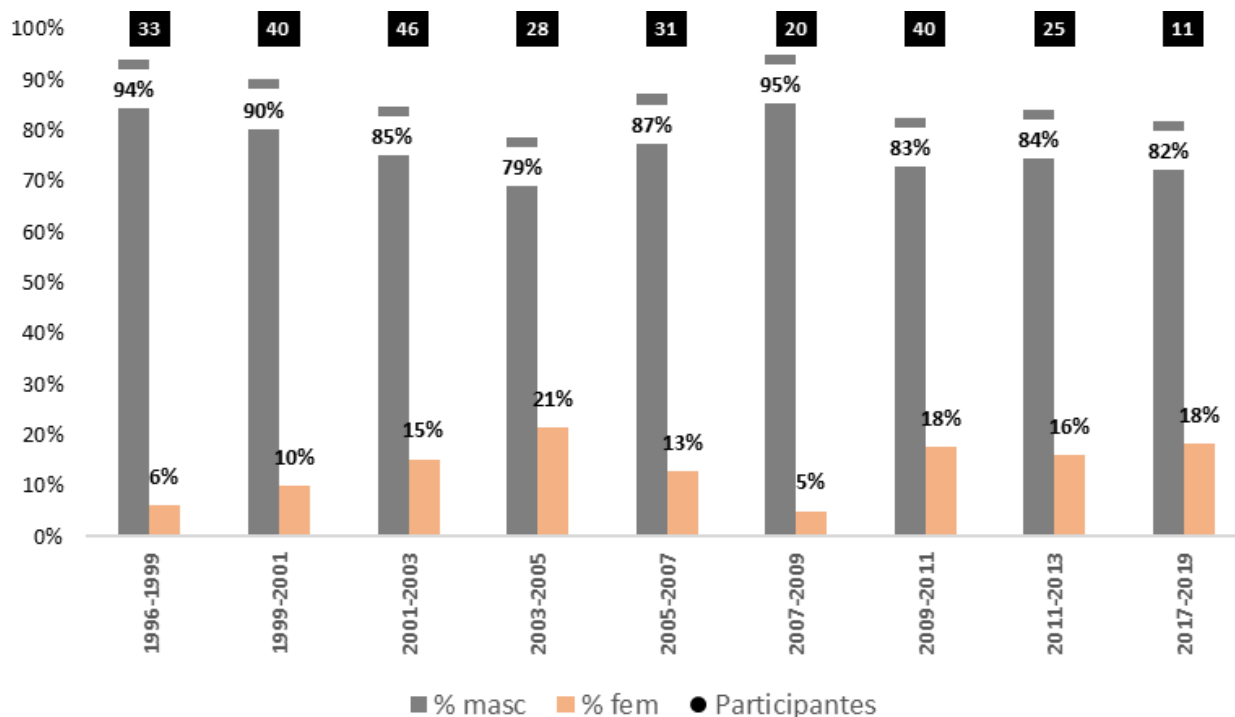
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGRH.

** Os dados da diretoria contêm a informação de todas as gestões por conta de ser o único dado a se apresentar completo no SIGRH do CBH-Pardo.

Percebemos que a inserção da mulher no âmbito diretivo se dá somente a partir da gestão de 2019/2021. O mais interessante desses dados se dá quando descemos ao nível de identificação nominal desses representantes, no qual percebemos que esses 20% concernem exatamente a uma única mulher que participou do quadro diretor até os dias atuais de gestão do comitê.

Para além de compreender a composição das mesas diretoras, julgamos importante compreender a composição da plenária, visto que são essas as pessoas que vão decidir os encaminhamentos das pautas selecionadas para aquela gestão. No gráfico abaixo, chamado de gráfico nominal, apontamos o número de membros identificados por gestão diante a amostra de atas levantadas.

Figura SEQ Figura * ARABIC 15 - Gráfico Participação Nominal no CBH Pardo

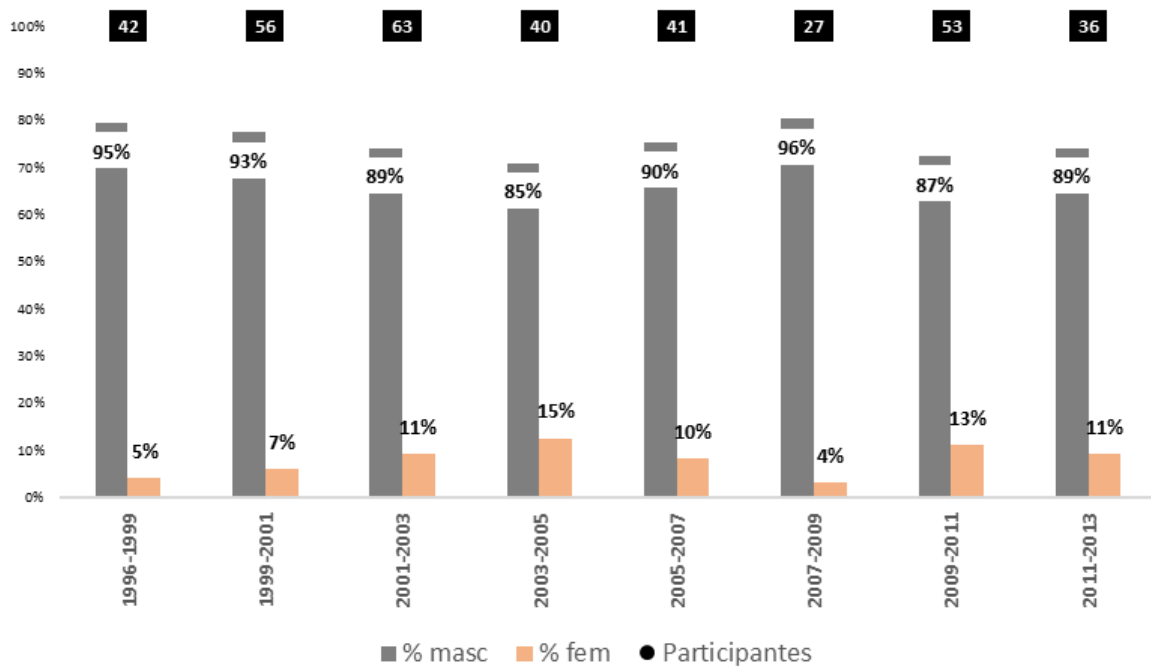


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGRH

** Há uma falta de dados referentes às gestões 2013/2015 e 2015/2017. Nessas duas gestões o CBH-Pardo utilizou um modelo de ata chamado de Ata Resumida. Nelas não havia descrições completas das reuniões nem mesmo a identificação dos membros que se dispuseram a falar nas deliberações.

O quadro se apresenta desfavorável ao número de participantes mulheres. O histórico de número de homens corresponde sempre na casa dos 80% a mais, enquanto as mulheres chegam a alcançar, em seu pior ano, 5% de participação numérica na plenária do comitê. Mais importante do que identificar numericamente os representantes mulheres e homens no comitê, é compreender a qualidade participativa dessas mulheres. Para isso, as atas nos proporcionaram delinear dados referentes à "oportunidade de fala" desses representantes, visto que a identificação nominal se dá por meio de quem interage na reunião, o que, por consequência, é registrado na ata. A figura 15 aponta, neste sentido, o cenário de qualidade participativa dos momentos de fala:

Figura 16 - Gráfico Oportunidade de Fala no CBH Pardo

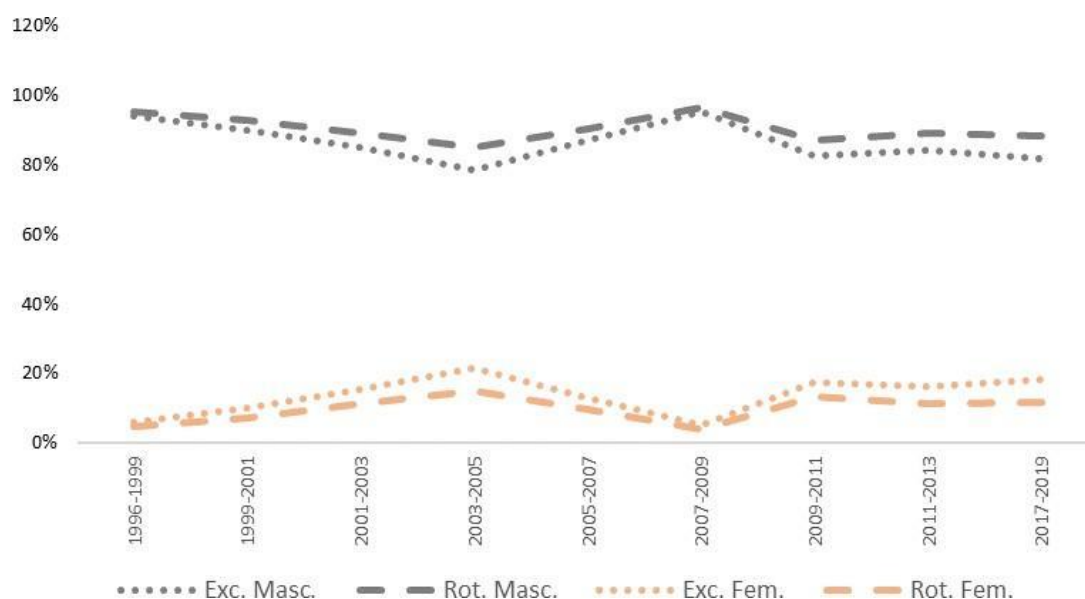


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGRH

No gráfico acima percebemos como se deu a distribuição das oportunidades de fala referentes aos membros identificados no gráfico nominal, que se antecede a esse. Conseguimos identificar que essas oportunidades se concebem favoráveis aos homens, resultando em um histórico de 85% de oportunidades a mais nos anos de gestão. Já as mulheres apresentaram um cenário desfavorável, registrando em seu pior ano, 2007/2009, somente 4% das oportunidades de fala entre os representantes identificados.

Temos um ganho na compreensão desse espaço quando colocados esses dados em comparação, como exibido na figura 16:

Figura SEQ Figura * ARABIC 17 - Gráfico comparativo Oportunidade de Fala x



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGRH

Podemos, neste gráfico, olhar a fundo na comparação do que concerne ao âmbito numérico de homens e mulheres e das oportunidades diante das reuniões plenárias. Com isso percebemos que o melhor cenário participativo das mulheres ocorreu na gestão de 2003/2005, quando as linhas entre homens e mulheres se aproximaram. Já o pior cenário participativo ocorreu na gestão de 2007/2009, no qual houve um afastamento das linhas referentes aos representantes identificados e oportunidade de fala.

Mais importante do que reconhecer os melhores e piores cenários participativos, é a identificação de um ponto central de desigualdade participativa. Olhando para as linhas pontilhadas, que dizem respeito aos membros identificados por gestão, e tracejadas, que se referem às oportunidades de fala, verificamos que a desigualdade se encontra evidenciada pelo distanciamento das linhas, nas oportunidades de fala desses homens e mulheres do comitê. Assim, apreendemos que mesmo numericamente em desvantagens essas mulheres que participam não possuem oportunidades de fala equitativas ou um pouco mais próximas às oportunidades participativas dos homens do CBH-Pardo.

Podemos concluir que além de uma desigualdade numérica de homens e mulheres presentes no comitê, temos uma desigualdade na qualidade participativa, no que concerne às oportunidades de fala dispostas a essas gestoras e gestores do comitê. Isso encaminha para o centro da discussão a importância de se trabalhar essa face das relações presentes em seu

interior. Olhar gênero como categoria analítica para a compreensão da participação das mulheres no comitê, tal como apresentado por Fraser (1995), é problematizar todos os discursos participativos do contexto desse espaço de gestão que atravessa as necessidades dessas mulheres, e buscar compreender como elas mobilizam esse processo de diferenciação, consciente ou inconscientemente, para o atendimento e definição das deliberações ali fomentadas. Isso é parte de um amplo cenário que leva em consideração não somente um cenário de diferenciação por gênero, mas da construção de um questionamento dos principais pilares que fomentaram esse espaço como democrático. Esse ponto de vista se tornará mais evidente quando colocado em análise os discursos coletados até então.

Esse ponto nos leva a uma parte extrema de indagação desse espaço. A partir disso conseguimos identificar e acessar as principais relações de poder que desenham não somente a participação das mulheres, mas também esse espaço como um todo. A partir desse olhar questionamos não somente como se dá esse processo participativo, de assimilação ou não dessas gestoras dos processos desiguais, mas conseguimos contestar os limites democráticos dessa arena, interrogando justamente a não superação das desigualdades de gênero. É importante salientar também que esse processo de não identificação das desigualdades, que trataremos mais a fundo nos próximos capítulos, pode ser um processo contrário de reivindicação das demandas e necessidades dessas mulheres partícipes, que na negação das desigualdades conseguem acessar os momentos deliberativos.

O cenário geral do comitê de bacia, delineado pelo discurso descrito nas atas, proporcionou compreender como são desenhadas as participações das mulheres nos momentos deliberativos por meio de suas principais bases estruturais. Concomitantemente, percebemos como elas estão dispostas tanto numericamente quanto na compreensão da qualidade participativa daquelas gestoras presentes. Na sequência, apresentaremos os esforços participativos executados por essas mulheres do comitê.

CAPÍTULO 5 – OS DISCURSOS PARTICIPATIVOS

Neste capítulo, vão ser apresentados os discursos coletados por meio da identificação de alguns dos principais gestores e gestores que participam/participaram do processo de deliberação do CBH-Pardo. Neste capítulo situam-se os principais trechos dos discursos em meio a suas trajetórias de vida e de governança das águas em nosso espaço de interesse. A partir disso, são identificadas em cada curso pontos comuns e incomuns nos caminhos dos sujeitos gestores, que possibilitarão aprofundar na análise dos contextos de poder e dos principais marcadores participativos e, assim, compreender como esses atravessam a participação e os sujeitos partícipes.

5.1 A VOZ DAQUELES (AS) QUE PARTICIPAM

Diante do cenário apresentado pela análise das atas, identificamos gestoras e gestores que participaram do processo decisório do CBH-Pardo e o delineamento do cenário geral que fomenta o pano de fundo dos momentos deliberativos. Advém disso os primeiros contatos que possibilitaram adentrar a esse espaço - negado pela Covid-19 -, e, por meio de indicações em rede, identificar importantes sujeitos de gestão dessa UGRHI. Por meio das trajetórias nos depoimentos coletados, dos sujeitos identificados, reconstruímos os processos participativos no CBH-Pardo aos olhos dos sujeitos gestores e gestoras. Essa reconstrução mostra-se amparada na releitura da escola de Chicago que coloca o discurso de quem vive o processo, a realidade, no centro da compreensão e entendimento dos fenômenos sociais, focando principalmente na trajetória dos que não estão no centro das ações. A compreensão exposta busca trazer as interpretações e significados daqueles que estão inseridos na governança hídrica da bacia do Pardo. Exponha-se nesse capítulo uma reconstrução da caminhada amparada em uma leitura da visão do caminho construído por meio dos discursos coletados desses gestores e gestoras.

5.1.1 OS PRINCIPAIS MARCADORES DE GÊNERO PARA INSERÇÃO DAS GESTORAS

Ana participa do comitê desde o momento de sua criação, no ano de 1996, até os dias atuais. Em seu discurso participativo, apresenta fortemente questões ecológicas e ambientais,

essas são centrais em sua participação e nas estratégias de ganho dentro dessa arena, muito em parte por sua trajetória formativa, biológica, universitária e da educação. Por meio dessa importante questão para a entrevistada, ela trará discursivamente outros valores e visões que fogem ao eixo do econômico, onde o ganho tem que estar não somente para aqueles homens e mulheres que participam, mas para a natureza também.

Foi formada pela USP de Ribeirão Preto, onde não somente iniciou-se na questão ecológica, mas a trouxe definitivamente de São Paulo para Ribeirão e, portanto, a posicionou em nosso ambiente de interesse sociológico. Foi parte da primeira turma da UFSCar do Programa de Pós-graduação Ecologia e Recursos Naturais, que despertou seu interesse pela água doce e pela gestão das águas. Chegou a iniciar seu doutorado, mas, por conta da maternidade, não conseguiu concluir. Vemos que sua trajetória contém um primeiro marcador das relações de gênero apresentadas à vida de participação pública da mulher, em torno das dificuldades de vincular suas participações e formação concomitantemente aos trabalhos do cuidado doméstico (CUNHA, 20133; EMPINOTTI, 2010; LUCKMAN et al., 2016)

Atualmente, Ana participa por meio da representação do segmento sociedade civil, mas não foi esse seu primeiro contato. Sua primeira participação foi por meio do Poder Público. Durante dois anos fez parte desse segmento, por meio da Secretaria de Meio Ambiente de Ribeirão Preto, parte de seus primeiros passos pós formação. Ela se afasta do comitê por alguns anos e volta por meio do interesse da universidade em participar dessa arena, intitulado-a como sua representante. Essa volta ocorreu em 2009/2010, representando agora o segmento sociedade civil. Essa volta é marcada muito pela aposentadoria do trabalho público; se dedica no tempo presente somente às aulas e aos trabalhos universitários. Mais do que ressaltar esse aspecto de sua trajetória, sua participação é marcada por inserção no pior cenário participativo, como apontado na análise das atas.

Em relação aos seus trabalhos no interior do comitê, destaca-se a participação em duas Câmaras Técnicas: de Educação Ambiental (em suas duas passagens) e a de Planejamento (somente na segunda passagem pelo comitê), que é quando alcança a esfera da mesa diretora.

A partir dessa introdução sobre sua trajetória, vemos que seu interesse pelo recurso da água nasce a partir de questões em sua formação universitária. Essas relações serão marcadores relevantes no seu entendimento de gestão da água e da importância participativa, visto que em seu discurso aparece como centralidade dos ganhos participativos. Não somente isso, mas é a marca central do discurso institucionalizado e legitimado que incidirá sobre a participação.

A trajetória de Ana traz à exposição as diferenças participativas nos dois segmentos: Poder Público e Sociedade civil.

" (...) é o seguinte, é o meu perfil, minha meta é sempre o meio ambiente, esteja onde estiver. O benefício das minhas ações, das minhas ações, tem que ser o meio ambiente e não o poder público. O meu perfil permite não ter essa diferença porque o objetivo [participação] é o mesmo. Olhando de fora você percebe algumas diferenças. A sociedade civil é mais crítica, o poder público existe uma compreensão, isso é o que não ocorria comigo, ao contrário eu achava que era dever das prefeituras fazer as coisas direito" (ANA, Universidades/Soc. civil, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

No que se refere à sua participação nos dois segmentos, a questão principal abordada por ela, como membro, centra-se na questão ambiental como ganho. Aproximamos aqui de uma outra relação para com o recurso da água, que não somente se fará ausente nos discursos dos homens gestores, mas que se fará alocada para elas como centrais de sua participação. Entretanto, quando a entrevistada analisa com seu olhar "de fora" ela aponta uma visão crítica à participação do poder público, visão essa que não continha em sua participação nesse segmento.

Sobre sua participação, ela se apresenta como intensa, sendo esse ponto importante para a compreensão das relações de gênero no CBH-Pardo:

"(...) Eu posso dizer intensa, não fujo da discussão. Eu participo bem, sou bem aceita como mulher. Eu acho que tenho respeito, muito também, pelo gênio de espanhola. Nunca sofri nesse tempo inteiro um ato de desrespeito ao contrário"
(...) não vejo a participação dos membros femininos assim [diferente]. Eu não sei, acho que é questão de gênio de todas nós. Nós fazemos a marcação. A gente não abre espaço para um certo desdém, eu acho que até ocorreria, porque nós estamos em uma sociedade machista ainda, mas eu acho que nós não, quem participa, participa muito" (ANA, Universidades/Soc. civil, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021).

Diante disso, percebemos que a participação das mulheres em seu discurso passa muito por uma "questão de gênio". Entendemos que são esforços para se fazerem ouvidas, marcadores de gênero que passam despercebidos aos olhos dessas gestoras. A dinâmica de gênero apresentada nesse trecho não passa (para a entrevistada) por uma questão de diferença

participativa que tem origem no contexto das relações de poder e dos discursos dela resultantes, ela situa-se em meio a uma diferença participativa de pessoas que sabem ou não se posicionar bem, não tendo o eixo de gênero como causador da diferença. As mulheres que participam, se fazem ouvir, e, em seu caso, ela remete parte disso ao gênio dessas participantes (efeito das relações de poder) e de sua formação como professora, que questiona (apontando que se conduz a uma articulação das variadas relações de poder que ganham forma ao encontrar o corpo da mulher/homem). Essa questão fica evidente quando começamos a observar seu discurso diante seu acesso à mesa diretora e atividades dessa:

"Eu lembro de um fato, uma das minhas primeiras reuniões na mesa diretora. O secretário executivo chama a mesa diretora nas reuniões plenárias e passa a palavra aos participantes da mesa. Eu estava como presidente neste dia, mas o secretário passou a palavra direto ao coordenador da câmara técnica. Eu não tive dúvida, eu pedi licença e falei que queria cumprimentar a plenária, ele até ficou sem graça. Acho que nunca mais ele esqueceu de me passar o microfone. É o que eu digo para você, é questão de gênio, eu não encaro como desrespeito, foi realmente um esquecimento, eles [homens] bajulam muito os próprios homens e isso não nos incomoda, desde que nos trate com respeito, como deve ser tratado." (ANA, Universidades/Soc. civil, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

A identificação das problemáticas de gênero de forma direta, nos discursos, não aparece, mas quando analisadas as entrelinhas, percebemos as diferenças. Muito disso é parte das preocupações desses gestores em suas participações dentro dessa arena, que ao não relacionarem seus mundos ao âmbito ambiental, consciente ou inconsciente, atribuem às mulheres as questões da diferença de gênero, relacionando-as com as problemáticas das águas, criando assim um sujeito gestor feminino do comitê que carrega de forma natural as questões do social e do sustentável, o que, de certo ponto, pauta-se na crítica ao ecofeminismo.

Observamos, então, uma desigualdade participativa não identificada pelas mulheres, o qual se realiza nos discursos sobre as relações de poder. Podemos perceber que a participação das mulheres é atravessada por outras participações, que estarão também presentes nos outros discursos apresentados abaixo. Nesse sentido, criam-se sujeitos gestores legitimados ou não por esse contexto histórico de gestão das águas, que carregam nas suas definições elementos do mundo da vida incorporados pelo mundo sistêmico, que nesse movimento criam-se discursos hierarquizados (SANTOS,2019), nos quais as mulheres serão excluídas e diferenciadas, criando

não somente uma imparcialidade participativa, mas culminando em um questionamento do conceito democrático desse espaço.

5.1.2 DIFERENÇAS PARTICIPATIVAS EM VIAS DO SEGMENTO E GÊNERO

Júlia é membro do CBH-Pardo pelo segmento da Sociedade Civil. Ao contrário de Ana, ela nunca representou outro segmento do comitê e sua participação sempre foi por meio de uma entidade ambientalista. O trabalho dessa entidade centra-se principalmente em trazer para as discussões da gestão das águas do Pardo sustentabilidade e educação ambiental, como forma, conforme a entrevista, de melhorar os projetos e planejamentos dessas águas. Essas duas questões (Sustentabilidade e Educação ambiental) estão no centro da participação e do discurso da entrevistada. A partir disso, assim como Ana, as articulações e estratégias da entrevistada, nessa arena de negociação serão pautadas em ganhos que quebram a barreira do econômico e apontam melhoria não somente para os homens e mulheres que ali participam, mas para a Natureza como um todo.

Júlia possui formação superior em Administração Pública e, como Ana, mudou-se para Ribeirão Preto por conta de questões educacionais, que envolviam não somente a ela, mas outras mulheres da família. Destaca-se aqui um importante fator no qual a educação não somente abriu portas para a participação dessas gestoras, mas concebeu-se como fator central da mobilização dessas mulheres e inserção no espaço de gestão do Pardo.

O primeiro contato da entrevistada com o comitê do Pardo ocorreu por meio da militância e de sua participação com questões ambientais envolvidas em uma associação ambientalista. Percebemos que a entrevistada já traz para a nossa análise outros arranjos da dinâmica de gênero, presentes nas relações de poder partidas desse cenário de sua trajetória. É importante destacar que sua participação não se inicia diretamente como representante, primeiramente houve um acompanhamento das reuniões plenárias para aprendizado, e somente a partir do ano de 2011 é que a entrevistada assume a cadeira de titular pela Pau-Brasil.

"Eu fui entendendo o sistema participando ativamente dessa instância, do plenário do comitê, das câmaras técnicas e de grupos de trabalho que se formam dentro do comitê. Nossa leitura política (da Pau-Brasil) foi se integrando ao sistema e agora somos parte ativa do sistema por meio da participação da sociedade civil" (JÚLIA, Entidade ambientalista/Soc. Civil, 2011/2021. Entrevista realizada em julho de 2021).

É importante destacar que essa entidade ambientalista a qual ela representa está no CBH-Pardo desde 1996, ano de instalação do comitê, sempre com uma participação com direito a voto em todas as questões levantadas até o momento atual. Assim como o trabalho da instituição em conjunto com a trajetória de militância da gestora, a política e a educação ambiental concebem-se no centro de seu discurso e entendimento do que é a água e do que é gestão. Foi esse o contexto que possibilitou que assumisse a coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, na qual pauta-se a maioria de seus esforços e trabalhos dentro dessa instância. Por meio de uma avaliação participativa muito ativa, Júlia avalia que o segmento da Sociedade civil é quem mais participa ativamente das reuniões, seguindo dos municípios e por último do Estado.

Referente ao processo de falas da plenária, a entrevistada apresentou um importante fator na qualidade participativa das mulheres e homens do comitê:

"Plenária, ela praticamente acontece para homologação do que já está decidido e discutido pelas câmaras técnicas. Elas (câmaras) são os espaços de discussão e preparação de documentos e de propostas. É na câmara técnica que o pessoal participa e dá sua opinião, só depois vai para a deliberação e quando vai para a plenária já está praticamente discutido e acertado. Manifestação muito contrária ao que foi colocado ali dificilmente consegue reverter, mudar o que foi proposto originalmente é algo muito difícil, a decisão mesmo já está posta na deliberação que já foi trabalhada na instância da câmara técnica." (JÚLIA, Entidade ambientalista/Soc. Civil, 2011/2021. Entrevista realizada em julho de 2021).

Por meio desse discurso, podemos destacar duas importantes questões. A primeira delas é a crítica ao espaço do comitê como um espaço democrático. As câmaras técnicas geralmente são espaços com participações mais limitadas, no sentido de que praticamente discutem ações para com seus pares. Além disso, nas câmaras técnicas ocorrem os principais recortes de divisão sexual do trabalho, apresentado por Lucheman et al (2016), onde são destinados maior participação das mulheres à câmara técnica da Educação Ambiental e maior participação dos homens na Câmara técnica de Planejamento (uma câmara que remete mais ao âmbito econômico e técnico). As relações de poder por meio do saber técnico, legitimado pela participação ativa dos indivíduos nas câmaras técnicas, se apresenta nesse tipo de participação que não chega na plenária total do CBH-Pardo. Conseguimos, então, identificar como

funcionam e operam os discursos em vias de distribuição do trabalho e conseqüentemente de pautas discutidas. Aqui trazemos um importante elemento que contextualiza as mulheres nesse espaço, onde elas são distribuídas aos trabalhos feminilizados, esse tipo de movimento cria um sujeito gestor feminino possível dentro desse espaço, conseqüentemente ou não.

Um importante ponto sobre as visões de homens e mulheres referentes ao recurso da água foi exposto no discurso apresentado. Para Julia, homens e mulheres possuem visões diferentes sobre a gestão das águas e muito disso por conta da vivência da mulher, da experiência da mulher em meio a sociedade, destacando o trabalho doméstico

"Eu vejo que sim (homens e mulheres têm visões diferentes). A gente (mulheres) usa o objetivo de desenvolvimento sustentável, que sabemos que tem que trabalhar muito na câmara técnica. Em muitas regiões do país quem provê a água da família é a mulher, é ela quem carrega a lata d'água na cabeça, nosso sentimento pela água é esse sentimento de cuidado com as pessoas. Então ela (Mulher) tem sentimento maior pela água do que os homens. Água como recurso, como um valor econômico está mais na visão do homem, já a mulher enxerga como algo importante, um elemento natural importante para viver". (JÚLIA, Entidade ambientalista/Soc. Civil, 2011/2021. Entrevista realizada em julho de 2021).

Conseguimos aqui trazer importantes elementos do ecofeminismo, apresentados nesse trecho de seu discurso, que se centra na relação da mulher para com a natureza e o reconhecimento da importância da preservação e de outros conhecimentos (HERNÁNDEZ, 2010). Pela experiência e trajetória das mulheres, elas (na visão da entrevistada) conseguem se aproximar mais do desenvolvimento sustentável, enxergando o recurso da água não somente como um elemento econômico, mas de importância para a vida. Podemos, então, analisar novamente a partir dessas exposições como são enxergadas as esferas sociais em meio ao espaço do comitê, que colocam o âmbito econômico neutro aos outros valores e questões da vida social. Isso cai muito na leitura de Fraser (1995) que, ao olhar para a dicotomia presente no mundo da vida e sistêmico, percebe entrelaçamento dessas e essa não identificação acaba por colocar o homem como um sujeito gestor neutro, que não carregaria nas suas preocupações deliberações o âmbito do mundo "masculino", sendo ele reconhecido como um sujeito gestor econômico, causando assim uma não neutralidade a participação das mulheres a esse espaço. O que queremos dizer é que as pautas levantadas e os discursos movimentados pelos homens do

comitê não vão carregar o status de político, desvencilhando assim o sujeito que gere as estratégias desse espaço.

Além disso, enxergamos o que a literatura nos apresentou referente à gestão ambiental e sobre a gestão das águas. As mulheres, nos discursos apresentados até então, destacam que o trabalho e suas visões se diferenciam justamente por enxergar os conflitos sociais. Com isso, o homem se estabelece no âmbito econômico, no qual enxergam as águas como recurso, e as mulheres trazem para dentro dessa discussão conflitos referentes à sustentabilidade e sociedade. Em via da vontade da verdade que lidera este âmbito, os homens possuem um acesso mais amplo das condições que o estruturam (econômico e do saber), postulando em vantagem na colocação e definição das pautas e necessidades dessa arena (EMPINOTTI, 2010; MARTINS, 2013).

Para além disso, a entrevistada destacou um importante problema levantado nos estudos referentes à participação ou não participação das mulheres no comitê:

"Em termos de experiência, há uma diferença sim. Mas assim, o profissionalismo das mulheres nas diversas áreas e nessa área anda crescendo. Pode vir a ser um campo de atuação das mulheres, ainda é muito pouco atuação das mulheres na gestão das águas." (JÚLIA, Entidade ambientalista/Soc. Civil, 2011/2021. Entrevista realizada em julho de 2021).

Com isso, vemos uma outra esfera do contexto das relações de poder dominante no comitê que atravessa de forma desigual a participação das mulheres, o tipo de formação dessas e como essas profissões são ocupadas em maioria por homens. Empinotti (2010) apresenta esse tipo de recorte na participação das mulheres e argumenta que mesmo formadas nessas profissões técnicas e engenheiras, acabam por não participar de forma igual aos homens, tendo uma qualidade participativa baixa. Apresenta-se outro efeito sob o eixo da análise de gênero, possibilitado pela dicotomia do mundo da vida e sistêmico, das articulações possíveis dentro do processo de diferenciação sexual do CBH-Pardo, fruto da prática do poder técnico-científico sob a ótica do gênero.

Para além desses pontos, a entrevistada levantou outras duas questões importantes referentes à participação no CBH-Pardo, principalmente diante o momento da pandemia do Covid-19. Primeira questão: não houve aumento participativo com as vídeo chamados. Segundo Júlia, são as mesmas pessoas que continuam participando e trabalhando nas demandas do comitê. Segunda questão: Não houve uma melhoria na comunicação, sendo essa a causa das

lacunas participativas existentes no comitê. A importância dessas duas questões se concebe na compreensão do entendimento das ausências participativas, que podem não ser causa somente das questões estratégicas de poder, mas das condições postas a esses gestores e gestoras do CBH-Pardo.

5.1.3 CONSIDERAÇÕES PARTICIPATIVAS SOB O OLHAR DAQUELES SEM DIREITO A VOTO

Fernanda é a jornalista responsável pelos informativos do CBH-Pardo. O intuito de escutá-la era alcançar a compreensão do discurso que é circulado nas revistas do comitê. Em sua trajetória, sempre morou na cidade de Ribeirão Preto, cursando toda sua vida escolar em escola pública, finalizando-a com sua graduação em jornalismo pela Universidade de Ribeirão Preto.

Seu primeiro contato para com o comitê se deu justamente através de ofícios de sua profissão. Ela coletava informações do comitê para circulação na Folha Nordeste, um jornal regional, e por conta disso conheceu Paulo Finotti, representante da Soderma (Associação de Defesa Regional e do Meio Ambiente) e membro do comitê. Foi por meio desse contato que no ano de 1999 ela foi convidada para assumir a assessoria do CBH-Pardo e assim ficou responsável pelos informativos.

"Eu sempre fiz assessoria para vários segmentos do comitê (por meio do jornal que trabalhava) e eu não sei porque ele (Paulo Finotti) deve ter tido contato com alguma publicação a qual escrevi e por conta disso me procurou para me apresentar ao comitê, ver uma reunião e assim assumir a comunicação". (FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Por meio disso, percebemos que a entrevistada conseguiu alcançar diferentes espaços do comitê por meio de suas relações do mundo do trabalho. Foi essa porta que proporcionou a ela contato com pessoas chaves do comitê para, assim, assumir o trabalho de comunicação e execução dos informativos. Esse tipo de participação vai na contramão das trajetórias descritas anteriormente. Embora ainda esteja no âmbito formativo de maior espaço para as mulheres no espaço do comitê, naquelas formações aceitas por conta da distribuição sexual do trabalho feminizado, seu contato com esse espaço não se deu mediante sua formação, mas sim ao seu

trabalho prestado a outros segmentos. Entretanto, podemos questionar que a entrevistada participa somente em âmbitos de secretariado para o comitê, sua participação não passa para o âmbito das deliberações e de demonstração de suas necessidades, o que representa uma observação do processo decisório como um todo, inviabilizado pelo discurso central dessa arena.

Há em sua trajetória um corte participativo, por conta justamente de regras mudadas no interior do comitê.

"Depois desse período (ao qual contrataram sua empresa para a comunicação) parece que mudaram algumas regras, apesar de ser uma organização tem que ter uma licitação e eles (comitê) não queriam perder vínculo, então falaram que iam parar com o trabalho por enquanto e seguindo com trabalhos esporádicos". (FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Por conta de mudanças no âmbito operacional do comitê, de caráter democrático e de transparência dos recursos desse espaço, a trajetória da entrevistada é desligada entre os anos 2000/2003. Ela voltou a trabalhar no ano de 2005 (cenário de melhor participação das mulheres) por meio de outro convite, de José, que participou do comitê muitos anos como Secretário Executivo. Neste sentido, ela assume novamente os informativos do comitê e a comercialização desses. Ela não somente volta a trabalhar para o comitê, mas trabalha conjuntamente com seu marido. Ambos atualmente são os responsáveis pela comunicação e assessoria do comitê.

Quanto ao seu discurso, a maior problemática apresentada pela entrevista pauta-se na dimensão da comunicação. Não a comunicação interna do comitê (entre os membros), mas a falta dessa diante o povo leigo. Em seu discurso, ela aponta que há uma falha dos participantes e membros do comitê em comunicar para a massa seu trabalho, principalmente desinteresse participativo do segmento município.

"Você tem que explicar como funciona e o que é, para que serve (o comitê). Eu acho assim, existe uma falha nisso, principalmente no engajamento das prefeituras. Eu acho que por conta dos mandatos de 4 anos, então eles pensam: eu não vou me envolver, só seu eu for eleito presidente ou se eu tiver algum cargo representativo, isso é uma avaliação minha." (FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Esse problema participativo do segmento município recai de forma diferenciada diante a dinâmica de gênero. Esse segmento é atravessado por outras questões de poder que são reflexo de outra esfera política mais ampla, onde se tem uma dificuldade de eleger mulheres como prefeitas das cidades:

"Eu acho que a mulher tem ganhado espaço, mas temos por exemplo problemas no segmento município, são poucas as prefeitas eleitas, mas temos por exemplo a participação da prefeita de Águas da Prata."
(FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

A participação de mulheres do segmento município é então atravessada por relações de poder referentes ao âmbito eleitoral. Essa desigual participação é reflexo da desigualdade eleitoral, em um âmbito mais amplo de participação política. Nesse sentido, esse segmento do comitê, esse espaço local, é atingido por questões mais amplas das políticas representativas que acabam causando ausência de mulheres nesse segmento. Ganhamos neste trecho outra dimensão que contextualiza as relações de poder, que atravessam de forma diferenciada homens e mulheres desse segmento, que tem a ver com as relações do Estado com a esfera pública, que, portanto, carrega dentro de suas problemáticas uma relação conceitual focada no homem como centro (SANTOS, 2019). E, a partir disso, faz sentido a ideia de gênero como um conjunto de sentidos dinâmicos construídos nas relações de poder que vão dar ritmo às interações de homens e mulheres, nesse caso do CBH-Pardo, em forma de arranjos plurais em meio a um mesmo espaço (TILIO, 2014). São essas as interações que possuem força, diante a todas as problemáticas já dispostas ao longo desse texto, de criar recursos discursivos capazes de definir e colocar em práticas, pautas e necessidades dos sujeitos gestores.

Além de questões participativas referentes ao seguimento, podemos verificar no discurso da entrevistada outros empecilhos participativos, que dizem muito mais respeito ao funcionamento e a regras políticas do estatuto do comitê:

"Às vezes não está nenhum dos 2 representantes (Titular/Suplente) e tem outras pessoas na plenária que não tem direito a voto e que não representam nenhuma das instituições, e não podem votar. Então às vezes podia ser repensada essa regra, não sei abrir mais a votação para os que estão ali. Mas assim tem que ser uma votação expressiva, com pessoas que tenham conhecimento e causa, não pode também abrir

aleatoriamente para uma pessoa que vai de vez em quando." (FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Diante disso concebe-se duas importantes questões, a primeira que, apesar de o estatuto prever que na ausência desses representantes pode haver em comum acordo a escolha de outros representantes para aquela reunião entre os presentes, isso não parece ocorrer por meio do discurso em questão. Isso coloca em desacordo novamente o caráter democrático dessa arena e coloca um corte participativo, sendo somente aberta a palavra e a discussão os membros com direito a voto. A segunda questão é que se tem novamente o reforço sobre a vontade da verdade, o discurso legitimado do comitê, onde a pessoa tem que ter "conhecimento da causa" para poder se colocar em posição de fala.

O problema da não identificação das questões das relações de gênero ficou mais exposto no discurso apresentado pela entrevistada. Segundo ela, não há nenhuma diferenciação nesse sentido, mas as características essencialistas que alocam as mulheres a determinados espaços do comitê, já apontado nas outras falas, se fizeram presentes também:

"Acho que a mulher é mais detalhista. Ela é mais consciente às vezes. Eu acho que a mulher tem uma consciência mais aflorada em relação ao recurso da água, não sei, uma visão minha, eu posso estar sendo injusta, querendo ser feminista demais."

"Cada um puxa a sardinha para o seu lado, depende de cada um e de onde cada um está. Às vezes a instituição fala mais alto. Então eu acho que não existe esse negócio de homem e mulher, existe a situação dos problemas que estão acontecendo, que precisam ser sanados. Entendeu, então eu acho muito profissionalismo nisso. Existem os grupos técnicos que analisam e eles são formados por homens e mulheres que vão pela necessidade da bacia." (FERNANDA, Jornalista, 1999/2021. Entrevista realizada em julho de 2021)

Como apresentado, buscar compreender as relações de poder que partem de questões de diferenciação de homens e mulheres aloca-se a uma questão de justiça ou não com os gestores, mais do que justiça, incide diretamente na capacidade de paridade participativa dessa arena. Como percebemos, não há problemáticas de origem das relações de gênero, mas sim problemáticas que envolvem as instituições que participam e os tipos de participações dispostas para os sujeitos gestores. O âmbito participativo é neutro aos olhos dessas gestoras (em relação a suas participações). Entretanto suas participações serão cortadas somente por conflitos

referentes a outras esferas como da educação, sustentabilidade e de interesses de instituições, espaços esses que serão tratados como separados ao discurso central (econômico e do saber), não levando em consideração as tradições e valores pautados que os infligem também

Para além disso, existe igualmente o reforço da legitimidade do discurso técnico científico que compõem a vontade da verdade desse espaço. Esse discurso é tratado de forma neutra, como se não houvesse interferências ou questões conflitivas por serem profissionais, o conhecimento visto como neutro e não possível de atravessamentos de outros âmbitos (ABERS,2010; MARTINS, 2013). Com isso, caímos novamente na problemática levantada por Fraser, de como essa não visualização dicotômica do mundo da vida ao mundo sistêmico incrementa uma diferenciação, ainda mais quando olhado para a participação política das mulheres e a suas lutas políticas para um reconhecimento dentro de instituições como o comitê. Nesse movimento, em meio ao contexto de poder que fomenta os principais marcadores do discurso central do comitê, são criados sujeitos gestores que serão capazes de definir e criar, no qual diante dos discursos não se presenciam as necessidades das gestoras em seu todo.

5.1.4 AS INSTITUIÇÕES COMO PARTE IMPORTANTE DO PROCESSO DELIBERATIVO

Maria, atualmente tem 59 anos de idade e é formada em jornalismo, com especialização em rádio e televisão. Ela trabalhou, a partir de sua formação, nos canais da Globo, Cultura e EPTV Ribeirão Preto, o canal de televisão local da região. Essa trajetória possibilitou que a entrevistada construísse uma assessoria de sua própria gerência há 25 anos, em que presta serviço há 22 anos para uma entidade agroindustrial de Ribeirão Preto.

Percebemos que, assim como Fernanda, Maria consegue acessar o comitê de bacia por meio do trabalho prestado a uma importante instituição participativa do comitê de bacia do Pardo, sendo a partir dessa o ponto de contato com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Entretanto, diferentemente da entrevistada anterior, ela não somente prestou serviços informativos para o comitê, mas chegou a ser a representante dessa entidade agroindustrial nos momentos deliberativos e por assim responsável em levar as questões dessa instituição para dentro do comitê:

“Eu entrei em contato com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos por causa da assessoria que presto a entidade

agroindustrial, fui ser representante da associação no comitê, isso há 22 anos. E foi uma experiência muito interessante porque eu fui aprender sobre isso fazendo. Então esses 22 anos foram de muito aprendizado, a gente queria, a entidade agroindustrial queria estar presente nas discussões sobre o uso desse recurso e poder ser um membro que tivesse voz nessas discussões. Então estamos presente desde os anos 2000.” (MARIA, Entidade agroindustrial/Soc. civil, 2001/2021. Entrevista realizada em fevereiro de 2022)

Diante disso, temos que as instituições se concebem de forma dupla, no sentido de que ao mesmo tempo em que elas são fatores que selecionam e borram o gênero, elas são a porta principal de inserção das mulheres a esse espaço de gestão das águas. Nesse sentido podemos dizer que ao mesmo tempo que elas são responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades de gênero, outra face delas atenua essas desigualdades, sendo a primeira porta de entrada das mulheres. O que temos que ter em mente nesse paradoxo é que o tipo e origem dessas instituições darão o “ritmo” a essa causa, e isso se expressa nas diferentes trajetórias aqui remontadas.

Percebemos nessa declaração da entrevistada o quanto as estratégias traçadas pelas instituições as quais essas mulheres representam têm peso em suas visualizações do processo decisório como um todo. Esse movimento presencia-se não somente na visão de instituições como essa entidade agroindustrial, mas também nas declarações de Júlia, quando olhamos suas declarações sobre a entidade ambientalista. Podemos constatar que essa pode ser uma das causas das mulheres gestoras não identificarem uma diferença participativa no eixo de gênero. Diante as preocupações das instituições que as inserem nesse espaço, as mulheres do comitê acabam por não identificar as disparidades participativas que as atingem, nem mesmo identificar os espaços ao qual seus recursos discursivos ganham força de reconhecimento, ou seja, em quais espaços suas pautas e necessidades são consideradas.

Diferente das outras entrevistadas, Maria se intitula como participante do segmento usuários de água, isso se concebe de importante relevância, pois de acordo com o estatuto do comitê, esses se encaixam no segmento sociedade civil, inclusive é parte da problemática participativa nas literaturas apontadas, que tratam essas dicotomias dentro da definição de sociedade civil problemáticas para o segmento (EMPINOTTI, 2011). Com isso, o que nos chama atenção, e justifica-se justamente pelo ponto de entrada e contato para o comitê, é que a entrevistada logo que perguntada não se declarou membro do segmento sociedade civil, mas sim do segmento usuários, como mencionado.

Diante dos questionamentos sobre a qualidade participativa, levando em consideração sua participação, a entrevistada, diferente de todas as outras falas anteriores, denominou como conciliatória, o que acreditamos ser parte do discurso participativo da entidade agroindustrial nesses espaços gestores:

“Eu acho que minha representação no comitê foi uma participação conciliatória, porque você tem ali diversos seguimentos né, é para isso que ele existe, e a gente mostrou com a participação da agricultura, representando o agronegócio, que é possível e que é importante que todos discutam e se preocupem com esse assunto. Para mim, pessoalmente foi muito interessante porque eu aprendi com as pessoas e pude levar um pouco de conhecimento do agronegócio para as pessoas, para elas verem como ele funciona de fato, como faz esse uso da água mostrando a evolução do setor em relação ao uso da água, o que já é comprovado pela própria CETESB. A região de Ribeirão Preto possui muitas usinas e a CETESB tem diversos trabalhos mostrando que houve uma diminuição muito grande no uso da água, isso é muito importante porque tem que evoluir, todos os setores têm que evoluir.” (MARIA, Entidade agroindustrial/Soc. Civil, 2001/2021. Entrevista realizada em fevereiro de 2022)

A entidade agroindustrial a qual ela representa é uma entidade sem fins lucrativos, com isso, sua participação dentro do CBH-Pardo é encaixada no segmento sociedade civil. Essa instituição foi criada por empresários do agronegócio, que na definição da representante e da instituição tem “como importância revelar a dimensão e importância do setor na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil” (ENTIDADE AGROINDUSTRIAL, 2022). Diante disso, e na própria declaração da entrevistada, o intuito da participação da instituição situa-se em levar as demandas do agronegócio para a gestão das águas, em meio de uma campanha de valorização institucional da imagem do agronegócio, como descrito no site da própria instituição. Com isso, verificamos um outro discurso participativo que atravessa a participação da entrevistada e que vem de uma localidade diferente daquelas apresentadas nas trajetórias de Ana e Júlia, fortalecendo mais uma vez o argumento de diferentes dinâmicas de gênero que provocam diferenças mesmo entre seus pares, principalmente quando olhamos a participação por meio do eixo da diferença apresentada por Fraser, que traz para a interpretação as interseccionalidades que atravessam o conceito de gênero (SANTOS, 2019).

Podemos notar uma diferença nas experiências até mesmo no contato com as entrevistadas. Os sites e informações na entrevista escrita nos proporcionou somente uma leitura superficial desse discurso participativo. O que podemos compreender de suas respostas

é que a instituição agroindustrial tem papel central na sua participação e entendimento desse espaço de gestão. É a partir dela que serão desenhadas seus entendimentos e pautas sobre a gestão das águas, que em uma entrevista presencial se faria mais evidente ao aprofundar os questionamentos da instituição.

Todavia, mesmo Maria vindo de uma trajetória atravessada por um lado “comercial” e não de uma trajetória de pesquisa e educação socioambiental (marca das outras entrevistadas), a gestora apresentou uma visão semelhante quanto questionado a participação pelo eixo de gênero:

“Não. Eu acho que as mulheres que atuam são muito dedicadas. Como falei todos têm o mesmo objetivo. Eu acho assim que se você for pensar nas mulheres que estão dentro do comitê veem o recurso igual os homens, talvez as mulheres que não participam do comitê elas possuem essa visão, não só as mulheres, mas os homens também, que não diz somente a esse recurso, não só de economia de água, mas você do que é gerenciar a água, as pessoas não têm noção do que é o gerenciamento desse recurso, isso acho que é o que realmente faz falta para a população.” (MARIA, Entidade agroindustrial/Soc. civil, 2001/2021. Entrevista realizada em fevereiro de 2022)

Novamente, assim como as outras, a entrevistada não enxerga uma diferença participativa das mulheres em nenhum dos movimentos deliberativos dentro desse espaço. Mais do que isso, ela enxerga um espaço em que todos possuem um objetivo em comum, politizando que a diferença problemática referente à gestão das águas se dá na comunicação com o espaço de gestão e a população leiga, que não consegue compreender as complexidades do comitê. Esse movimento nada mais é do que a operacionalização do discurso da verdade no contexto das interações no espaço do comitê, que coloca esse “afastamento” dos outros conhecimentos como fruto da não compreensão dos trabalhos técnicos realizados no interior desse espaço.

5.1.5 DIFERENTES CAMINHOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES AO COMITÊ

Renata é formada em enfermagem pela USP de Ribeirão Preto. Sua trajetória escolar se deu totalmente pautada na rede pública de ensino, desde educação básica até sua formação superior. Sua formação superior foi realizada em maioria na Universidade de São Paulo (USP), na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, onde concluiu seu mestrado e doutorado. Seu pós-

doutorado foi realizado no McMaster Institute of Environment and Health da McMaster University, no Canadá, nos anos 2000. A partir disso, sua profissão pautou-se também no ambiente de pesquisa. Renata foi professora na USP durante 40 anos, hoje já é aposentada, professora Sênior.

Renata nasceu e se desenvolveu na cidade de Ribeirão Preto, tanto escolarmente quanto da vida. Sua família é formada por pais que estudaram até o ensino básico e duas irmãs que, assim como ela, alcançaram o âmbito superior de formação. Vemos então a importância da formação escolar para o alcance de outros espaços sociais, como o comitê, sendo por meio desse seu primeiro contato para com a instalação do comitê e discussões acerca desse novo espaço de gestão.

Sua trajetória é de grande importância para as demandas as quais levará para dentro do comitê, o que tem a ver com o próprio interesse participativo dentro dessa arena, visto que é por meio de sua pesquisa de doutorado que começa a prestar assessoria para as primeiras conversas de implementação do CBH-Pardo. É importante ressaltar que a entrevistada se especializou em saúde pública, com foco no gerenciamento de resíduos e saúde ambiental. Nesse ponto, percebemos que a trajetória escolar se assemelha as outras entrevistadas, principalmente com a trajetória de Ana.

“Meu primeiro contato foi antes dele existir. Em 1990 eu já estava com o projeto do meu doutorado e de certa forma eu acabei prestando assessoria para o departamento de organização e saneamento da prefeitura municipal. Por com o meu interesse no gerenciamento de resíduos no departamento de saúde.” (RENATA, Universidades/ Soc. Civil, 1999/2019. Entrevista realizada em março de 2022)

Entretanto, a entrevistada faz parte de um outro ponto de formação que não a ambiental em strito sensu, mas vem da área da saúde, ao qual segundo a literatura já descrita no referido texto, pauta-se nas mulheres como centro, principalmente quando observado o trabalho das enfermeiras. Com isso, temos a inserção mais uma vez da mulher em meio as características que lhe são atribuídas socialmente, aos trabalhos feminizados, como apontado por Fraser. Isso incidirá dentro dessa esfera pública em uma diferença participativa e de reconhecimento, quando analisados os contextos das deliberações de planejamento. Destacamos novamente o viés dicotômico do espaço social, apresentado tal qual Fraser nos apontou, de espaços não livres

dos valores do mundo da vida, não superando a diferença de gênero em meio ao contexto de poder operantes do comitê (SANTOS, 2019).

Além dessas questões citadas acima, Renata destacou como sempre esteve em diálogo com as pessoas do DAEE e da CETESB, ambas instituições muito técnicas e que dão movimento ao discurso central, apresentado pela literatura e pesquisa aqui realizada. Porém, percebemos que mesmo em diálogo e mais próxima dessas principais instituições gestoras desse espaço, a entrevistada não conseguiu alcançar outros espaços, como nossos dois homens entrevistado, mesmo ela carregando os principais marcadores desse espaço:

“Eu também dava aula sobre saneamento na minha comunidade, na minha escola e tinha uma relação muito próxima com o pessoal do DAEE e da CETESB, aí eu passei a participar a ser membro. Eu era a única mulher na real, era só homem, um detalhe que me chamava atenção, mas era assim muito respeitada, sempre foi um grupo muito prazeroso de trabalho sabe? Sempre fui muito bem recebida em todos os momentos dessa história. Aí em 1993 começaram a ser criados os comitês de bacia. O nosso foi em 1996 e o PCJ em 1993, cada um foi se organizando para a formação dos comitês de bacia hidrográficas e foi assim que eu entrei.” (RENATA, Universidades/Soc. Civil, 1999/2019. Entrevista realizada em março de 2022)

Vale ressaltar que todo esse primeiro esforço na instalação do comitê não culminou para uma participação oficial, como representante no CBH-Pardo. Foi somente pelo seu trabalho dentro da universidade, em relação às questões ambientais que a posicionou como representante “legal” dentro dessa arena, como representante da própria universidade, que contém seu espaço dentro do seguimento sociedade civil. Isso foi possível não no início dos trabalhos do comitê, mas mais adiante:

“Depois foram vindos, mais muito pouco, no início era muito pequena a participação feminina nos comitês. Ai como eu entrei oficialmente, porque até então convidada do DAEE. Desde 1990 tinha uma atividade muito intensa no campus da USP de Ribeirão, na área ambiental. Eu criei e fui presidente da Comissão junto com o prefeito, nas instâncias superiores da universidade, de gestão, foram criadas as comissões de meio ambiente, São José tinha já um grupo que estava trabalhando, mas não estava organizando como nós estávamos, eu inclusive propondo o trabalho de segregação de resíduos dentro do campus, já trabalhava dentro do campus na área ambiental. Então nessa indicação, que eu te falei no processo inicialmente dos comitês chama o presidente do comitê e distribui né, correspondência para as instâncias que legalmente deve

fazer parte dos comitês e eu posso te falar quais são, e no caso das universidades eles mandam para o reitor ou o diretor da universidade, o representante legal da universidade. No nosso caso, aqui de Ribeirão, mandou para o prefeito, e o prefeito inicialmente me indicava sem consultar as unidades, porque eu já era presidente da comissão de meio ambiente e eu acho que não era ele pessoa, mas o comitê gestor do campus, da prefeitura do campus, foi assim que eu entrei. Ai posteriormente ele passou a indicar solicitação dos diretores das unidades que compõem o sistema gestor do campus, no caso aqui da USP.” (RENATA, Universidades/Soc. Civil, 1999/2019. Entrevista realizada em março de 2022)

Diante a compreensão do discurso, Renata aponta uma das importantes faces referentes às estruturas internas do comitê. Diferentes literaturas apontaram como o seguimento sociedade civil concebe-se problemático, em vias de abordar diferentes setores sociais aos quais são conflitantes entre o próprio seguimento:

“[...] pela universidade a partir de 98 até 2016. Mais de cinco gestões. Sempre no seguimento sociedade civil, universidade. Atualmente depois da minha aposentadoria em 2016, eu me desliguei, deixei a escola, me desliguei oficialmente da prefeitura do campus e nós reativamos uma associação de defesa regional do meio ambiente, que é a SODERMA, da qual eu sempre fiz parte, fui membro de sua criação. Ela era sociedade, mas nós alternamos para associação porque não tem fins lucrativos, por questões legais. Então a SODERMA, a Associação de defesa regional do meio ambiente, foi reativada há 2 anos, agora, porque ela ficou 4 anos em pausa por conta de problemas de saúde do presidente, que era o criador e fundador e que acabou falecendo, e conosco nos juntamos e eu estou fazendo parte da diretoria executiva e com isso participando como suplente junto ao comitê de bacia do pardo. Agora não mais como sociedade civil no seguimento universidade, mas agora como associação.” (RENATA, Universidades/Soc. Civil, 1999/2019. Entrevista realizada em março de 2022)

Renata e Maria foram as únicas que diferenciaram o setor ao qual participaram dentro do segmento sociedade civil. Como mencionamos, a construção desse segmento concebe-se em algumas leituras como problemáticas, em vista de tentar aglomerar muitas demandas de diferentes pontos do segmento (EMPINOTTI, 2011).

Ainda sobre o processo deliberativo, a entrevistada, assim como os outros, demonstrou uma boa avaliação, exemplo para as demais áreas sociais, como a saúde, espaço central de sua participação. Entretanto, quando aprofundadas essas participações no que tange à paridade

participativa sob o eixo gênero, Renata destacou que essa não se concebe uma diferença participativa de mulheres ou de homens, mas sim de pessoas que pensam de diferentes formas:

“Não. Assim como já te disse, no começo havia muito poucas mulheres participantes. Não sei como está agora, mas tem bastante mulher que participa e bem significativa. São direitos iguais para homem e mulher.”
“Não necessariamente pela questão gênero, mas eu identifico como as pessoas são diferentes, mas independente disso. Claro que há uma diferença de homens e mulheres em vários setores da vida né. As mulheres não são todas que pensam iguais e o homens igualmente. Então há uma diferente, mas não as classificaria em razão do gênero.”
(RENATA, Universidades/Soc. Civil, 1999/2019. Entrevista realizada em março de 2022)

Como percebemos, as entrevistadas percebem algumas diferenças, mesmo que essas tenham ocorrido ao longo do processo de instalação do CBH-Pardo. Quando questionadas no andamento participativo, a recusa vem à tona, isso tanto para reafirmar a qualidade do processo, quanto para enfatizar suas próprias participações, mobilizando os discursos de forma a enfatizar suas pautas nos momentos deliberativos.

Vamos a seguir acompanhar mais duas trajetórias de gestores. Visualizaremos não somente uma diferença no modo de inserção e de formação desses, mas também perceberemos o quanto os homens são menos solícitos a conversar sobre o processo, visto que alguns deles não aceitaram esse convite, em vias de que as mulheres foram muito mais solícitas a contribuir com o processo de pesquisa.

5.1.6 A CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO TÉCNICO –CIENTÍFICO LEGITIMADO

João atua no comitê desde o início de sua criação no ano de 1996. Diferente dos outros entrevistados, sua formação concebe-se em outro espaço de saber. Formou-se em Engenharia civil com uma especialização na USP na área de saneamento hidráulico. João é da cidade de Altinópolis e trabalha na sede da DAEE de Ribeirão Preto, espaço esse que centra as atividades do comitê. O Departamento de Água e Energia elétrica consiste em uma das principais instituições na gestão das águas paulistas e tem como principal instrumento o apoio a questões

técnicas de licenças e outorgas. Parte das atividades presenciais (reuniões) é feita na sede da DAEE em Ribeirão Preto e atendimentos via telefone

Com isso, o primeiro contato do entrevistado com o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos se deu por meio de seu trabalho nessa instituição:

"Eu sempre trabalhei com recursos hídricos. Então realmente a origem da minha participação foi por meio do órgão em que eu trabalhava. Tratamos praticamente da limpeza de rios, qualidade da água. A gente fazia retificação e limpeza de rios para melhorar o fluxo do esgoto nos municípios, e começamos a participar do comitê dirigindo projetos de tratamento de esgoto." (JOÃO, Entidade do Estado/Estado, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

Sua participação é atravessada pelo conhecimento central que posiciona de forma privilegiada os sujeitos gestores do comitê. Suas estratégias dentro dessa arena passam pelo ponto da legitimidade do conhecimento técnico científico, que coloca suas ações em uma área de não contestação, visto que esse saber é conhecido dentro do comitê como neutro. Mais do que isso, é parte fundamental da vontade da verdade que hierarquiza as formas de participação. Sua trajetória, mais do que pautada na vontade da verdade legitimada dessa arena, mostra como são definidas de forma diferenciada as interações de poder via gênero. Diante disso, podemos perceber como essa esfera do espaço social é tratada como separada das demais questões da vida, culminando em uma localidade que trabalha de forma sozinha e a partir de valores, resultando em um discurso não político de suas pautas e deliberações propostas nessa arena (SANTOS, 2019).

Sua trajetória na gestão dos recursos hídricos alcança outras esferas que não somente a unidade de gestão do Pardo.

"Sou membro do comitê grande, que é nacional. Também participei como representante do estado, muito tempo na câmara técnica de análise e projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que hoje mudou por conta do governo Bolsonaro que a eliminou" (JOÃO, Entidade do Estado/Estado, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

As possibilidades e articulações são internalizadas por meio das relações de poder de forma diferenciadas das mulheres, o que percebemos foi um alcance em esferas de âmbitos maiores da gestão das águas, em áreas de discussões no âmbito de realização de projetos e planejamentos, áreas diferentes das encontradas na participação das gestoras aqui ouvidas. Essa

participação se fomenta de outro modo, muito pela origem institucional de sua participação, que se pauta em um velho sujeito das gestões das águas.

No que se refere à avaliação do sistema, João acredita que o comitê é uma grande ferramenta de discussão, que foi fundamental nas crises hídricas do ano de 2014/2015, preparando-os para um olhar melhor do planejamento. Mas, em relação aos segmentos, há uma avaliação diferenciada:

"Foi um grande ganho a participação da sociedade civil e o estado com a parte técnica. O segmento município tem interesse forte em recursos, então participam fortemente na hora de distribuição de recursos, acredito que isso acontece por conta do período de 4 anos de mandato das prefeituras, que muda toda a estrutura. Isso prejudica muitas vezes, temos cobrado agora a participação dos Municípios." (JOÃO, Entidade do Estado/Estado, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

Para além de questões das estratégias municipais de participação, o entrevistado destacou também a importância de um planejamento de comunicação.

"Precisamos conviver com a sociedade né. Quem está no sistema conhece, compra as ideias e participa, mas a sociedade (leiga) não conhece muito como funciona, e nesse sentido está faltando alguns projetos de educação ambiental e comunicação, temos dado prioridade a isso." (JOÃO, Entidade do Estado/Estado, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

Percebemos que o advento de uma gestora à mesa diretora vem concomitantemente à priorização de projetos na instância educacional. Assim, percebe-se exatamente as relações de poder central para a participação das mulheres nessa arena, que as coloca em "privilégio" nesse momento de gestão. Esse âmbito das relações de poder consegue, portanto, realocar as gestoras que estavam periféricas, para um espaço de centralidade nas ações e projetos do comitê, mesmo que na área desse tipo de saber.

No que se refere às visões referentes a homens e mulheres sobre o recurso das águas e a gestão das águas, presenciemos as mesmas ideias e noções apresentadas nos demais discursos:

"Então elas têm propostas interessantes. E na questão da votação sempre atuante, de maneira geral a mulher no comitê é bem forte, tem uma disposição mais fática, às vezes relaxamos um pouquinho e elas dão um puxão de orelha."

"Então na questão da mulher, eu acho que elas têm uma posição mais incisiva. Elas se preocupam mais com resultados principalmente em pautas sobre a questão social e de educação ambiental. Mas assim todos estão ali por conta dos Recursos Hídricos. Temos que cuidar bem da água e acho que essa é uma posição conjunta" (JOÃO, Entidade do Estado/Estado, 1996/2021. Entrevista realizada em junho de 2021)

As questões de gênero novamente são separadas de outras questões, como o cuidado da água. Elas interferem de forma diferenciada tanto na participação das mulheres quanto o planejamento da bacia. O bem maior, o discurso do conhecimento e de olhar sobre o recurso hídrico, passa por esses membros de forma tão natural que as ações incisivas das mulheres para participação passam despercebidas como diferenciação e se alocam a um campo de essencialização, de gênio, referente ao mundo das mulheres. É aqui que percebemos que essa arena, fomentada sobre o conceito democrático e de uma paridade participativa, não conseguiu superar os valores e tradições presentes no mundo da vida, apresentando deste modo um atravessamento para com esses espaços, testando os limites de todos os principais conceitos que as rodeiam (SANTOS, 2019).

5.1.7 OS MECANISMOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA ATUAÇÃO

José trabalhou na instalação do comitê de bacia, não somente do CBH-Pardo, mas de outros três importantes comitês dessa região: Mogi, Sapucaí-Mirim e Grande. O entrevistado participou não somente do início das plenárias, mas do processo de implementação das unidades na região de Ribeirão. Sua formação é na área de Engenharia civil pelo Centro Moura Lacerda, ponto que o trouxe à cidade de Ribeirão Preto, e especializações em saneamento e gestão ambiental cursados pela UFSCar.

Sua trajetória é marcada pelo seu trabalho no DAEE, logo depois de sua formação, e por 2 anos de aulas na FEUP, Universidade Liberal, onde ministrava cursos sobre hidráulica e mecânica dos fluidos. Percebemos com isso que sua trajetória é fortemente marcada pelo conhecimento técnico que compõem o discurso da vontade da verdade, que posiciona e marca os sujeitos em vantagens nas discussões e deliberações do comitê. Para além disso, sua participação vem por meio de uma instituição que é marca importante na gestão das águas e na implementação das unidades do comitê, mais do que isso, atuam em trabalhos importantes como as secretarias executivas.

"[...] Acho que você vai se envolvendo e o meu desenvolvimento profissional quanto às questões referentes às águas andaram juntas. Começamos já na década de 80 onde foi o DAEE que praticamente começou esse movimento de mudança política espelhado no modelo francês. Isso começou a ser formulado aqui em São Paulo a partir da lei de 1991, bem antes da lei nacional de 1997. Começamos a trabalhar em 1995, nós juntamos uns técnicos do DAEE e começamos a fazer essa comitiva, de fazer várias visitas pela região marcando reuniões com grupos que se interessavam pelo assunto. Falávamos que éramos o kit comitê, saímos toda a semana para uma região para discutir o que era o comitê, como é que eles pensavam que tinham que funcionar, pensando sempre no modelo do CBH-Piracicaba Capivari e Jundiaí, que foi o primeiro a se instalar e que tinha já um ótimo funcionamento." (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Seu papel no comitê inicia em conjunto com o trabalho do DAEE, com os conhecimentos e sujeitos possíveis por meio dessa instituição. O DAEE tem muita centralidade no seu discurso e é por meio dele que suas relações tomaram forma, principalmente pela importância dessa instituição no processo de instalação do comitê:

"Os comitês nasceram praticamente do DAEE né, foi um órgão que puxou isso né, assim desenvolveu muita coisa e esses 4 comitês estão funcionando, a Cetesb ajudou muito nesse processo também. Hoje ela já não é tão participativa quanto o DAEE que assumiu as secretarias executivas dos 3 comitês."(JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Parte de sua participação é marcada não somente por questões centrais do processo de implementação do modelo francês no Brasil, mas também das relações de poder que envolvem uma importante instituição da gestão das águas (DAEE), que se faz presente não somente atualmente, mas nos modelos antigos de gestão das águas. Com isso percebemos que parte da trajetória do entrevistado foi marcada pelas relações de poder que são estruturais do discurso da vontade da verdade, posicionando de forma privilegiada sua participação nas questões referentes à gestão das águas, que o levou a alcançar outras instâncias do processo de gestão das águas, como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Sobre o espaço do comitê como um espaço democrático e participativo, José avalia de forma otimista mesmo que com falhas:

"É uma proposta muito interessante, tem falhas, mas é muito melhor com falhas do que não ter esse organismo. O comitê ele não é uma empresa né, ele não tem CNPJ, ele não é do estado, as coisas são muito sérias, toda discussão e distribuição de recursos são feitas por meio de projetos discutidos pelo plano de bacia"

"Eu acho que o papel hoje do comitê é muito importante, muito técnico. Com a cobrança das águas conseguimos nos livrar um pouco das amarras recursivas e recuperar um pouco da dignidade do comitê, andando com as próprias pernas" (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Referente aos segmentos, ele avalia de forma negativa a participação do segmento Município, levando em consideração o processo eleitoral e o tempo de mandato dos prefeitos, o qual atravessam a participação desse segmento a ponto de atrapalhar o processo de deliberação e participação:

"Porque o prefeito que é o maior tomador nas prefeituras, ele tem um mandato de 4 anos, então ele quer resolver aquele problema da galeria lá do bairro, ele não pensa na bacia hidrográfica como um todo, é muito difícil. E o que noto aqui no Pardo é que há um afastamento muito grande dos municípios. Os prefeitos desaparecem nas eleições e aparecem depois na hora de distribuição dos recursos. Ao contrário da Sociedade Civil que está sempre muito presente ajudando, as universidades, os sindicatos, as associações de bairro, sempre participam mais ativamente, não somente com foco no interesse financeiro." (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Essa visão dos municípios como tomadores de recurso aparece na visão das gestoras e gestores do comitê. Avaliando esse segmento de forma negativa, tanto na participação de mulheres (prefeitas), que acaba cortando-se ainda mais por conta do processo eleitoral, quanto na participação dos homens (prefeitos) que não se fazem presentes na maioria das deliberações.

Quanto ao processo de participação, José apresentou que essas questões fazem parte do debate de construção dessa arena e que se tratam de discussões referentes às ações para uma melhor votação:

"Discutir é nossa prioridade na bacia e é uma coisa bem complexa. Você acaba aprendendo a tomar decisões em conjunto. Eu como secretário fazia questão de criarmos um cartão de votação e fazia questão de que

todo voto fosse visto, que as coisas não fosse assim, uma assembleia que falava e que na hora de levantar a mão as coisas ficassem como tá. Então a gente colocava cores para cada segmento, para não ficar somente uma coisa de levantar a mão, porque desse modo você valoriza aquela participação, acho importante a pessoa se manifestarem sempre dando toda a matéria que conhecem. É importante também fazer com que as regras sejam seguidas, para você dar tempo de fala e não deixar ninguém dominar a reunião." (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

No caso deste entrevistado, percebe-se que a importância nesse processo participativo passa muito mais pela divisão dos segmentos do que por quem participa ou quem consegue se expor. Além disso, esse tipo de exposição passa principalmente pelo âmbito das relações de saber, que movimenta as horas de exposição das falas e, como apresentado, esses arranjos de poder presentes atravessam as interações entre homens e mulheres do comitê de forma desigual, dando um rumo diferente às participações tanto entre homens e mulheres, quanto entre seus pares.

Mesmo que José considere o CBH-Pardo democrático, ele apresenta em seu discurso uma dificuldade em se apresentar e aprovar ações contrárias àquelas apresentadas nas plenárias, e que se buscam sempre o consenso:

"Quando a gente tem um assunto delicado a gente tem que fazer um trabalho antes né, para não ter aquelas pessoas que caem de paraquedas e não sabem o que está discutindo. Eu acho que você tem que convencer, levar as decisões da reunião a um consenso. Ações contrárias dificilmente são aprovadas e tem que obedecer a aquilo que foi determinado, isso está no estatuto, a plenária é soberana." (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Esse trabalho de convencimento é feito por meio das câmaras técnicas, não somente esse convencimento passa por essas relações de poder adquirido pelos técnicos, como esse processo tem um importante peso no que concerne ao número de homens e mulheres que se encontram na plenária, que recaem de forma diferente quanto pensado no convencimento e consenso do que na discussão e diferenciação. Quando levado em conta que "ações contrárias são dificilmente aceitas", traz à tona que ações fora do discurso da vontade da verdade, como

aquelas do mundo das mulheres, não são levadas ao âmbito das discussões, mesmo que essas estejam em igualdade de condições de negociação (EMPINOTTI, 2010).

Quando perguntado referente ao recorte de gênero dentro do comitê caímos aos essencialismos encontrados na relação das mulheres em questões de âmbito ambiental e de gestão pública:

"A mulher tem opinião muito arraigada para convencer e sempre de uma forma muito interessante né. Bem eficientes defendem com muito vigor as suas opiniões e bem conscientes. A mulher que toma conta da casa, ela trabalhando fora ou não, ele que toma conta da casa, ela tem uma visão da água muito do lar, eu estou comparando no geral né."

" Eu acho que as mulheres são muito mais resistentes, acho mais combativas. As grandes ações vêm das mulheres, lógico que não só delas, mas as mulheres são mais resilientes, não admitem que as coisas sejam resolvidas de uma forma mais suave, uma forma mais comum, elas olham um pouco mais diferente para as coisas né, os homens às vezes olham muito a parte do empreendedorismo da questão do econômico. Precisamos fazer a ponte que vai resolver o problema, não vamos agredir o meio ambiente para tudo né." (JOSÉ, Entidade profissional/Soc. Civil, 1996/2019. Entrevista realizada em julho de 2021)

Ante as diversas facetas da gestão das águas, novamente se apresenta o homem como o centro das questões econômicas e as mulheres como o sujeito incumbido de trazer as relações de âmbito socioambiental para dentro da gestão. Para além disso, a combatividade das mulheres é novamente apresentada como ponto positivo de participação e não como causa de existência e participação corporal das mulheres nessa arena, que corre em busca de uma paridade participativa. Ademais, a mulher é apresentada como o “ser” detentor dos interesses sobre o meio ambiente e o homem como aquele que traz o econômico para o centro das questões, o que traz o questionamento do atravessamento desse mundo da vida em meio ao mundo sistêmico, que não superou os valores e tradições que ficam especificamente a participação e a divisão do trabalho das mulheres nesse espaço.

Com a apresentação dos discursos acima, em conjunto com o entendimento da construção dos discursos e da vontade da verdade, via Foucault, entendemos também, via gênero como categoria analítica, as múltiplas maneiras as quais as relações sociais se apresentaram no CBH-Pardo. Essas relações não se cabem somente ao âmbito de diferenciação sexual (homem/mulher), mas sim das relações de poder que contextualizam e produzem a partir desse eixo tipos participativos.

A seguir são apresentadas as principais conclusões tiradas das análises das atas em conjunto com os discursos apresentados, colocando no centro as principais manobras que fomentam a dinâmica de poder das relações de gênero dentro do CBH-Pardo.

CAPÍTULO 6 – A GESTÃO PARTICIPATIVA DO COMITÊ DO PARDO EM MEIO AO PROCESSO DELIBERATIVO

Neste capítulo são analisadas as principais contribuições dispostas em meio a uma leitura conjunta do cenário geral e das trajetórias. Colocamos em conversa os dados ao qual denominamos de cenário geral participativo e os discursos coletados no capítulo anterior. Com isso podemos então desenhar, concomitante ao principal objetivo que se pauta na compreensão participativa sob o eixo gênero, as principais contribuições dispostas em meio a trajetória dos gestores e gestores e o crescimento dessa arena deliberativa. Neste ponto, destacamos algumas das principais questões suscitadas nas análises realizadas no decorrer desse texto.

6.1 AS MARCAÇÕES DO CONTEXTO DE PODER NA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS GESTORES

O intuito de apontar as trajetórias e discursos separados se deu justamente para demonstrar as peculiaridades de cada história de participação no comitê do Pardo. Conseguimos demonstrar as especificidades que propuseram a participação das mulheres e dos homens nessa arena deliberativa e, a partir desses depoimentos, destacar algumas manobras participativas das dinâmicas de gênero presentes no CBH-Pardo.

Olhar o comitê por meio das distribuições do sujeito, focando a partir das dinâmicas de gênero, é observar se esse é um dos pontos centrais na qualidade e paridade participativa de ambos os gestores. Mais do que isso, é tentar entender como essas questões se encaixam na produção da verdade e do saber desse espaço, visto que este poder não só reprime, mas também cria sujeitos e esses serão fomentados no discurso.

"Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassamos as regras de direito que o organizam e delimitam (...). Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício" (FOUCAULT, 1979, p.182)

Ainda sobre esta compreensão, captar o gênero como categoria analítica possibilita acessar os processos de construção dessas relações de poder, possibilitando acessar a

internalização e identificação (ou falta) por parte dos sujeitos sobre as desigualdades e diferenças entre os homens e mulheres do comitê. Com isso, conseguimos realizar uma leitura que traz as práticas diferenciais de poder que constroem as dinâmicas presentes nesse espaço.

O comitê concebe-se como esse espaço local e regional das relações de poder referentes às problemáticas de gestão ambiental. O CBH-Pardo entende-se por uma das ramificações dos conflitos socioambientais, que com o entendimento das trajetórias desses homens e mulheres, traduz parte dos efeitos do saber e da verdade que estruturam as relações de poder desse espaço. É preciso compreender que é esse o espaço de contexto das relações e marcadores presentes nas trajetórias desses gestores e gestoras, e a interpretação das necessidades e das interações deliberativas advém das dinâmicas apresentadas nesse espaço histórico.

Percebemos que as trajetórias das gestoras apontam fortemente a importância da formação escolar para o acesso a essa arena, não somente no sentido de conseguir entrar no comitê, mas como ponto de mobilização dessas mulheres ao espaço de gestão, a cidade de Ribeirão Preto. Para além disso, foi por meio de suas inserções dispostas por sua formação escolar que conseguiram contatar e ser reconhecidas por importantes sujeitos da bacia, possibilitando seu posicionamento no CBH-Pardo, ainda que esse posicionamento não esteja de forma equitativa aos dos homens gestores, como apontado no gráfico de oportunidade de fala (Figura 11).

Entretanto, quando olhamos a área de formação dos homens e mulheres percebemos como o âmbito de profissionalismo recai de maneira diferenciada no recorte das mulheres que participam. Assim como apontado por Empinotti (2010) e Luchman et al. (2016), as mulheres se localizam em áreas que partem de preocupação social e educacional na gestão das águas. Aquelas preocupações de âmbitos técnico-científico se encontram na formação dos homens, engenheiros. Como mencionado, encontramos esse tipo de relação e de diferença presente na realidade social mais ampla espelhada nas divisões de trabalho do comitê.

Com isso, conseguimos perceber que a divisão sexual do trabalho atende ao essencialismo base das relações de poder referentes ao gênero. E, mais do que isso, apresenta a dicotomia Frasiana, no sentido de apontar como as questões de valores e tradições do mundo da vida se presencia no mundo sistêmico, em processos modernos como a formação dos conselhos gestores.

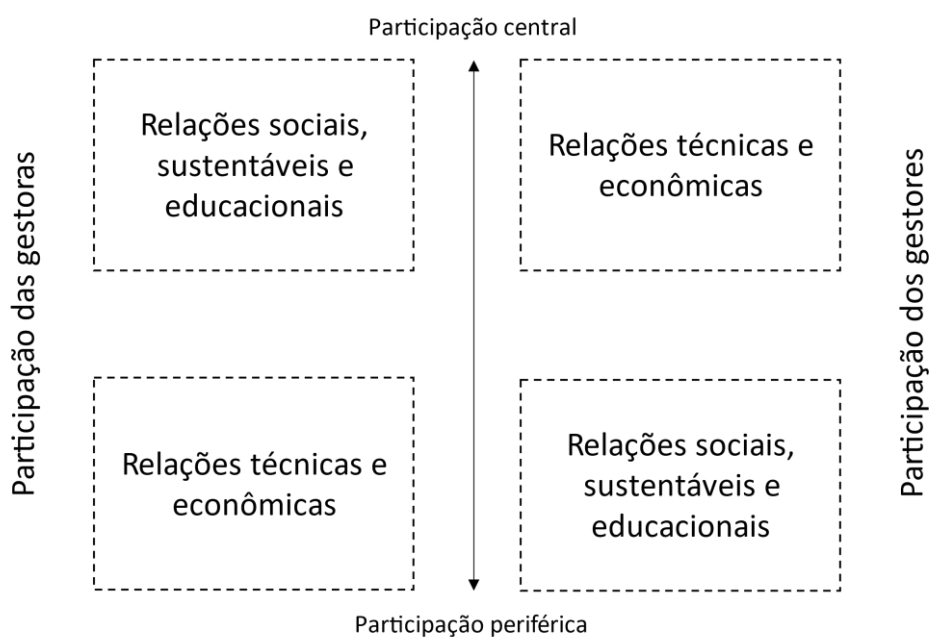
Ainda nas questões que delineiam a dinâmica das relações de poder referente aos homens e mulheres, percebemos um desconforto quando confrontadas essas questões de forma direta nas entrevistas. As respostas nesse âmbito formaram-se mais curtas e diretas, porém ao

compartilharem suas preocupações e estratégias por meio dos interesses institucionais, percebemos alguns entraves participativos. É a partir desse questionamento que vemos o “nós” aparecer sob o “eu” participativo e isto evidencia-se em todos os discursos. Assim, a participação, o olhar do funcionamento desse espaço e construção das metas, passam pela instituição, é ela quem definirá as avaliações e operacionalização discursiva dos sujeitos e pode ser por ela também que a diferença participativa passe despercebida.

Nesse sentido, no âmbito de avaliação participativa dos segmentos, a esfera dos municípios recebe a maioria das críticas referentes principalmente ao modelo eleitoral (eleições de quatro em quatro anos). Aponta-se um recorte participativo no que se refere à participação das mulheres por pouca eleição vencida por elas nas prefeituras da região. No que se refere ao segmento estado, as mulheres são recortadas principalmente pelas questões do saber técnico científico e de âmbito profissional (de formação escolar como áreas de engenharia) em que são poucas as mulheres presentes em órgãos técnicos ambientais que fomentaram a implementação dessas unidades gestoras, como o DAEE, importante instituição no andamento atual do comitê, mas também antigo agente da gestão das águas. Assim, a participação das mulheres pauta-se em sua maioria no âmbito do segmento da sociedade civil, muito pelo âmbito das instituições educacionais, de Associações e de Ong 's, que possibilitam a entrada dessas gestoras nessa arena e as alocam a assuntos de interesse socioambiental e educacional. (ABERS et al., 2010; CUNHA, 2013; EMPINOTTI, 2010).

Como apresentado por Foucault (1979), o poder não é algo estático, que posiciona de forma fixa os "dominantes" e "dominados", mas sim flexível e maleável; por isso, relações de poder. Essas relações colocam os sujeitos ora periféricos e ora centrais nos planejamentos e constructos do comitê. Observamos na participação das mulheres nessa arena gestora, levando em conta principalmente o ponto de entrada e da qualidade participativa nos assuntos do comitê, esse movimento. A figura 17 aponta como são movimentadas as dinâmicas de gênero para as gestoras e gestores do CBH-Pardo.

Figura 18 - Dinâmica das relações de gênero no CBH-Pardo



Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas

Como apresentado por Campregher (2020), a ciência e a técnica são lançadas recursivamente e fundamentais para os agentes partícipes da governança, não somente como instrumentos gestor, mas como instrumento regulador das práticas gestoras. Diante dessas características levantadas nos discursos, percebemos que a dinâmica das relações de gênero trabalha de forma a colocar a mulher no espaço periférico, quando atravessada pelo contexto das relações de poder do âmbito econômico, técnico-científico e político (no sentido das representações municipais), e centrais, quando atravessadas por questões das relações de poder de âmbito social, sustentável e educacional. Essa é característica central das dinâmicas de gênero do CBH-Pardo que é reflexo das relações sociais exteriores a essa unidade de gestão e da formação da esfera pública, como problematizada durante o presente texto. A estrutura de governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH-Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas, como apresentada na diversidade dos segmentos. Esses conflitos e dinâmicas são resultado, e legitimados, principalmente por meio de forças centrais que compõem o discurso da vontade da verdade dessa arena, do saber econômico e técnico-científico, com um destaque também às amarras da Política municipal e de como essa esfera maior atravessa o CBH-Pardo.

Esses movimentos das relações de poder foram evidenciados não somente no âmbito apresentado acima, mas no paradoxo apresentado diante da análise e comparação das trajetórias pesquisadas. Nesse sentido, as instituições ao mesmo tempo que se estabelecem como uma porta de entrada para as mulheres, são responsáveis por aprofundar as relações de desigualdade, visto que passa por elas a seleção desses partícipes. Nesse sentido, ao mesmo tempo que elas atenuam as desigualdades de gênero, elas o mancham. Com isso, compreender a natureza dessas instituições e como essas participam se torna essencial para uma melhor complementação e entendimento futuro de suas interferências participativas.

Quanto ao modo como essas relações atravessam a participação das mulheres, percebemos uma alocação corpórea na participação, não no sentido de cerceamento desses corpos nesse espaço de gestão, mas de um maior esforço para se fazerem participativas e ouvidas. Essas questões se presenciam no discurso, principalmente por meio dos essencialismos narrados como "geniosa", "combativas", "fática" e "incisiva", que passam como parte do comportamento da mulher, tanto na visão dos homens quanto das mulheres, mas que nada mais é do que um esforço presente somente na participação das gestoras para se fazerem participativas.

Para além dessas questões, há nas falas apresentadas problemas referentes à participação da plenária de forma a colocar em discussão o teor democrático desse espaço de gestão. Percebemos que a plenária nada mais é do que um espaço de aprovação conjunta do que já foi discutido no interior das câmaras técnicas, sendo elas um espaço de maior recorte participativo e de uma divisão sexual do trabalho mais vigente, visto que elas são câmaras temáticas (educação ambiental, planejamento etc.) causando, portanto, um recorte participativo nos assuntos e espaços das mulheres dessa unidade de gerenciamento.

Além das câmaras técnicas como um espaço que aloca as mulheres, temos que as instituições concebem também um peso nesse recorte. São elas que irão indicar os nomes de seus representantes através do ganho do direito a voto e participação nessa arena. Com isso, percebemos que há dois importantes cortes que incidem na participação das mulheres e fomentam a dinâmica de gênero apresentada acima: primeiramente, das instituições, fica a cabo das instituições indicar seus representantes. Por conta disso, há um maior espaço das mulheres em relação a representações de instituições educacionais e comunitárias (como Universidade e Ongs), e falta desse quando em instituições de trabalho técnicos e de interesse político (como

no DAEE⁸ e municípios). Em segundo lugar, depois desse primeiro obstáculo, essas mulheres já inseridas no processo de decisão serão alocadas àquelas câmaras técnicas de âmbito socioambiental, faltando participação em outras facetas importantes da gestão das águas.

Essas são algumas facetas e características importantes que afetam a participação das mulheres nesse meio de gestão das águas, que cabe maior reflexão para o andamento do trabalho e investigação. A seguir serão expostos como esses marcadores e a dinâmica central aqui exposta delinea e esconde a proliferação de alguns discursos, que constrói diferentes sujeitos gestores e um sujeito feminino gestor possível no espaço do comitê.

6.2 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS DISCURSOS EM VIAS DE UMA PARIDADE PARTICIPATIVA

O que presenciamos até este momento foi a reconstrução dos diferentes discursos participativos presentes nas trajetórias apresentadas anteriormente, que fomentaram não somente as principais problemáticas deliberativas, mas possibilitaram delinear o movimento central ocorrido no eixo participativo das mulheres. São diversos os movimentos que decorrem, de como essas mulheres operacionalizam esses discursos a fim de serem mais ouvidas e entendidas e de como essas conseguem definir e colocar em práticas suas pautas, mesmo essas não alcançando todos os espaços de governança do comitê.

Em meio à valorização de certos campos dentro dessa arena gestora e nos momentos de fala e deliberação, percebemos que, em conjunto com questões do reconhecimento ou não reconhecimento, se mobilizaram os discursos sobre a paridade participativa das mulheres somente em determinados momentos das deliberações do CBH-Pardo. Essa fonte de injustiça participativa tem como origem não somente questões do âmbito econômico, como também de reconhecimento social da mulher como um sujeito gestor tal qual os homens são apresentados.

“Haveria, segundo a autora, uma divisão conceitual indesejável entre os teóricos: de um lado, estariam aqueles que enxergam a redistribuição material como a solução do problema de injustiça, pressupondo portanto, que as questões de justiça deveriam ser tratados principalmente de um ponto de vista econômico; e de outro lado haveria os teóricos que

⁸ Isso ocorre muito por conta do âmbito profissional e formativo desse espaço. Mais do que isso é onde ocorre influência do meio profissional, do mundo do trabalho, no sentido de indicações.

defendem o reconhecimento social como meio principal de combate as injustiças existentes, entendendo que o conjunto destas injustiças se deve primeiramente a hierarquização das valorações culturais.” (SANTOS, 2019, p.15)

A partir disso, nem os teóricos da distribuição nem do reconhecimento dão conta do problema, em vista de não colocarem parte das relações de poder, ou como ela se apresenta, nesses dois movimentos. Fraser propõem analisar os discursos sobre as necessidades muito pautada também por sua leitura foucaultiana, levando em consideração a análise do contexto das relações de poder (SANTOS,2019; BRESSIANI, 2011). Para ela, a centralidade pauta-se na compreensão da interpretação política das pautas reivindicadas, por isso a importância de se trazer para dentro de nossa análise o contexto das relações de poder, em vias foucaultiana e a visão que esses sujeitos terão desse processo político de deliberação da gestão das águas.

Fraser nos traz uma alternativa política crítica da interpretação da política das necessidades, orientada pelo discurso desses processos políticos. Com isso, ela traz à análise três importantes fatores para a interpretação desse reconhecimento, que se refere à luta por determinar ou refutar o status político de alguma necessidade; de defini-las e de satisfazê-las (SANTOS, 2019). Nesse aspecto, as mulheres do comitê de bacia possuem pouco ou quase nenhum status político de determinação de pautas relevantes ou de refutação dessas, ao menos que essas, como demonstrado no item acima, façam parte do âmbito central das relações de poder ao qual elas possam fazer parte - o âmbito dos cuidados e da educação. Sendo assim, elas também, no âmbito de execução das pautas, não possuem o poder de defini-las, deixando de lado muitas reivindicações que possam ser do âmbito feminino da gestão das águas. Frente a esse panorama, não satisfarão suas demandas e necessidades, culminando em um cenário não paritário de participação.

Fraser, ao tentar compreender os modelos de injustiça pautados não somente no viés econômico, mas também no ponto de reconhecimento, dos padrões culturais e simbólicos, traz para a consideração desse processo os padrões sociais de interpretação, representação e comunicação:

“[...]. Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis a sua própria; o ocultamento (tornar-se invisível por efeitos das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana).” (FRASER, 2006, p.232)

Diante disso, percebemos o cerne dessas disputas frente à interpretação das necessidades por meio do discurso central criado no fomento desse espaço gestor. Esses recursos discursivos que compõem essas políticas de necessidade passam pelo contexto das relações de poder estruturados pela Linguagem e vocabulários, modelos de argumentação, narrativas convencionais e formas de subjetivação. O primeiro que se fará concretizado por vias da linguagem e vocabulário técnico-científico, pelo modelo argumentativo, uma vez que estamos falando de um espaço que possui certo ritual de fala ao qual seleciona e coordena quem pode ou não falar e qual o momento para a realização dessa fala. Narrativas convencionais que são fomentadas por uma neutralidade de construção histórica desse espaço por meio do conhecimento técnico que, por fim, determinará formas de subjetivação, posicionando os sujeitos dentro dos momentos deliberativos.

Todo esse processo pautado no entendimento das relações de poder, que vão alocá-las ora periféricas ora centrais, e pela luta de reconhecimento em meio a uma visão da diferença não realizada no contexto do espaço do comitê em suas falas, resultarão em uma construção de um sujeito gestor feminino que reconhece a diferença de gênero, mas que, na prática e nas suas ações, em vias de se fazer reconhecer dentro dos espaços de deliberação, serão negadas. As mulheres ao movimentarem os discursos que as atravessam em conjunto com suas trajetórias, acabam por criar, consciente ou inconscientemente, um modelo participativo que faz um movimento no sentido da negação da diferença de gênero em busca de uma paridade participativa. É por isso a importância de se entender os contextos de poder e de interpretação dessas diferenças em uma leitura que busca, em meio a essas manobras de poder, um espaço de contestação do discurso central, mesmo que esse passo, nos trechos apresentados na seção anterior, aponte para uma amenização dessa diferença. Os confrontos dos diferentes discursos participativos acabam por criar um sujeito gestor feminino possível de execução e definição de algumas pautas no âmbito dos valores e tradições socioambientais, que assim como apresentado por Espinoza (2016), é fruto de uma perspectiva discriminatória de reprodução das novas formas do mundo contemporâneo. Como apresentado na identificação anterior, as mulheres somente aparecem quando o tema é relacionado ao campo do cuidado e das questões socioambientais. Mas, mais do que isso, apresenta o teor político que está por trás dos discursos apresentados, não referentes à participação das mulheres, mas também ao dos homens, uma participação científica-política da gestão das águas (CAMPREGHER, 2020).

As lutas de redistribuição (igualdade econômica) e reconhecimento (paridades em vias culturais) estão o tempo todo trabalhadas em tensões, uma vez que têm objetivos contraditórios. Segundo Fraser (2006), a primeira anda no sentido de promover a diferenciação do grupo, enquanto a segunda tende a desestabilizá-las. Eis o paradigma ao qual a autora denomina “dilema da redistribuição-reconhecimento”. Entretanto, as coisas dificultam mais ainda quando olhamos para aquelas pessoas as quais são diferenciadas tanto como coletividade, em virtude da estrutura econômica, quanto ao olhar da estrutura cultural valorativa da sociedade. E esse é o ponto no qual estão inseridas as mulheres do comitê.

“O gênero, por exemplo, tem dimensões econômico- políticas porque é um princípio estruturante básico da economia política. Por um lado, o gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” e doméstico não-remunerado, atribuindo às mulheres a responsabilidade primordial por este último. Por outro lado, o gênero também estrutura a divisão interna ao trabalho remunerado entre as ocupações profissionais e manufatureiras de remuneração mais alta, em que predominam os homens, e ocupações de “colarinho rosa” e de serviços domésticos, de baixa remuneração, em que predominam as mulheres. O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especialmente marcados pelo gênero. Esta estrutura constitui o gênero como uma diferenciação econômico-política dotada de certas características da classe” (FRASER, 2006, p.233).

As mulheres do comitê necessitam de ambas as considerações, tanto no âmbito econômico, no sentido de se fazerem representadas nesse aspecto do recurso hídrico e de valorização de suas formações, quanto no reconhecimento de suas pautas, em todas as vias e espaços do comitê de bacía. Elas carecem de ser consideradas no processo econômico do discurso, que tomou forma diferenciada no momento de construção desse espaço em meio assimilação desse modelo ao âmbito brasileiro. Com isso, a experiência demonstrada pela trajetória desses gestores e gestoras em vista do eixo gênero trouxe esse viés duplo, econômico e político. Esse processo é personificado pelo desenho central da dinâmica de gênero, apresentado na figura 13, demarcando às mulheres certo espaço e responsabilidades discursivas do âmbito socioambiental. Diríamos, principalmente por algumas declarações referentes ao modo de participação das mulheres, como “deixar a gente na linha”, “cobrar o andamento dos trabalhos”, que existe um modelo participativo maternal, que cria o sujeito feminino gestor do Pardo.

Com isso, podemos compreender que a politização da ciência e tecnicidade dos discursos apresentados não somente criaram um discurso da vontade da verdade legitimado pelos próprios gestores, mas construíram sujeitos gestores, o qual se desenha no homem participante do comitê o status neutro das ações e deliberações das pautas, pela valorização das esferas científicas e econômicas nesse espaço. Esse status vem justamente por conta da construção do discurso da verdade fomentado na construção e instalação desse comitê, que concebe o homem como central para a definição e práticas institucionais dessa arena, tanto em nível local, olhando para as divisões do trabalho e para os assuntos aos quais eles concebem-se centrais, quanto para o alcance geral da governança hídrica, de ocupação daqueles espaços a mais altos da estrutura da gestão hídrica brasileira. Temos, por consequência, que a eles é que cabe definir e delimitar os parâmetros e necessidades para uma gestão mais qualificada, culminando em uma injustiça participativa que cerceia a voz e necessidades daquelas que participam, mesmo elas estando presente e não reconhecendo esse aspecto da participação.

“Trata-se, portanto, da possibilidade de distintos grupos sociais terem as mesmas condições de interagir socialmente e reivindicar suas necessidades em meios culturais, econômicos e políticos sem serem subordinados por critérios valorativos institucionalizados que estabelecem os padrões para serem reconhecidos e aceitos socialmente” (SANTOS,2019, p.18)

Notamos, então que esse canal institucional denominado comitê é uma localidade de disputas políticas, que na formulação dos seus discursos busca se mostrar neutro aos valores sociais, centralizado na linguagem técnica e econômica. É neste ponto que se faz importante a leitura de Fraser que, em conjunto com os dados e discursos coletados, ajuda-nos a apontar a face patriarcal ao qual se monta essas instituições. E, ainda, conceitos importantes para a construção do comitê, concomitantemente a um processo de uma não independência e voz política viável a todos, reformulando deste modo nossa principal hipótese. Com isso, contrário do que colocamos no início deste texto e da pesquisa em si como principal hipótese, de que a estrutura da governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH- Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas de gênero, essas que são resultado de tensões de um poder legitimado por meio de forças centrais do âmbito do saber técnico-científico e do mercado, esses dados e discursos apontaram os limites democráticos e participativos dentro da gestão das águas, que se reforça exatamente no ponto da diferença participativa referente ao gênero.

Esse resultado é possibilitado pela análise de gênero, que, como mencionamos durante o trabalho, nos dá como ganho chegar às estruturas mais profundas de não realização da democracia, em vias de possibilitar a compreensão mais ampla do espaço como um todo, como apontado por Fraser:

“A análise de gênero permite abranger todas as demandas feministas, tanto de ordem econômica quanto de ordem cultural; e seguindo essa perspectiva utiliza ampla de justiça, considerando não somente o gênero como eixo transversal de diferenciação, mas todos os demais marcadores sociais de distinção, muito embora gênero aparece como um aspecto fundamental e outras categorias como recortes sociais.” (SANTOS, 2019, p.20).

A partir dessas contribuições, apresentamos a seguir a conclusão dos principais pontos possibilitados pela leitura e interpretação por meio dos principais conceitos e indagações delineadas ao longo do texto. Pauta-se, então, o entendimento do contexto das relações de poder e como essas foram mobilizadas pelos sujeitos partícipes desse espaço, no sentido de repensar como esse processo tomou forma nos moldes brasileiros, mais especificamente no âmbito paulista das águas.

CONCLUSÃO

Acreditamos ter alcançado o principal objetivo proposto por essa pesquisa, de analisar os conflitos de gênero no Comitê de Bacia do Rio Pardo, o que denominamos o chamado parlamento das águas. Com isso, compreendemos como se deu a participação das mulheres em meio a essa instância participativa, desse modelo pautado na experiência francesa de gestão das águas, que se fomentou diferentemente no solo brasileiro. Tendo isso em vista, trabalhamos com os discursos e percepções dos sujeitos gestores referentes a qualidade e paridade participativa, levando em consideração os empecilhos encontrados em meio ao processo deliberativo dentro desse espaço. A partir disso, conseguimos a compreensão não somente de como foram construídos esses conflitos e dinâmicas de gênero, mas remontamos os discursos participativos e demonstramos como esses se mobilizam em meio ao eixo de gênero.

Esse processo nos proporcionou não somente aprofundar os entendimentos referentes ao contexto das relações de poder, pano de fundo dos discursos participativos, como compreender a operacionalização dos discursos em vista do olhar de uma paridade participativa. Tendo isso em vista, conseguimos remontar a principal hipótese deste trabalho de que a estrutura da governança das águas paulistas, mais especificamente o CBH- Pardo, reproduz um modelo organizacional que gera diferentes tipos de conflitos e dinâmicas de gênero, essas que são resultado de tensões de um poder legitimado por meio de forças centrais do âmbito do saber técnico-científico e do mercado, partindo para uma estrutura que aponta os limites democráticos dentro dessa arena ao qual não se superou valores e tradições sociais.

Diante de todos os esforços presenciados ao andar das leituras, dados coletados e entrevistas realizadas, pudemos constatar que nosso principal ponto de reflexão se deu exatamente em compreender os discursos participativos em vias da construção de sujeitos que os mobilizaram de acordo com o reconhecimento de suas necessidades e pautas. Além disso, conseguimos aprofundar as problemáticas das literaturas referente a gestão das águas, as quais apresentavam os homens como detentores de acesso mais amplos em meio a legitimidade do discurso da vontade da verdade que estrutura esse espaço, o econômico e do saber, postulando em vantagens na definição e construção das pautas e deliberações dessa arena (EMPINOTTI, 2010; MARTINS, 2013).

Nesse movimento, percebemos importantes aspectos e marcadores das relações de poderes que delinham o discurso central legitimado desses gestores e gestoras. A trajetória dessas mulheres e homens foram centrais para o desenho final desse texto. Elas destacaram

como são centrais questões relacionadas a formação desses gestores e gestoras, que afunilam e são essenciais para a entrada desses sujeitos, mais do que isso, foram responsáveis por colocar esses sujeitos em contato com a cidade de Ribeirão e, conseqüentemente, o CBH-Pardo. Destacaram, também, a importância da compreensão das instituições as quais esses sujeitos representam, sendo esse ponto central para a alocação dos principais trabalhos dentro do comitê, como a câmara técnica de planejamento. As instituições vão tecer grande peso para a seleção de gestores e gestoras, e o ponto de origem (relacionada a trabalhos técnicos ou referente a instituições de educação) vão incidir diretamente na paridade participativa desses sujeitos. Concluímos que as instituições possuem um papel duplo nas relações de desigualdades de gênero, apontando que ao mesmo tempo que essas são responsáveis por um aprofundamento dessas relações elas também possuem um papel atenuante nessas diferenças.

Diante disso, destacamos o principal desenho realizado por meio do reconhecimento dos discursos e de como esses se conflitam em meio ao cenário central legitimado pela linguagem técnico-científica e a valoração de pautas econômicas, colocadas como neutras nesse processo deliberativo. Com isso, temos a centralidade das mulheres no âmbito dos cuidados e pautas socioambientais alocando-as a trabalhos relacionados a esses espaços de interesse e tornando-as periféricas quando analisadas em vias econômicas e de planejamento. É nesse ponto que colocamos como importante o entendimento de como essas mulheres operacionalizam esses discursos, em vista de compreensão do reconhecimento de suas necessidades em meio a leitura de Fraser.

Em um primeiro momento, colocamos como central o entendimento desse espaço por via somente da compreensão das relações de poder e de como elas cortavam as participações tanto das mulheres como dos homens do CBH-Pardo, por meio de uma leitura foucaultiana do poder. Entretanto, ao questionarmos para além desse contexto presente, em meio de uma indagação do processo de produção dos próprios conceitos que rondam essa estrutura, como a formação do conceito cidadão e os limites democráticos, percebemos o ganho que esses discursos criaram, ao ponto de identificar a participação dessas mulheres no não reconhecimento da diferença dentro dessa arena, como um modo de se fazer colocar algumas de suas pautas e necessidades, movimento consciente ou inconsciente, um movimento de “luta” que culminou na construção de um sujeito feminino gestor do comitê de bacia.

Para além disso, esse novo sujeito gestor feminino nos dispôs a tecer uma crítica importante ao movimento ecofeminista, que, como mencionado durante o trabalho, delineou as mulheres como o sujeito da natureza, aquela que carrega o etos da sustentabilidade em sua

essência. Isso de fato presencia-se nos discursos coletados, tanto é que são elas as que assumem esses espaços na governança das águas paulista do Pardo.

Apresentamos, então, essa crítica em meio a problematização da relação da mulher com a natureza e o reconhecimento da importância da preservação e de outros conhecimentos (HERNÁNDEZ, 2010). Pela experiência e trajetória das mulheres, elas (em sua visão) conseguem se aproximar mais para com o desenvolvimento sustentável, enxergando o recurso da água não somente como um elemento econômico, mas de importância para a vida. Podemos então analisar novamente essas exposições como são enxergadas as esferas sociais do espaço do comitê, que colocam o âmbito econômico neutro aos outros valores e questões da vida social. Isso cai muito a leitura de Fraser que ao olhar para a dicotomia presente no mundo da vida e sistêmico percebe entrelaçamento dessas e essa não identificação acaba por colocar o homem como um sujeito gestor neutro, que não carrega nas suas preocupações deliberações o âmbito do mundo “masculino”, sendo ele reconhecido como um sujeito gestor econômico, causando assim uma não neutralidade a participação das mulheres a esse espaço. O que queremos dizer é que as pautas levantadas e os discursos movimentados pelos homens do comitê não vão carregar o status de político, desvencilhando assim o sujeito que gere das estratégias desse espaço.

A partir dos dois principais pontos oferecidos por Fraser e por sua leitura incorporada de Foucault, conseguimos compreender o contexto das relações de poder que mobilizaram os discursos participativos, nomeando o central como neutro e apolítico. Fraser possibilitou, em meio ao eixo de gênero como análise, compreender como são mobilizados esses discursos, principalmente em vista de como são colocadas necessidades das mulheres nesse ambiente de disputa e deliberação participativa, como esses sujeitos são reconhecidos e contextualizados dentro dessa arena. Foucault nos ajudou a acessar os mecanismos de poder presentes discursivamente nessa arena, ajudando na compreensão de como são construídos esses discursos, identificando as relações de poder que estão por trás da construção dessa arena deliberativa e do discurso central legitimado como neutro.

Em meio a isso, temos a principal compreensão deste trabalho, a identificação da construção desses diferentes discursos participativos que foram capazes de criar um sujeito feminino gestor que identifica a diferença de gênero fora dessa arena de gestão, mas que na prática da deliberação não se faz enxergar, muito por colocar a mulher como o sujeito detentor da sustentabilidade e de uma relação natural para com as questões socioambiental. A partir disso, conseguimos contestar sob o eixo da diferença de gênero, os limites democráticos

presentes nesse espaço de gestão das águas, que não conseguiram na modernidade vencer os obstáculos presentes nos valores e tradições sociais.

É importante ressaltar que, mesmo com o avanço da compreensão sobre a participação das mulheres no comitê de bacia do Pardo, em meio a literatura apresentada no caminho desse texto, há limites a serem apresentados e alcançados. A impossibilidade de um trabalho de campo presencial (por conta da pandemia do COVID-19) dificultou uma real percepção do processo decisório e de como esse momento é posto na prática. O que foi apresentado nesta pesquisa faz parte da coleta de discursos sobre o momento participativo, escrito e falado, portanto embebidos pelos recortes do discurso central descrito durante o trabalho. Para além disso cabe, diante dos resultados apresentados, uma maior investigação das influências institucionais diante a gestão das águas, explicitando as especificidades de cada instituição participe. Tais temas ficam em aberto para futuras análises que possam pesquisar esse espaço de modo presenciais, de remontar esse processo na prática da observação dos rituais de deliberação, que apontarão ainda mais ganhos para a compreensão dos conflitos e dinâmicas de gênero em meio a esse espaço, aprofundando a análise em meio a paridade participativa nessa arena e os limites democráticos presentes nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca. N. *Água e Política: Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010
- ALMEIDA, Veronica Lima da Fonseca e MARTINS, Leila Chalub. *Relações de gênero e Educação Ambiental no projeto Mulheres das Águas*. ANPPAS, 2007.
- ALONSO, Ângela. *Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução* In *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.
- ALVARENGA, Carolina F. & VIANNA, Cláudia P. *Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente*. *Laboreal: Gênero, Atividades e Saúde*. V.8, n. 1, 2012.
- ANA, Agência Nacional de Águas (Brasil). *Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos / Agência Nacional de Águas*. -- Brasília: ANA, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Brasília, 1997.
- BRASIL. Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o código das águas. Brasília, 1934.
- BRASIL. Lei nº 9.984, de 17 de Julho de 2000. Institui a Agência Nacional das Águas. Brasília, 2000.
- BRESSIANI, Nathalie. *Redistribuição e reconhecimento- Nancy Fraser entre Jurgen Habermas e Axel Honnet* in *Caderno CRH*, Salvador, v.24, n.62, p.331-352, Maio/Ago. 2011.
- SÃO PAULO. Lei Nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, 1991.
- CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira e FRACALANZA, Ana Paula. *Governança das águas no Brasil: Conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso*. In *Ambiente e Sociedade*, Campinas. v.XIII, n.2, jul.dez 2010, p. 365-382.
- CAMPREGHER, Raiza. *Ciência e política na reforma da gestão de recursos hídricos no Brasil: A participação da associação brasileira de recursos hídricos*. Tese (doutorado); São Carlos: UFSCar, 2020.
- CASTELLANO, Maria e BARBI, Fabiana. *Desafios e avanços na governança das águas nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: Aprendendo com a experiência da região*. In JACOBI, P. (org.) *Atores e processos na governança da água no Estado de São Paulo*. Editora Annablume, 2009.

DUBAR, Claude *Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*. Educação & Sociedade [online]. 1998, v. 19, n. 62, pp. 13-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>>. Epub 22 Abr 1999. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>.

EMPINOTTI, V. *Gênero, Recursos Hídricos e Tomada de Decisão: o Papel das Mulheres nos Organismos de Bacia Brasileiros*. In: ABERS, R.. *Água e Política: Atores, Instituições e Poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil*, São Paulo: Annablume, 2010

EMPINOTTI, Vanessa. e JACOBI, Pedro R.. *Novas práticas de governança das águas? O uso da pegada hídrica e a transformação das relações entre o setor privado, organizações ambientais e agências internacionais de desenvolvimento*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.27,p.26- 36, jan/jun 2013. Editora UFPR.

EMPINOTTI, Vanessa. *E se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco*. In *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. XIV, n. 1 p. 195- 211 jan.-jun. 2011.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas. *Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho mundial da Água*. Tese (doutorado); São Carlos: UFSCar, 2016.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes e RAITZ, Tânia Regina. “*As relações de poder em Michel Foucault: Reflexões teóricas*” In *Revista de administração pública*- Rio de Janeiro 44(2):367-83,MAR/ABR-2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRACALANZA, Ana p.; CAMPOS, Valéria N. O. “*Governança das águas no Brasil: Conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso*”. *Ambiente & sociedade*, Campinas, v.XIII,N.2, P.365-382, jul-dez,2010.

FRASER, Nancy. 2001. “*From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age*”. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. *The new social theory reader*. Londres: Routledge, pp. 285-293. Tradução; SIMÕES, Júlio Assis in *cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GARCIA, Sandra. “*Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente*” In *Estudos Feministas*, Pag. 163 n.0/92.

GASKELL, George. *Entrevistas individuais e grupais*. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002, p. 64-89.

GOHN, Maria G. “*Os Conselhos Municipais e a gestão urbana*.” In JUNIOR, O. RIBEIRO, L. AZEVEDO, S. (org.). Governança Democrática e poder Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil; Rio de Janeiro: Ravan, Fase, 2004.

GUTIERRES, Kellen A. “*Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a política pública de assistência social*.” Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2018, n. 105, pp. 81-114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-081114/105>>.

HERNÁNDEZ, Carmen O. “*Gênero e meio ambiente: A construção do discurso para o desenvolvimento sustentável*.” Ambiente y Desarrollo. Bogotá (Colombia), v.XIV, Jan/Jun 2010.

JACOBI, Pedro Roberto- *Atores e processos na governança da água no Estado de São Paulo*. Editora Annablume, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto; FRACALANZA, Ana Paula. “*Comitês de bacia hidrográfica no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada participativa*.” Desenvolvimento e meio Ambiente. Curitiba. n. 11-12, p. 41-49. jan-dez, 2005.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. “*Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil*.” Rev. Kátal. Florianópolis, v. 10. n. 2. jul-dez 2007. p. 237-244. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a12v10n2>.

LASCHEFSKI, Klemens e COSTA, Heloisa Soares de Moura. “*Segregação Social como externalização de conflitos ambientais: A elitização do meio ambiente na APAsul, região Metropolitana de Belo Horizonte*.” In Ambiente e Sociedade. Campinas V.XI n.2; jul.dez, 2008, p.307-322.

LIMA, Márcia. “*O uso da entrevista na pesquisa empírica*” In Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.

LUCHMAN, Ligia Helena Hahn, ALMEIDA, Carla e GIMENES, Éder Rodrigo. “*Gênero e Representação nos Conselhos gestores no Brasil*.” In Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol.59, n 3, 2016, pp.789-822.

MAIA, Antônio C. “*Sobre a analítica do poder de Foucault*.” Tempo social;Rev. Social; USP; S. Paulo;7(1-2):83-103 outubro 1995.

MALHEIROS, Tadeu Fabrício, PROTA, Mariza Guimarães e RINCÓN, Mario Alejandro. “Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas.” *Revista Ambiente & Água* [online]. 2013, v. 8, n. 1, pp. 98-118. Disponível em: <<https://doi.org/10.4136/ambi-agua.970>>.

MARTINS, Rodrigo, Constante. “De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água.” *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São José, v. 2, n. 2, p. 465-488. jul-dez, 2012

MARTINS, Rodrigo Constante. “Por uma sociologia das Narrativas sobre o Meio ambiente.” In BONELLI, M. e LANDA, M. (Org.). *Sociologia e Mudança social no Brasil e na Argentina*. Compacta Gráfica e Editora, São José; 2013, p.315-339.

MARTINS, Rodrigo Constante. “Fronteiras entre desigualdade e diferenças na governança das águas.” *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v.XVIII, n.1, p.221-238, jan.-mar. 2015.

MARTINS, Rodrigo Constante. *A construção Social do Valor Econômico da Água: estudo sociológico sobre a agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo; 2004.

PIZELLA, Denise G. e SOUZA, Marcelo P.. “Avaliação ambiental estratégica de planejamento de bacia hidrográfica.” *Eng Sanit Ambient*. v.18 n.3, jul/set 2013, 243-252.

QUEIROZ, Maria Isaura de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva* – São Paulo: T.A Queiroz, 1991.

RUI, JÚLIA L.. “Gênero empoderamento e território: Construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas.” *Revista Geografia em Atos*, UNESP, Presidente Prudente, (Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade) n. 16, v. 1, p. 45-60, mar/2020.

SANTOS, Bárbara C. *Paridade de participação e emancipação em Nancy Fraser: reconhecimento e justiça a partir do feminismo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

SCOTTI, JOAN – “Gender: a useful category of historical analyses.” *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989. Tradução: DABAT, Christine Rufino e ÁVILA Maria Betânia. Disciplina/USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

SOUZA, Luis W. “*Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault.*” Revista Múltiplas Leituras. v.4, n. 2 (2011).

SOUZA, Cezarina Maria Nobre. “*Gestão da água e saneamento básico: reflexões sobre a participação social.*” Saúde e Sociedade [online]. 2017, v. 26, n. 4. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170556>>.

TILIO, Rafael. “*Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas.*” Gênero. Niterói; v.14, n.2, p.125-148, 1. sem 2014.

VINUTO, Juliana. “*A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.*” Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014